

1º DE MAIO DE SOLIDARIEDADE E UNIDADE DOS TRABALHADORES

MANIFESTO DE 1º DE MAIO DO COMITÊ CENTRAL DO P.C.B.

O Comitê Central do P.C.B. lança o seguinte manifesto:

TRABALHADORES!

O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL saúda os trabalhadores, os sindicatos e as organizações operárias pela passagem do 1º de Maio, grande data da solidariedade internacional do proletariado.

MAIS de 70 anos transcorreram desde os acontecimentos de Chicago, que deram origem ao 1º de Maio. O proletariado se tornou uma força poderosa e invencível, colocada a serviço dos mais nobres ideais da humanidade. Derrubou o Poder dos latifundiários e capitalistas na Rússia czarista e em apenas 40 anos construiu o socialismo e marcha para o comunismo. Na China e nos países da democracia popular, o proletariado chegou também ao Poder e constrói uma vida livre, próspera e feliz. Em todo o mundo, os trabalhadores lutam vitoriosamente, à frente dos povos, pela paz, pela democracia e pelo socialismo.

EM NOSSO país, o proletariado teve um ano de lutas e também de vitórias. Aumentaram as forças da classe operária. Fortaleceram-se os sindicatos. Ampliou-se e reforçou-se a unidade da classe operária, que atingiu um nível mais alto em todo o país. Os trabalhadores conquistaram novos êxitos na luta por suas reivindicações e ajudaram seus irmãos do campo a se organizarem e a lutarem por seus interesses vitais, contra a brutal exploração nos latifúndios. Inscreveram em seu programa de reivindicações a luta pela reforma agrária e pela emancipação nacional. Ombro a ombro com outras forças progressistas, lutam ativamente os trabalhadores em defesa das liberdades democráticas e da soberania de nossa Pátria. Unidos e organizados, maiores êxitos poderão alcançar!

TRABALHADORES!
ÉSTE 1º de Maio se realiza em momento da maior gravidade para a vida de nosso povo e para o futuro da nação brasileira. Os imperialistas norte-americanos intensificam sua ofensiva no sentido da maior dependência econômica e política do Brasil, e de transformá-lo em parte integrante de seus planos agressivos e guerreiros. A entrega de Fernando de Noronha aos militaristas ianques e os atentados às liberdades mostram que o governo do sr. Kubitschek ingressa abertamente no caminho de uma política antinacional e antidemocrática. O povo brasileiro precisa mobilizar-se para derrotar esta política. Os trabalhadores das cidades e do campo, lutando mais firmemente ainda em ação comum com todas as forças patrióticas e democráticas, poderão fazer prevalecer sua vontade e impor as necessárias modificações progressistas na política externa e interna do país.

TRABALHADORES!

INTENSIFIQUEI vossas ações patrióticas pela paz, pelas liberdades e em defesa da soberania nacional! Lutai com redobrado vigor contra os odiados

imperialistas norte-americanos! Lutai contra a política entreguista, de preparação de guerra e antidemocrática do governo do sr. Kubitschek! Lutai com todos os patriotas pela anulação do Acôrdio de Fernando de Noronha! Ganhem as ruas e demonstremos nossa repulsa à presença de tropas estrangeiras no solo de nossa Pátria! Fora os soldados americanos!

OPERÁRIOS E OPERARIAS!

LUTAI pelas vossas reivindicações. Avante para a luta por novos níveis de salário-mínimo e contra a carestia da vida! Lutai contra qualquer tentativa de intervenção nos sindicatos! Exigi a imediata revogação do decreto antigreve 9.070!

CERRAI fileiras em vossos sindicatos! Unificai mais ainda vossas ações, unificai as organizações sindicais em cada cidade, em cada Estado, no país inteiro! Só unidos e organizados podeis enfrentar vitoriosamente vossos inimigos e conquistar uma vida melhor!

VINDE reforçar as fileiras de vosso partido — O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL! O Partido da classe operária é o partido da esperança do povo brasileiro, é o partido que luta para que o Brasil seja próspero, livre e independente! Lutai pela legalidade do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL!

VVIVA o 1º de Maio! Que o 1º de Maio assinale vigorosa jornada de unidade dos trabalhadores! Que as manifestações de 1º de Maio se transformem em grandes atos pelas reivindicações da classe operária! Que se unam e confraternizem os trabalhadores das cidades e do campo!

VVIVA a união de todos os brasileiros que amam sua Pátria e desejam a paz! Unidos por cima de quaisquer diferenças políticas e ideológicas derrotemos a política antinacional e antidemocrática do governo do sr. Kubitschek!

VVIVA a solidariedade internacional do proletariado! Saudemos nossos irmãos soviéticos, chineses e dos países da democracia popular, que mostram aos povos do mundo inteiro o caminho para um futuro feliz e radioso! Saudemos os trabalhadores dos países capitalistas que se unem e lutam por novas conquistas! Saudemos os povos que lutam contra a opressão imperialista e pela libertação nacional!

VVIVA a paz mundial! Viva o campo do socialismo e da paz, à cuja frente se encontra a gloriosa União Soviética!

VVIVA o proletariado brasileiro! Viva o PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, partido da classe operária que luta com abnegação e firmeza pela felicidade de nosso povo e glória de nossa Pátria!

Rio, abril de 1957.

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil.

VOZ OPERÁRIA

Nº 412 ☆ Rio de Janeiro ☆ 27 de Abril de 1957



INFORME DE PRESTES

AO PLENO DO C.C. DO P.C.B. (Têxto na Pág. 5)

Reforçar a Vigilância dos Povos E a Unidade dos Países Socialistas

DECLARAÇÃO CONJUNTA SOVIÉTICO-ALBANESA

Foi publicada a 17 de abril uma declaração conjunta sobre as negociações soviético-albanesas, firmada por Nicolai Bulgânin e Mejméd Sheju. Nela se declara que as conversações se desenvolveram em uma atmosfera de amizade sincera e confiança mútua, tendo havido unanimidade sobre todos os problemas examinados. Entre os dois governos existe perfeito acordo no que se refere à apreciação da atual situação internacional e aos caminhos a seguir para o fortalecimento contínuo da solidariedade e da amizade entre os países socialistas. «No capitalismo», afirma a declaração, «os Estados poderosos tratam de subordinar os países mais fracos, convertendo-os em países dependentes e explorados. As relações entre os Estados socialistas, sejam grandes ou pequenos, baseiam-se no princípio da igualdade, da não ingerência, e da ajuda mútua».

«A organização do complotô contra-revolucionário na Hungria mostrou quão pérfidos são os planos da reação internacional». A Albânia considera a ajuda militar prestada pela União Soviética ao povo-húngaro como o cumprimento de um dever internacional.

«Ambos os governos declaram que, no momento em que se reforça incessantemente a atividade sabotadora contra os Estados socialistas, é necessário manter de modo constante a vigilância dos povos, e velar pela unidade e pelo fortalecimento das relações fraternais entre os países socialistas. O governo da Albânia chama a atenção especialmente para a necessidade de fortalecer a unidade e a colaboração dos países socialistas com a União Soviética».

A SITUAÇÃO NO PRÓXIMO E MÉDIO ORIENTE

«Apesar do fracasso da agressão contra o Egito, a situação do Próximo e Médio Oriente continua sendo tensa. Os Estados Unidos tratam de ocupar o pósto de seus predecessores no saque colonial. As ânsias expansionistas dos Estados Unidos têm por base os interesses das companhias petrolíferas norte-americanas. A doutrina Eisenhower é um plano que nada mais faz que mudar a forma da dominação colonial. Esse plano conduz ao aguçamento da situação e a novos conflitos, que encerram graves consequências para a causa da paz. Os governos da União Soviética e da Albânia apóiam os anelos e esforços dos povos do Próximo e Médio Oriente em sua luta contra o colonialismo, em defesa de sua liberdade, independência e soberania. Ambos os governos declaram estar dispostos a

ampliar de forma multilateral suas relações amistosas e sua colaboração com esses países».

«Os interesses da paz», diz ainda a declaração, «exigem, não esforços isolados, mas esforços conjuntos das grandes potências, tendentes a aliviar a tensão na zona do Próximo e Médio Oriente. Depois de haver cessado a intervenção contra o Egito, e uma vez liquidado o complotô contra-revolucionário na Hungria, existem todas as possibilidades para o desafogo da tensão internacional».

O DESARMAMENTO É O PROBLEMA-CHAVE INTERNACIONAL

«Ambos os governos insistem na necessidade de uma solução prática e imediata do problema-chave internacional, o problema do desarmamento, assim como da criação de um sistema de segurança coletiva na Europa e na Ásia. A política de força e agressão nas relações entre os Estados não pode resolver nenhum problema em litígio. Essa política está em luta com a marcha do desenvolvimento social pelos caminhos da paz e do progresso, pelo caminho da coexistência pacífica entre os Estados». A declaração se refere em seguida ao problema do renascimento do militarismo alemão, à admissão da República Popular da China na ONU, e ao melhoramento das relações e da confiança entre todos os países balcânicos. «Os governos da União Soviética e da Albânia reafirmam seu desejo de melhorar e fomentar suas relações com a Jugoslávia, na base de uma amizade sincera e recíproca». «Os dois governos declaram que o Pacto Balcânico não pode contribuir para estabelecer a tranquilidade na Península Balcânica, já que esse pacto, através de um dos seus membros, se liga à OTAN e ao bloco de Bagdá». «Enquanto subsistam a OTAN e outros pactos militares, a União Soviética e a Albânia continuarão reforçando resolutamente o Tratado de Varsóvia».

AJUDA SOVIÉTICA À ALBÂNIA

A delegação albanesa destaca que a União Soviética tem prestado, e continua prestando uma ajuda econômica de grande magnitude à Albânia. Graças a essa ajuda a Albânia criou sua indústria nacional, e elevou o bem-estar dos trabalhadores. «A colaboração entre a União Soviética e a Albânia se desenvolve baseada no princípio do internacionalismo proletário, da amizade fraternal, da igualdade e da ajuda mútua».

No fim da declaração se anuncia que a União Soviética anulou as dívidas contraídas pela Albânia para a construção de uma série de empresas, num total de 348 milhões de rublos, e mais 74 milhões correspondentes a outros créditos. A União Soviética continuará fornecendo à Albânia, à conta de novos créditos abertos, instalações completas para centrais hidráulicas, tratores, máquinas agrícolas e outras máquinas.



A foto acima revela um aspecto das conversações que se realizaram em Moscou, entre a delegação do governo da República Popular da Albânia e do Partido do Trabalho da Albânia, por um lado, e representantes do governo soviético e do PCUS, por outro lado. As conversações foram coroadas de pleno êxito.

REAGE O POVO DA JORDÂNIA À DOCTRINA EISENHOWER

Os partidários da paz em todo o mundo acompanham com a maior preocupação o desenvolvimento da recente crise política na Jordânia.

Trata-se de perigosa tentativa do imperialismo norte-americano para pôr em ação a doutrina Eisenhower naquele pequeno país, em choque com a resistência de todas as forças patrióticas e populares. Contando desde o início com o governo do Iraque, membro do Pacto de Bagdá; com os círculos mais reacionários do Líbano, que dispõem de maioria parlamentar eventual; e com as dúbias vacilações do rei da Arábia Saudita — o governo dos Estados Unidos concentra seus esforços sobre a Jordânia, visando abrir uma cunha entre a Síria e o Egito, e quebrar a unidade dos países árabes em sua luta pela independência nacional. Para realizar esse intento, os imperialistas norte-americanos se apoiam até certo ponto na complicitade do jovem rei Hussein, que é primo do rei do Iraque (dinastia Hachemita).

Esse conteúdo principal da crise jordana é confirmado pelas declarações de duas personalidades importantes: o antigo chefe do estado maior do exército da Jordânia durante o governo Nabulsi, major-general Ali Abu Nuwar, e o major-general Hayyari, nomeado pelo rei Hussein para substituir o primeiro, no dia 18 de abril, e que fugiu para a Síria dois dias após. O major-general Nuwar declarou em Damasco, numa entrevista à imprensa, que «foi obrigado a advertir um diplomata norte-americano de que a Doutrina Eisenhower provocaria uma chacina no seu país», e que «o rei Hussein, um mês antes de sua destituição do cargo, lhe pediu que formasse um novo governo, que aceitasse a doutrina Eisenhower». O major-general Hayyari, por sua vez, declarou, também em Damasco, que fugira de Amã para demonstrar sua solidariedade aos oficiais que o rei Hussein queria expulsar do exército, sob a acusação de «filosofia comunista». Hayyari acusou ainda «adidos militares estrangeiros» de conspirarem contra a Jordânia, ao pretenderem que seu antecessor Nuwar estava tramando um «complot» contra o rei. Declarou ainda que numa entrevista entre os oficiais do exército jordano para saber se sufocariam pela força manifestações populares, no caso de que o povo se levantasse em apoio da política «anti-occidental» da Síria e do Egito, estes responderam, unanimemente, que jamais utilizariam suas armas contra o povo.

A crise política jordana começou com o ato do rei Hussein demitindo o primeiro ministro

Nabulsi, a pretexto de que este conspirava para depô-lo. Em seus seis meses de governo, que se seguiu aos incidentes após a expulsão do chefe militar inglês, Glubb Pacha, Nabulsi adotou uma firme política de paz e de solidariedade com o Egito e a Síria, e de resistência às pressões do imperialismo. A missão de Nabulsi provocou uma manifestação do parlamento da Jordânia, apoiada por todos os partidos, contra o ato do rei. Violentas manifestações populares, contra a doutrina Eisenhower e em favor de Nabulsi, se verificaram em Amã e em outras localidades da Jordânia, e também em outros países árabes. Ao mesmo tempo o presidente Eisenhower declarava em Washington que «os Estados Unidos irão em socorro da Jordânia, caso este país seja vítima de uma agressão».

Em face da resistência popular, da oposição dos setores democráticos do exército, e de todos os partidos políticos, e da condenação da opinião pública dos outros países árabes, o rei Hussein foi forçado a recuar, fazendo declarações antiimperialistas e aceitando no novo governo, como ministro do exterior, precisamente o mesmo sr. Nabulsi que havia demitido de primeiro-ministro.

No entanto a situação permanece grave. Tanto Israel como o Iraque são utilizados pelo imperialismo para pressionar a Jordânia, sendo espalhados insistentes boatos de intervenção armada. Ao mesmo tempo recrudescem as provocações contra a Síria, e contra os oficiais do exército que se opõem mais conscientemente à doutrina Eisenhower. O anúncio da próxima visita do sr. Richards, emissário de Eisenhower, está provocando novas manifestações de protesto.

Como fora previsto, a doutrina Eisenhower e a adesão dos Estados Unidos ao pacto de Bagdá estão criando um perigoso foco de tensão no Oriente Médio. Contando com o apoio e a simpatia dos povos árabes, dos demais povos afro-asiáticos, dos países do campo socialista, com a União Soviética à frente, e com a simpatia dos demais povos do mundo, o bravo povo da pequena Jordânia enfrenta corajosamente e até agora com êxito a tentativa de esmagamento promovida pelo imperialismo. Impõe-se portanto exprimir por todos os meios a maior solidariedade à Jordânia, e protestar contra quaisquer intervenções à sombra da doutrina Eisenhower.

CRÔNICA INTERNACIONAL

A Situação Política na Argentina

Durante a noite de 11 para 12 de abril corrente, a polícia argentina realizou em todo o país centenas de prisões de comunistas e de eminentes personalidades democráticas, dirigentes de organizações de massas como o Conselho Argentino da Paz, a União de Mulheres Argentinas, a Liga dos Direitos do Homem, o Instituto de Relações Culturais Argentina-U.R.S.S., o conceituado periódico «Propósitos», etc. No dia seguinte, cinquenta e seis sedes do Partido Comunista e das referidas organizações democráticas foram fechadas, não só em Buenos Aires, como nas outras principais cidades do país.

Ao mesmo tempo foi proibida em Córdoba a realização da grande Assembléia Nacional da Paz, que deveria reunir delegados provenientes de todo o país, durante os dias 12 a 14. O tema principal dessa Assembléia era a luta contra o projetado «Tratado do Atlântico Sul», que constitui o centro das atividades dos partidários da paz da Argentina, no momento atual.

Na tarde do dia 12, o contra-almirante Dellopiane, chefe de polícia, em entrevista coletiva à imprensa, explicou que as medidas tomadas tinham em vista desarticular um «complotô dirigido contra a segurança do Estado», organizado pelos «dirigentes comunistas e por ativos aderentes dessa ideologia da extrema esquerda». O governo argentino, que até agora invocava sistematicamente «complotô peronistas» para justificar os atentados às liberdades e a postergação das promessas de realização de eleições, adotou agora a tática de usar como pretexto, supostas conspirações comunistas.

No dia 13, o general Aramburu completou a cortina de fumaça atrás da qual pretende esconder seus planos antidemocráticos, com a convocação de uma Assembléia Constituinte «sui-generis», pois terá poderes limitados, cabendo-lhe apenas decidir sobre a reforma de determinados artigos da Constituição argentina, citados no decreto de convocação. Com esse ato pretende o presidente Aramburu manter-se no poder, pelo menos até 1958.

Os acontecimentos que se seguiram a esses violentos atentados às liberdades democráticas revelaram no entanto que, longe de significar uma demonstração de força, não são mais que atos desesperados de um governo corroido por contradições internas cada vez mais agudas, e sem qualquer base popular. Os golpes de palácio, que se têm sucedido na Argentina, durante os últimos meses, são anunciados cada semana. O governo Aramburu não passa de uma ditadura militar cada vez mais submissa ao governo dos Estados Unidos, que constitui agora o seu principal apoio. Colocando-se a serviço do imperialismo norte-americano, o governo Aramburu procura arrastar a Argentina à política de preparação para a guerra ditada por Washington, e ensaia entregar o petróleo e demais riquezas do país aos monopólios ianques. A iniciativa de Aramburu de promover uma Conferência de «Defesa» do Atlântico Sul obedeceu, como hoje é público, a uma imposição norte-americana, através dos «planos da Junta Interamericana de Defesa».

A política de Aramburu choca-se, no entanto, com a esmagadora maioria da nação argentina. Sua execução exigiria portanto a prévia liquidação das liberdades democráticas do país, e isso explica as recentes violências.

O movimento operário argentino está em processo de rápida unificação, apesar da intervenção governamental na Central Operária, que agora é substituída, na prática, por Comissões Intersindicais. A maioria dos sindicatos, que após a queda de Peron havia sido tomada de assalto por bandos insuflados pelo governo, já logrou constituir direções operárias, muitas delas baseadas em chapas de unidade, inclusive com a participação de comunistas. A influência do Partido Comunista cresce dia a dia, tendo-se multiplicado várias vezes os efetivos do Partido nos últimos meses. O movimento reivindicatório tem assumido formas bastante elevadas, como a recente greve de «garis» de Buenos Aires que desafiou a medida governamental de convocação militar dos operários, desmoralizando definitivamente esse recurso com o qual a reação procurava intimidar os trabalhadores, ameaçando-os até com o fuzilamento como «desertores».

Ao lado da classe operária, as demais forças democráticas e patrióticas argentinas se opõem à política antinacional do governo Aramburu. O movimento contra o «Tratado do Atlântico Sul» se amplia dia a dia, e uma poderosa frente de defesa das liberdades une os mais variados grupos políticos dominantes, com reflexos nos partidos tradicionais, que se dividem em facções divergentes, como é o caso da União Cívica Radical, na qual um setor apóia o governo, e outro, o mais forte, se declara em oposição, e apresenta como candidato à Presidência da República o sr. Arturo Frondizi, com um programa que inclui a defesa das liberdades democráticas e certas medidas tendentes à defesa da economia nacional e à adoção de uma política externa independente.

O governo Aramburu não teve, assim, forças para manter a repressão no ritmo inicial, e apenas uma semana após a «descoberta» do «complotô comunista», foi levado a pôr em liberdade setenta e um dirigentes do Partido Comunista, e a reabrir parcialmente suas sedes. Esse recuo está provocando nova luta interna no seio do governo, trazida a público com o telegrama do vice-presidente, almirante Rojas ao almirante brasileiro Pena Boto, que presidiu o «Congresso Anticomunista» de Lima. «Na Argentina», declara o sanguinário fuzilador, «realizamos uma campanha anticomunista que deveria estender-se a todos os campos de ação, a despeito da resistência que erradamente oferecem alguns dirigentes de partidos grandes e pequenos, e também algumas autoridades que não compreendem o perigo iminente a que expõem a Nação». Tais palavras, provenientes do homem que ocupa o cargo de vice-presidente da nação irmã, demonstram que sérias ameaças continuam a pairar contra o movimento democrático argentino, com o qual se solidarizam todos os povos da América Latina.

ENQUANTO A CÂMARA DISCUTE O "CASO LACERDA" OS NORTE-AMERICANOS DESEMBARCAM EM FERNANDO DE NORONHA

Precisamente quando a situação nacional se agravava com a entrega de Fernando de Noronha e em consequência da política antinacional e antipopular adotada abertamente pelo governo do sr. Kubitschek e quando 188 deputados exigiam a instalação de uma Comissão de Inquérito sobre a política exterior do governo, surgiu o incidente denominado «Caso Lacerda» que passou a agitar os meios políticos.

Tendo ido da tribuna da Câmara, em seu discurso de estréia como líder da UDN, um telegrama secreto do Itamarati, que serviu de prova de acusações ao sr. João Goulart, acusado de traição à segurança nacional por setores do governo e do PSD, que passaram a exigir, com grande alarido, sucessiva e atenuadamente, licença para processo (Lei de Segurança), cassação do seu mandato de deputado, censura pela Câmara e suspensão do mandato.

Por outro lado, setores da UDN, defendendo Lacerda trataram de reviver sua propaganda de caráter golpista:

A DEFESA DA SOBERANIA NACIONAL DEVE SER O CENTRO DAS ATENÇÕES DE TODOS OS PATRIOTAS

criação fora dos quadros constitucionais» (Afonso Arinos), «semente da guerra civil» (Alomar Baleeiro), etc.

Trata-se, sem dúvida, de choque político determinado e condicionado pelo acirramento das contradições entre os grupos políticos das classes dominantes. O caso está prendendo as atenções do Congresso e de parte da opinião pública, em torno dele giram e manobram os quadros dos partidos e do governo e vem sendo agitado como se fora o centro da política nacional.

Enquanto na Câmara se discute essa questão os americanos estão desembarcando em Recife e em Fernando de Noronha, com militares, técnicos e grande quantidade de material. O divisor das águas, neste momento grave para os destinos da nação, é o entreguismo ou o anti-entreguismo. O que o povo

brasileiro exige é a tomada de posição em defesa dos interesses nacionais, contra a política entreguista do governo do sr. Kubitschek.

Deve merecer o apoio dos comunistas, dos patriotas, dos democratas, de todo o povo, tudo o que conduzir ao reforçamento da frente única indispensável à salvaguarda dos interesses nacionais. Deve ser combatido, denunciado, tudo o que servir à política entreguista, tudo o que favorecer os interesses do imperialismo lanque e ao desembarque de suas forças de ocupação no território nacional.

Não há a menor dúvida de que a agitação que se seguiu ao incidente Lacerda vem servindo muito bem aos interesses da política entreguista. Serve para desviar a atenção das massas populares e tem servido para monopolizar as atenções do Congres-

so: até o presente momento não se instalou sequer a Comissão de Inquérito sobre política exterior, ameaçada, aliás, de torpedeamento pelo governo e seus líderes quando apresentado o requerimento.

Este o aspecto mais importante do caso Lacerda, que deve ser apreciado objetivamente, pouco importando os interesses ou intenções dos grupos políticos em choque.

Por uma questão de princípio, de defesa das liberdades asseguradas na Constituição, todos os democratas são contrários à cassação de mandatos conferidos pelo povo. É inaceitável, portanto, que se recorra a esta violação da Carta Magna para punir Lacerda. Isto não significa, porém, defender Lacerda ou tomar posição a seu lado. Bem conhecida é a atuação política desse profissional da traição e do entreguismo, agente provocador permanentemente utilizado pelo Departamento de Estado norte-americano.

Trata-se de denunciar tudo o que servir ao entreguismo e de afastar todos os obstáculos à ampliação imediata da campanha nacional pela anulação do ajuste de Fernando de Noronha.

Nosso povo vem manifestando seu apoio ao requerimento pela instalação da Comissão de Inquérito sobre a política exterior e os pactos lesivos à soberania nacional. Mas está evidente que o seu funcionamento depende do

fortalecimento e da unidade do movimento patriótico que já se estende por todos os pontos do território nacional e há de unir todos os brasileiros, contra a ocupação do solo pátrio pelos militaristas lanques, a sua transformação em base da agressão atômica e o atrelamento do Brasil como simples caudatário da política de guerra dos senhores do dólar.

SOLIDARIEDADE AO PARTIDO COMUNISTA ARGENTINO

Telegrama de Luiz Carlos Prestes

Despertou uma onda de indignação em toda a opinião pública latino-americana, o ato arbitrário do governo Aramburu, cuja polícia assaltou recentemente as sedes do Partido Comunista Argentino e violou domicílios detendo centenas de dirigentes comunistas e personalidades democráticas, entre os quais Rodolfo Ghioldi, Leónidas Barleta, Pablo Neruda, Margarida Ponce e muitos outros.

Sob a pressão dos protestos populares, o governo reacionário e servil do imperialismo que hoje domina a Argentina foi obrigado a recuar e pôr em liberdade os líderes comunistas e personalidades mais conhecidas, conservando porém no cárcere centenas de outros patriotas.

Expressando a solidariedade dos trabalhadores e do povo brasileiros, o secretário-geral do PCB, Luiz Carlos Prestes, enviou o seguinte telegrama à direção do Partido Comunista Argentino:

GERONIMO ARNEADO ALVAREZ

BUENOS AIRES — ARGENTINA

Aos queridos camaradas do Partido Comunista da Argentina enviamos a nossa mais calorosa solidariedade face às medidas atrabiliárias do governo Aramburu, prendendo centenas de comunistas e personalidades democráticas, assaltando as sedes do Partido e violando domicílios.

Estas violências atingem todo o movimento democrático latino-americano e fazem parte do plano das forças reacionárias para liquidar as liberdades em nosso continente. Visam quebrar a resistência oposta pelas massas populares à assinatura do Tratado do Atlântico Sul, cujo objetivo é enquadrar nossos países no dispositivo militar agressivo do imperialismo norte-americano e arrastar nossos povos em suas aventuras guerreiras.

Estamos certos de que os inimigos do povo argentino serão derrotados em sua investida antidemocrática e que o combativo partido irmão sairá desta situação ainda mais forte e prestigiado.

Os atos arbitrários da polícia do sr. Aramburu são condenados pelo povo brasileiro. Protestamos contra tais atentados que atingem os sentimentos democráticos e de paz dos povos da América Latina. — Saudações fraternais.

LUIZ CARLOS PRESTES

A Campanha Anticomunista Abre Caminho ao Entreguismo

Das provocações de «O Globo» ao delírio fascista de Pena Bóto

Voltaram a encher as páginas da imprensa reacionária, nos últimos dias, comentários, entrevistas e notícias forjadas com o objetivo visível de alentar uma campanha anticomunista. As grossas provocações de «O Globo», que visavam justificar um atentado policial contra os jornais do povo, sucederam-se publicações no mesmo sentido em quase todos os órgãos das classes dominantes, como que obedecendo ao mesmo sinal de partida e à inspiração do mesmo centro. Até o «Diário de Notícias», que não pode conciliar suas pretensões de porta-voz do nacionalismo com o papel de suplemento ilustrado da Embaixada Americana, achou de reeditar contra o Partido Comunista velhas calúnias do tempo do fascismo. E coroou suas reportagens mentirosas, na última quinta-feira, com uma entrevista do coronel Luna Pedrosa, na qual o chefe do DPPS afirma que a polícia está «pronta para atuar» contra os comunistas.

Não pode haver dúvida: é a preparação psicológica da opinião pública para o desencadeamento de novas medidas anticomunistas e antidemocráticas, é mais uma tentativa, tantas vezes repetida — e tantas vezes fracassada — para criar em nosso país um clima de anticomunismo que justifique as violências policiais contra a força de vanguarda na luta pela independência nacional, pela democracia e pelos interesses do povo.

Enquanto os jornais estendidos pelos dólares da traição atacam os comunistas, desembarcam no Nordeste as primeiras levas de militares lanques que vão ocupar a ilha brasileira de Fernando

de Noronha. Estes dois fatos não estão isolados: ligam-se como elos da mesma trama sombria dirigida contra a soberania de nossa pátria e a vida de nosso povo. A propaganda anticomunista não visa outra coisa senão abrir caminho para medidas repressivas contra os lutadores mais consequentes em defesa da soberania nacional, e ao mesmo tempo atemorizar todos os patriotas que se dispõem a combater a política entreguista do governo do sr. Kubitschek.

A tentativa de implantar no Brasil a mais desbragada reação «macarthysta», a exemplo da que reina nos Estados Unidos e em outros países latino-americanos, é comprovada ainda pelas atividades do famigerado almirante Pena Bóto. Participando de um «congresso anticomunista» em Lima, como chefe da delegação brasileira que incluía o notório torturador de presos Cecil Boré, o ridículo presidente da Cruzada Anticomunista desandou em acusações ao exército brasileiro e a seus chefes, pregando a instituição de um regime de terror fascista em nosso país.

Fato bastante significativo, e que causou indignação em todos os setores da opinião brasileira, foi a mensagem dirigida a esse delirante fascista pelo vice-presidente da Argentina, o sinistro contra-almirante Isaac Rojas, responsável pelo assassinato de centenas de patriotas argentinos que lutam contra a tirania de Aramburu. O Pena Bóto portenho insinua nesse documento, com a audácia irresponsável dos aventureiros fascistas, que está disposto a ajudar o Isaac Rojas brasileiro a implantar no Brasil uma feroz ditadura contra o povo. É o que fica claro do seguin-

te trecho da carta: «Um exército (o argentino) que libertou meio continente da tirania, estará sempre ao lado da justiça e da liberdade de sua pátria, bem como ao lado de seus irmãos americanos... Almirante: ajudar-nos-emos mutuamente nesta feroz luta de vida ou morte e triunfaremos».

É evidente que esta intervenção descarada do almirante Rojas nos assuntos internos de nosso país está relacionada com as demarques para a Conferência de Defesa do Atlântico Sul, nova peça do dispositivo militar agressivo norte-americano. Desta conferência, a realizar-se proximamente em Buenos Aires, deve sair um pacto militar entre o Brasil, a Argentina e o Uruguai, com o fim de pôr nossos países a serviço dos planos de guerra dos Estados Unidos. Como os nossos povos irmãos lutam contra essa política entreguista e guerreira, ela só poderia ser realizada em meio a uma cruel repressão policial contra os comunistas e todos os patriotas e democratas. Rojas insinua que se deve fazer no Brasil o que ele já faz na Argentina, onde centenas de patriotas e democratas são presos, fuzilados ou enviados para o exílio da morte na gelida Patagônia.

O povo brasileiro repele o anticomunismo, porque sabe que atrás dessa bandeira demoralizada se escondem as piores ameaças à sua liberdade e ao regime constitucional. Contra as medidas de discriminação anticomunista não de levantar-se patriotas de todas as filiações políticas, em defesa dos direitos democráticos para todos os cidadãos.

CONFERENCIA DE DEFESA DO ATLÂNTICO SUL

NOVA PEÇA DOS PLANOS AGRESSIVOS NORTE-AMERICANOS

Realizar-se-á em Buenos Aires, a 15 de maio, a primeira reunião preparatória para o «estudo das bases da organização da Defesa do Atlântico Sul», segundo nota distribuída pelo Itamarati. Um comunicado conjunto dos quatro governos participantes — Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai —, revela que a «Conferência de Defesa do Atlântico Sul» terá como base os planos traçados pela Junta Interamericana de Defesa, a qual também se fará representar na reunião. Outras informações provenientes dos Estados Unidos, confirmam que a iniciativa da Conferência é norte-americana, através da referida Junta, e que outras reuniões análogas serão realizadas mais tarde, para tratar da «defesa» do Pacífico e do mar das Antilhas.

É evidente, portanto, que a reunião de Buenos Aires tem como objetivo criar mais uma peça do dispositivo militar agressivo dos Estados Unidos, assumida ela a forma de um «pacto do Atlântico Sul», de um «acordo administrativo» ou «ajuste» dentro dos quadros do Tratado do Rio de Janeiro, ou da simples aprovação de «planos de defesa». A Conferência é patrocinada pela Junta Interamericana de Defesa, organismo dominado pelo imperialismo norte-americano, e será por ela dirigida. Com a organização da «defesa do Atlântico Sul» pretendem os Estados Unidos ligar o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai, diretamente à OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte). Ficaria assim preenchido o «vacuo» do Atlântico Sul na rede de pactos militares agressivos organizados pelo imperialismo norte-americano em todo o mundo, visando a uma agressão atômica contra a União Soviética e demais países do campo socialista. A cessão da base de Fernando de Noronha foi o primeiro passo nesse sentido. A reunião de Buenos Aires, segundo as intenções dos círculos militares dos Estados Unidos, consolidaria a entrega de Fernando de Noronha, e facilitaria a obtenção de novas bases não

só no Brasil, como em outros países da América do Sul.

Como muito bem frisou o Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz, em sua declaração contra a Conferência do Atlântico Sul, «é inaceitável o argumento invocado de «defesa do Atlântico Sul», pois não existe nenhuma ameaça de agressão, por parte de quem quer que seja, aos países participantes dessa conferência». «A adoção dos referidos «planos de defesa do Atlântico Sul», proclama ainda a referida declaração, «teria como consequência envolver ainda mais a América Latina na política de blocos militares». «Novos obstáculos seriam assim criados à política independente de paz e de boas relações com todos os países do mundo, que corresponde aos desejos dos povos de toda a América Latina».

Impondo novas restrições à soberania de nossa pátria, e dificultando ainda mais o estabelecimento de relações comerciais e diplomáticas com os países socialistas, a aprovação dos «planos de defesa do Atlântico Sul» conduziria ainda ao aumento de nossas despesas militares, a exemplo do que se verificou nos países da OTAN, cuja adesão ao Tratado do Atlântico Norte importou em gravíssimas consequências econômicas. A aprovação desses «planos» se refletiria também numa agravamento da situação política interna, com novos atentados às liberdades democráticas. A intensificação da repressão policial na Argentina, e a perseguição aos partidários da paz naquele país, — que concentram seus esforços no combate à propalada «organização da defesa do Atlântico Sul», constituem uma amostra do que poderá vir a ocorrer.

É portanto indispensável esclarecer e mobilizar o povo brasileiro contra a «Conferência de Defesa do Atlântico Sul». O combate aos objetivos da reunião de Buenos Aires liga-se diretamente à luta contra a entrega de Fernando de Noronha e de outras bases militares, centro da atividade dos comunistas e de todas as demais forças patrióticas, no momento atual.

A Posição do P. C. da Índia em Face do Governo de Nehru

AJOY GHOSH
Secretário-geral do P. C. da Índia

Publicamos a seguir o resumo de um artigo de Ajoy Ghosh, secretário-geral do Partido Comunista da Índia, no qual o autor esclarece uma série de importantes questões a respeito da política que vem sendo adotada pelo governo de Nehru.

Neste estudo, em que polemiza com o economista soviético M. Rubinstein, autor de dois artigos publicados em "Tempos Novos" (n.º 28 e 32 de 1956), o secretário-geral do P. C. Indiano contesta especialmente certas conclusões de Rubinstein, que poderiam fazer crer que as forças políticas burguesas, hoje governantes na Índia e em outros países que se tornaram há pouco independentes, poderiam dirigir amanhã uma edificação socialista pacífica.

Algumas das apreciações contidas nos artigos de M. Rubinstein são de fato inteiramente justas. Por exemplo, quando mostra a diferença existente entre a Índia, os E.E.U.U. e os demais países ocidentais, e salienta com justa razão que, nas condições atuais, as empresas do capitalismo de Estado na Índia desempenham um papel progressista. Essa apreciação é também a que faz o PC da Índia, como se verifica nesta observação:

«Devemos ter claro em nosso espírito que, se a ampliação do setor estatal e certas nacionalizações, hoje em dia na América, não se revestem de qualquer significação progressista, na Índia, ao contrário, a ampliação do setor público, permitindo o desenvolvimento das indústrias pesadas, assume uma significação progressista». (Algumas questões relativas à política do Partido).

Essa a razão por que o P.C. Índia tem apoiado constantemente todas as medidas adotadas quanto à ampliação do setor estatal. Entretanto, a despeito dessa observação e de algumas outras que são justas, a linha geral dos artigos de Rubinstein é inteiramente errada e sua tese essencial sem fundamento.

Observando que existem possibilidades objetivas que podem permitir à Índia tomar um caminho pacífico para o socialismo, o que ninguém contesta, o autor soviético faz a seguinte surpreendente afirmação: «é por esse caminho de desenvolvimento que Jawaharlal Nehru se pronunciou há muitos anos».

A «posição dominante do capital estrangeiro» (principalmente do capital inglês) em numerosos setores vitais da economia Índia, como o carvão, a juta, o petróleo e o chá, é admitida por aquele autor, bem como a posição do capital monopolista indiano, em outros setores. Mas as consequências políticas e mesmo econômicas que daí decorrem, são ignoradas. Nenhuma importância é atribuída ao fato de que as principais fontes de lucros estão nas mãos do capital privado.

PROMESSAS E REALIDADES

Rubinstein cita passagens da resolução adotada pelo Congresso Nacional de Awa-dis, onde se diz que deveria haver uma repartição justa da riqueza nacional, mas não se preocupa em dizer em que medida essa piedosa declaração foi posta em prática.

Ora, todos sabem que enquanto a renda líquida das indústrias manufatureiras da Índia aumentou, assim como os lucros distribuídos sob forma de dividendos, rendas, juros etc., de 58 para 67% os salários e vencimentos caíram de 42 para 33% da renda líquida.

Além disso, enquanto esses lucros foram obtidos por meio da intensificação da exploração dos trabalhadores e em prejuízo dos consumidores, a pronúncia dos impostos diretos, cujo peso cai principalmente sobre as classes mais ricas, diminuiu e a parte dos impostos indiretos, aumentou.

latifundiários possuíam 34%. Os arrendamentos elevados e os impostos particularmente pesados, levam os camponeses a contrair dívidas a taxas usurárias.

Durante os nove anos em que o Partido do Congresso está no poder, muito pouco se fez no que se refere à propriedade agrícola privada, apesar do II Plano Quinquenal. Aproveitando-se da atitude contemporizadora do governo, os latifundiários recorrem a transferências fictícias e a diversos processos, para assegurar para si a posse da terra.

Em sua resolução política, o PC Índia afirma que o governo Índia é o produto de uma coalizão da burguesia e da propriedade latifundiária, na qual a burguesia desempenha o papel dirigente, e sua política se explica pela vontade de orientar a Índia no sentido de uma linha capitalista independente.

Além disso, nós afirmamos que:

«Em vista desse objetivo, o governo tenta enfraquecer as posições do capital britânico em nossa economia. Ele se esforça por refrear as formas de exploração feudal, por transformar os proprietários feudais em proprietários de terra capitalistas e por criar um campesinato rico que poderia constituir a base social de um regime burguês no campo. Ele procura ampliar o setor estatal, que é essencial na atual situação para o próprio desenvolvimento do capitalismo. Tais objetivos e as medidas que deles resultam conduzem inevitavelmente o governo a entrar em conflito com o imperialismo, com o feudalismo e, às vezes, com os interesses particulares de certas camadas da burguesia, como se viu durante as discussões sobre a nacionalização dos seguros de vida. Isso conduz igualmente a conflitos políticos como aqueles que surgiram a propósito dos problemas da industrialização.

«Tais conflitos revestem-se de uma significação progressista em relação ao movimento democrático. Eles aumentam as possibilidades de obter sob a pressão das massas e graças ao reforçamento da união, que o governo caminha no sentido de reformas democráticas e não no das concessões às forças reacionárias.

«O PC está altamente interessado na realização de tal desenvolvimento e se empenha por impulsionalo, pois aquelas medidas reforçam o movimento democrático e favorecem a consolidação e ampliação da frente democrática. Cada passo à frente que o governo tome, no sentido de reforçar a independência nacional e a edificação de nossa economia, contra os interesses do imperialismo, dos latifundiários e dos monopólios, receberá nosso apoio mais enérgico e mais completo» (Resolução política).

O governo da Índia, abandonando sua antiga política de dependência total em relação ao imperialismo, inaugurou relações econômicas com a URSS e outros países socialistas. Ele defende a causa da paz e se mostra resolutivo em face dos imperialistas, fautores de guerra. Tudo isso consolida nossa economia e nossa independência e eleva o prestígio nacional da Índia. Essas medidas estão inteiramente de acordo com os interesses nacionais da Índia e os interesses das forças progressistas

no mundo; essa a razão por que o PC as apoia sem reserva.

UMA POLÍTICA DE CLASSE

Ao mesmo tempo, conscientes dos limites que comporta um desenvolvimento capitalista independente da Índia, na atual conjuntura internacional, nós observamos com vigor:

«Seria um erro grave considerar que o desenvolvimento dos conflitos entre o imperialismo e o governo da Índia, entre o feudalismo e as exigências de um desenvolvimento burguês, como as tentativas da burguesia no sentido de reforçar suas posições durante esses conflitos, já conduziram ou poderiam por si só conduzir o governo a adotar uma política interna democrática e popular. A burguesia não procura firmar sua posição apenas em face do feudalismo e do imperialismo, mas também em face das massas populares. Ela procura resolver à custa do povo as contradições que a opõem ao feudalismo e ao imperialismo.

«Por conseguinte, opondo-se ao imperialismo e tentando romper os grilhões dentro dos quais mantém a economia nacional, a burguesia mantém seus laços com o capital britânico e deixa a porta aberta a novas incursões do capital estrangeiro. Tentando conter e enfraquecer o feudalismo, ela continua a manter sua aliança com os latifundiários, contra as forças democráticas e faz concessões aos latifundiários. Esforçando-se por industrializar o país, ela procura fazer recair principalmente sobre o povo o peso do desenvolvimento econômico. Enquanto ela amplia o setor público, segue simultaneamente uma política que ajuda os monopólios, em seus ataques contra os trabalhadores e adota certas medidas que contribuem para enriquecer os monopólios e, por conseguinte, a reforçar sua posição em importantes setores de nossa economia. Apeloando para o povo para que coopere no reerguimento nacional, ela reforça simultaneamente o aparelho burocrático no qual coloca o essencial de sua confiança e recusa ampliar a democracia e adotar medidas que melhorem as condições de vida do povo. Tais medidas políticas impedem de se desenvolverem e enfraquecem as classes que são justamente as defensoras mais resolutas da paz e da independência nacional — as classes sem a iniciativa das quais e sem cuja atividade criadora a nação não poderá reerguer-se.

«Devido a tudo isso e às divergências existentes entre, de um lado, os objetivos de industrialização e, de outro lado, os métodos adotados pelo governo para realizar tais objetivos o processo de desenvolvimento do país é lento e vacilante, é marcado de reviravoltas e viragens, engendra conflitos agudos e profundas contradições.

«Nessas condições, formar a união nacional a fim de assegurar a paz, de defender e reforçar a independência e o reerguimento da nação, de proteger os interesses vitais das massas populares e ampliar a democracia, é uma tarefa extremamente complexa. Ela requer o apoio à posição do governo quanto à luta pela paz, quanto aos esforços que ele realiza por

sua consolidação. Ela requer o apoio a todas as medidas governamentais que enfraqueçam as posições do imperialismo e do feudalismo, quebrem os monopólios e reforcem a economia nacional. Exige que uma pressão constante seja exercida sobre o governo a fim de acelerar a industrialização e de fazer adotar todas as medidas que esta comporta. Requer uma luta vigorosa contra as medidas de compromisso e de concessão ao capital estrangeiro, à propriedade latifundiária e aos interesses monopolistas. Ela reclama uma luta persistente contra o governo, a fim de melhorar as condições de vida do povo. Exige que as medidas repressivas do governo sejam vigorosamente combatidas e repelidas e que os direitos democráticos sejam preservados e ampliados. Para que o PC consiga seguir uma tal política, revolucionária e flexível, para que ele desempenhe seu verdadeiro papel de forjador e dirigente do movimento democrático, deve continuar a ser uma força nacional independente. Ele deve ser um partido de oposição ao governo atual».

Essa é a nossa análise objetiva da política governamental. Essa é a política que o PC da Índia pretende seguir, para unir as massas de nosso povo na luta pela paz, a democracia e o socialismo.

A TRANSIÇÃO AO SOCIALISMO

Está fora de dúvida que os consideráveis êxitos registrados pelo socialismo na URSS e o avanço histórico da China exerceram uma poderosa influência em todo o mundo, e particularmente nos países subdesenvolvidos; que reforçaram as idéias socialistas não só no seio da classe operária, mas também entre o campesinato e outras camadas ou classes sociais progressistas. É verdade também, como já salientamos, que a ampliação do setor estatal, naqueles países, assume uma significação progressista. Tudo isso, porém, não poderia justificar a tese segundo a qual bastaria a esses países declarar que o socialismo é o seu objetivo e desenvolver o setor estatal, para que eles pudessem efetivamente avançar por um caminho de desenvolvimento não capitalista».

Rubinstein admite que as medidas tomadas a fim de desenvolver a indústria estatal não são, por si só, medidas de caráter socialista». Infelizmente, essa tese inteiramente justa se perde entre as outras apreciações contidas nos artigos citados.

Em apoio de sua análise do desenvolvimento da Índia, M. Rubinstein afirma que o desenvolvimento socialista é necessariamente diferente, segundo as condições existentes em diferentes países». Ninguém contestará essa formulação. Mas o que aqueles artigos esquecem completamente é a verdade profunda segundo a qual «qualquer que seja a forma de passagem ao socialismo, o fator decisivo e indispensável é a direção política da classe operária e de sua vanguarda. Sem isso, não haverá passagem ao socialismo» (Informe do CC do PCUS ao XX Congresso).

A apreciação histórica do XX Congresso do PCUS sobre a possibilidade de uma transição pacífica ao socialismo constitui uma arma de força excepcional para o movimento operário internacional. Essa apreciação está inteiramente de acordo com o ensinamento de Lênin segundo o qual «Marx não fechou a

questão — nem a fecharam os futuros dirigentes da revolução socialista — quanto às questões de formas, métodos e meios da revolução. Mas, ao mesmo tempo, existe o grande perigo de que essas apreciações sejam compreendidas de maneira errada, contrária aos princípios fundamentais do marxismo-leninismo, que são igualmente válidos para todos os países.

«O socialismo é inconcebível, escrevia Lênin, sem que o proletariado tome a direção do Estado». A essência dessa tese, como já vimos, não foi rejeitada pelo XX Congresso do PCUS que, ao contrário, reafirmou-a.

A burguesia, por mais radical e progressista que seja, não pode construir o socialismo, que implica em novas relações de propriedade. O poder nas mãos das massas democráticas, dirigidas pelo proletariado, eis a condição essencial para a edificação do socialismo. Sem a substituição do regime da burguesia e da propriedade latifundiária, por um regime popular dirigido pela classe operária, o socialismo é inconcebível. Os métodos concretos da conquista do poder não são idênticos em todos os casos. Surgiram novas possibilidades históricas, que permitem encerrar a passagem ao socialismo através de meios pacíficos: é dever de todos os PPCC de todos os partidos do socialismo, fazer todos os esforços para transformar essa possibilidade em realidade. Mas seria inteiramente falso tomar isso como uma reparação de teorias como a do «gradualismo», dos «elementos do socialismo», desenvolvendo-se no seio do Estado, capitalista e abrindo a porta ao socialismo.

Além disso, a tese leninista segundo a qual o aparelho burocrático da burguesia não pode servir como instrumento para as massas trabalhadoras, para a construção do socialismo, continua totalmente válida. O método utilizado para destruir o velho aparelho de Estado poderá diferir e estender-se por um período mais longo que aquele verificado na Rússia, após a revolução. Mas se se deseja construir o socialismo, o velho aparelho de Estado deverá ser substituído por um novo sistema, no qual o verdadeiro poder pertença a organismos populares eleitos. Convém notar que o governo Nehru, que se proclama socialista, não só conservou o aparelho burocrático e policial, mas ampliou seu poderio e seu campo de ação.

Existe positivamente um caminho de desenvolvimento não-capitalista, para os países subdesenvolvidos como a Índia. Mas seria uma ilusão acreditar que o governo atual, dirigido pela burguesia, possa avançar nesse caminho. O PC da Índia não alimenta tais ilusões. Essa a razão por que, embora reconhecendo plenamente que a atual situação apresenta possibilidades de progresso e embora apoiando sem reserva as medidas governamentais que contribuem para tornar efetivas aquelas possibilidades, para reforçar a causa da paz, a independência nacional e a economia nacional, o PC se esforça por desenvolver as forças democráticas e socialistas existentes em nosso país, de tal maneira que o poder passe para as mãos das massas democráticas, dirigidas pela classe operária. Essa é a única posição que poderá permitir o cumprimento, o mais rapidamente possível, das tarefas da revolução democrática e fazer avançar o país, em direção ao socialismo.

A SITUAÇÃO POLITICA E AS TAREFAS DO PARTIDO

LUIZ CARLOS PRESTES

(Informe apresentado em nome do Presidium ao Pleno do Comitê Central)

Condições:

Reunimo-nos em momento da maior gravidade para a vida da nação. O ato do governo do sr. Juscelino Kubitschek que autoriza a transformação de Fernando de Noronha em base militar norte-americana significa humilhante capitulação diante do opressor estrangeiro. A permissão para que o governo de uma potência imperialista transforme parte do território brasileiro em base militar para uma guerra de agressão contra a União Soviética e demais países do campo socialista e contra os povos que lutam heróicamente pela independência nacional, a alienação da soberania nacional que esse ato implica e as terríveis consequências que encerra para a vida do povo brasileiro e para o futuro da nação, tudo isso não pode deixar de comover a todos os brasileiros, de ferir profundamente o coração de cada patriota.

Nosso povo não aceitará jamais a escravidão colonial nem permitirá que uma minoria parasitária que vive à custa da brutal exploração de milhões de brasileiros, em seu esforço desesperado na defesa de privilégios egoístas, venda o país aos monopólios norte-americanos, negocie com a vida de nossa juventude e comprometa o Brasil em aventuras guerreiras. Contra isso levantar-se-á a maioria esmagadora da nação. Nesta batalha em defesa da paz, da soberania nacional e da vida de nosso povo, cabe a nós, comunistas, como sempre, um posto de honra à frente da classe operária e do povo, despertando, esclarecendo, unindo e organizando a todos os patriotas.

I

A intensificação da ofensiva do imperialismo norte-americano, procurando, através de crescente pressão política e econômica, transformar o Brasil em parte integrante de seus dispositivos agressivos, tem como uma de suas principais causas o próprio agravamento da situação internacional.

Recentemente, a reação mundial mobilizou todas as suas forças e desenvolveu desesperados esforços numa nova investida contra a paz, o socialismo, a democracia e a independência dos povos. Destacam-se, neste sentido, acontecimentos tão sérios como o ataque armado desfechado pela Grã-Bretanha, França e Israel contra o Egito, a tentativa da contra-revolução de derrubar o Poder popular na Hungria e ainda a intensificação da ofensiva ideológica e da perseguição política aos Partidos Comunistas nos países capitalistas. Esses acontecimentos não são indicio de força. Refletem, antes, seu desespero diante do sentido em que evoluem os acontecimentos no mundo inteiro.

Os últimos anos foram de progressivo fortalecimento e ampliação das posições do socialismo em todo o mundo. O socialismo transformou-se em sistema mundial, ao mesmo tempo que entrou em decomposição o sistema colonial de Imperialismo. Cresceu entre todos os povos o poder de atração das idéias do socialismo, da liberdade e da paz. As forças da paz multiplicaram-se com a formação no cenário mundial de uma extensa «zona de paz» constituída por Estados, tanto socialistas como não-socialistas, da Europa e da Ásia, com uma população de quase 1.500 milhões de seres, que defendem uma política de paz e contrária à participação em agrupamentos imperialistas fechados ou em blocos regionais agressivos.

Isso se tornou mais evidente após a realização do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, que abriu novas e claras perspectivas para o ulterior desenvolvimento do movimento democrático e comunista no mundo inteiro, com a generalização científica de uma série de questões de princípio essenciais da situação internacional contemporânea. Importância especial teve para a atividade dos Partidos Comunistas e Operários a questão da utilização de diferentes formas de passagem ao socialismo, fazendo surgir novas e grandes possibilidades para a unificação do movimento operário e das mais amplas forças democráticas e progressistas. Foram reveladas com maior clareza as condições mais favoráveis à coexistência pacífica dos países socialistas e capitalistas, ao desenvolvimento de relações mútuas diplomáticas, econômicas e culturais entre Estados em que dominam regimes políticos e sociais diferentes, bem como à solução pacífica dos conflitos internacionais.

As novas e grandes possibilidades que, assim, se abriram aos Partidos Comunistas e Operários para atrair e ganhar as massas provocaram inquietação entre os inimigos do comunismo. Por sua vez, o crescimento do movimento de libertação nacional e em particular os acontecimentos no Oriente Médio e no norte da África, não podiam deixar de causar apreensão entre os círculos reacionários.

As potências imperialistas, particularmente os Estados Unidos, movimentaram suas forças e seus agentes em todo o mundo, trataram de utilizar a denúncia das consequências do culto à personalidade de Stálin para tentar desmoroar e dividir o movimento comunista, ao mesmo tempo que os imperialistas ingleses e franceses invadiam o Egito e os agentes norte-americanos procuravam criar na Hungria um foco de guerra através do estímulo e ajuda à contra-revolução e ao fascismo.

Com o apoio firme e decisivo da União Soviética e demais Estados do campo do socialismo, com o apoio de outras nações pacíficas, os povos do Egito e da Hungria saíram vitoriosos em sua luta heróica contra a agressão imperialista. Os acontecimentos mostraram que as forças parciais da paz podem fazer cessar uma guerra, mesmo depois de iniciada, como aconteceu no Egito, e que as forças

do socialismo estão suficientemente unidas e são bastante poderosas para esmagar todas as tentativas criminosas das forças da contra-revolução e do fascismo, como aconteceu na Hungria.

Quanto ao movimento comunista no mundo inteiro, diante da intensificação dos esforços feitos pelo imperialismo e seus agentes no sentido de semear o desconcerto nas fileiras comunistas, de promover cisões dentro dos Partidos Comunistas, de separá-los uns dos outros, reforçam sua unidade que se baseia no espírito do internacionalismo proletário e na defesa do marxismo-leninismo contra todas as tentativas revisionistas, unidade que tem como centro a União Soviética. Como indica o Partido Comunista da China: «A tarefa de todos os comunistas consiste em unir o proletariado, em unir as massas populares, em rechaçar decididamente a furiosa ofensiva dos imperialistas contra o mundo socialista e em avançar resolutamente pelo caminho aberto pela Revolução de Outubro». (Editorial do «Jenmingpao» — «Novamente, sobre a experiência histórica da ditadura do proletariado»).

Em todos os terrenos, as conspirações dos círculos agressivos imperialistas continuam sendo batidas. A política agressiva e guerreira da reação mundial e muito especialmente

pelo círculos agressivos do imperialismo no sentido de conseguir nova agravação da tensão internacional.

O governo dos Estados Unidos, ao mesmo tempo que procura reavivar a guerra fria e trata de reforçar no mundo inteiro seus dispositivos militares, quer envolver nosso país em seus preparativos de uma nova guerra mundial e levá-lo a participar ativa e diretamente em sua política agressiva e guerreira. Esforçam-se, assim, os monopólios lanques por aumentar a dependência econômica do Brasil e dar novos passos no sentido da submissão de nosso país. Esta ofensiva do imperialismo norte-americano agrava toda a situação econômica e política do Brasil, atingindo seriamente a maioria esmagadora da população.

II

As forças que se opõem aos imperialistas norte-americanos e aspiram à liberdade e à independência nacional vêm crescendo continuamente em nosso país. Aumenta a força da classe operária. São cada vez mais numerosos os efetivos sindicais e, através de diferentes formas, desenvolve-se nas diversas regiões do país a unidade da classe operária que atinge um nível mais alto. O proletariado tem lutado com sucesso pelas suas reivindicações, inclusive através de movimentos grevistas de envergadura, como aconteceu com os ferroviários do Rio Grande do Sul e os estivadores de Santos. Tem defendido com êxito a autonomia sindical e o respeito a suas conquistas sociais e exige a revogação do decreto antigreve 9.070. O interesse demonstrado por amplos setores do proletariado pelos problemas políticos nacionais e sua participação cada vez mais ativa nas lutas patrióticas e democráticas são fatos significativos que revelam a elevação da consciência política da classe operária. Cresce também a sindicalização dos assalariados agrícolas em diversas regiões do país. Prossegue a luta das massas camponesas contra os grileiros e pela posse da terra, e os arrendatários, especialmente os produtores de algodão, vêm pugnando por melhores preços. Realizaram-se também numerosas conferências de camponeses, conferências estaduais no Ceará, Maranhão, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Mato Grosso, São Paulo e Pará, conferências em que os camponeses discutiram e aprovaram resoluções a respeito da reforma agrária e de outras reivindicações imediatas e sentidas. Entre as lutas populares destacou-se a campanha pela anistia aos presos e perseguidos políticos da qual participaram novos setores da população e que, embora não vitoriosa, alcançou êxitos parciais com a conquista de anistia para jornalistas e operários. O movimento estudantil também cresce e tem tomado posição clara em defesa das liberdades democráticas e das riquezas nacionais ameaçadas pelo imperialismo norte-americano. Constituiu importante acontecimento o papel de destaque que tiveram os estudantes na luta contra o aumento do preço das passagens nos transportes urbanos na Capital do país. As lutas do povo encontraram eco favorável no Parlamento, nas Assembléias Legislativas Estaduais e nas Câmaras Municipais. Exemplo disto foi a realização do Congresso dos Minérios que contou com a presença e apoio de forças que até então não participavam do movimento patriótico, particularmente grande número de parlamentares ligados aos mais diversos partidos políticos. Seguiu-se a isto a denúncia do acordo atômico Brasil-Estados Unidos. Posteriormente, realizou-se o 1º Congresso das Assembléias Legislativas Estaduais que tomou importantes resoluções de caráter democrático e patriótico. As demonstrações do comércio de Pernambuco com o apoio da indústria e da classe operária contra os aumentos de impostos e contra o governo do Estado refletem as crescentes contradições no seio das classes dominantes e um geral descontentamento.

Nesta situação política, favorável ao desenvolvimento da democracia, subiu o sr. Kubitschek ao poder e tem decorrido o seu governo. As forças patrióticas e democráticas haviam conseguido êxitos importantes com a vitória eleitoral de outubro de 1955 e com os movimentos militares de novembro, que afastaram do poder os principais elementos da camarilha golpista. Era evidente o poderio político da ampla coalizão eleitoral formada em torno dos nomes dos srs. Kubitschek e Goulart, apesar de sua composição ser a mais heterogênea, indo das forças populares e patrióticas até setores reacionários das classes dominantes. Embora no comando da Aeronáutica e da Marinha predominassem as forças golpistas e pró-lanques, a maioria do Exército encontrava-se nas mãos das forças patrióticas, opostas ao golpe. Contra a minoria golpista, que continuava suas ameaças de implantar uma ditadura terrorista a serviço dos monopólios norte-americanos, levantava-se a ampla unidade de ação das forças que impuseram sua vontade fazendo respeitar a decisão das urnas e assegurando a posse do novo governo. A correlação de forças políticas era favorável ao avanço no caminho da democracia e da conquista de novos êxitos pelas forças patrióticas e democráticas. Dentro desta disposição de forças existiam condições reais para a realização de certas mudanças progressistas na política interna e externa do país, desde que as forças democráticas conseguissem eliminar os mais sérios entraves à mobilização das massas alcançando novas conquistas democráticas e dar maiores passos no caminho da unidade de suas fileiras.

Vitorioso através de uma ampla coalizão antigolpista, que expressava a crescente aspiração de nosso povo à independência, à paz, à democracia e ao bem-estar e surgido da luta contra a implantação de uma ditadura terrorista a ser

(Continua na 6.ª página)



dos círculos militaristas norte-americanos não consegue modificar o sentido em que fundamentalmente evoluem os acontecimentos mundiais. A paz vem sendo defendida com êxito crescente pelas forças unidas dos países socialistas e de todos os povos e países amantes da paz. É predominantemente no sentido do progresso e da diminuição da tensão internacional, do isolamento cada vez maior das forças da guerra e do continuado fortalecimento das forças da paz que se desenvolve a situação internacional.

No entanto, não desapareceu o perigo de guerra. Os imperialistas não abandonam jamais por vontade própria sua política expansionista e guerreira. Enquanto existir o imperialismo persistirá a base econômica para o surgimento das guerras. Os círculos reacionários dos Estados Unidos prosseguem em suas atividades agressivas. Neste momento, quando existem condições favoráveis à consolidação da paz no Oriente Médio e melhores possibilidades para resolver as questões em litígio naquela região, são particularmente os Estados Unidos que procuram utilizar-se da derrota sofrida pela Inglaterra e França para ocupar as posições que estes países ali mantinham. O governo dos Estados Unidos pretende cobrir a região com uma rede de bases atômicas, ocupá-la com suas tropas, e, ao mesmo tempo que procura intensificar a exploração colonial dos povos árabes, quer fazer do Oriente Médio outro ponto de partida para a agressão que prepara contra a União Soviética e demais países do campo socialista. Este o sentido da chamada «doutrina Eisenhower» que atribui poderes ilimitados ao governo dos Estados Unidos em todo o Oriente Médio. As decisões da recente conferência da SEATO, os novos entendimentos do chefe do governo americano com os chefes dos governos francês e britânico, a adesão dos Estados Unidos ao Pacto de Bagdá e ainda a resposta negativa às propostas do governo soviético a respeito da política no Oriente Médio, são outros tantos fatos que mostram os esforços que continuam a ser feitos

A SITUAÇÃO POLÍTICA E AS TAREFAS DO PARTIDO

(Continuação da 5.ª página)

viço dos monopólios lanques, o governo do sr. Kubitschek, embora defenda no fundamental os interesses dos latifundiários e grandes capitalistas ligados aos monopólios norte-americanos, não podia deixar de apresentar algumas características diferentes das de governos anteriores. Apesar de não traduzir a correlação de forças políticas existentes no país e de não exprimir os interesses de todas as grandes correntes de opinião da coalizão antigolpista, que isolou e derrotou sucessivamente a camarilha golpista, no governo do sr. Kubitschek participam os setores das classes dominantes favoráveis à salvaguarda do atual regime constitucional e também forças que representam os interesses da burguesia nacional. Em seu seio não podiam deixar de refletir-se contradições várias e choques de interesses diversos, acentuando-se porém, duas tendências principais — a das forças patrióticas, democráticas e progressistas e a das forças retrógradas contrárias às modificações progressistas na política externa e interna.

Desde o início do governo do sr. Kubitschek, as forças reacionárias de dentro e fora do governo, apesar das divergências e contradições entre elas existentes, trataram de rearticulação-se com o objetivo de romper a coalizão eleitoral formada em torno dos nomes dos srs. Kubitschek e Goulart, de dividir as forças patrióticas e, muito especialmente, de isolar a vanguarda consciente da classe operária, o Partido Comunista. Esta a origem das sucessivas tentativas de «pacificação» das forças políticas feitas pelo sr. Kubitschek e das manobras para eliminar do governo o setor patriótico que, embora vacilante, dificulta a política de «pacificação» com as forças mais reacionárias e entreguistas, assim como a crescente submissão do país ao governo dos Estados Unidos. A orientação do governo do sr. Kubitschek foi revelando, dia a dia, a crescente preponderância em seu seio dos interesses das forças internas mais reacionárias e ligadas aos monopólios norte-americanos.

Na política interna, orienta-se o governo no sentido de restrições cada vez maiores às liberdades democráticas. Apesar da resistência oferecida pelas forças populares e democráticas sucedem-se os atentados às liberdades. O direito de associação foi duramente golpeado com o fechamento pelo governo de uma série de organizações patrióticas e populares, tais como a Liga de Emancipação Nacional, a União dos Servidores do Pôrto do Rio de Janeiro, a Federação de Mulheres do Brasil, a União dos Favelados do Distrito Federal, a Frente de Novembro, a Associação Brasileira dos Direitos do Homem, etc.. A liberdade de imprensa tem sido igualmente atacada e o governo, além de mandar apreender jornais e revistas, de ameaçar a circulação de jornais populares, reclama do Congresso Nacional, através de projeto de lei, novas medidas restritivas à livre manifestação do pensamento e realiza uma ostensiva censura ao rádio e à televisão. A polícia continua invadindo domicílios, realizando prisões arbitrárias e instaurando processos judiciais contra dirigentes comunistas e jornalistas.

No terreno econômico e financeiro, o governo do sr. Kubitschek insiste na realização de uma política de incessante aumento das despesas públicas e improdutivas, como as que são feitas com a construção de uma nova Capital. O déficit no orçamento federal atingiu o nível jamais alcançado de 26 bilhões de cruzeiros e o débito do Tesouro ao Banco do Brasil, que não costumava exceder de 5 bilhões, elevou-se em 21-XII-56, a 24 bilhões de cruzeiros. A espiral inflacionária continua e seu ritmo é cada dia mais acelerado. Tornam-se cada vez mais escorchantes os impostos, o que mais agrava o aumento de preços e a carestia de vida. Baixa, por isto, incessantemente o salário real, ao mesmo tempo que cresce a especulação e amplia-se o campo para os lucros excessivos e para todas as negociatas. A pretexto de acelerar a industrialização do país, o governo do sr. Kubitschek concede favores excepcionais aos monopólios imperialistas em prejuízo da indústria nacional. Semelhante política, em vez de assegurar um desenvolvimento independente para a economia nacional, determina, ao contrário, uma dependência cada vez maior do país em relação principalmente ao imperialismo norte-americano.

E' no âmbito da política externa, porém, que se manifesta com maior nitidez o caráter reacionário e pró-imperialismo lanque da política do governo do sr. Kubitschek, que segue a mesma linha de conduta de seus antecessores, de inteira submissão ao Departamento de Estado do governo dos Estados Unidos. O governo continua por isto surdo aos reclamos da maioria da nação a respeito do estabelecimento de relações comerciais e diplomáticas com a União Soviética, a República Popular da China e demais países de democracia popular. A delegação brasileira na ONU coloca-se sistematicamente ao lado de governos imperialistas e opressores contra os povos que lutam pela libertação do jugo colonialista, vota com o governo da Grã-Bretanha contra o povo de Chipre, com o governo agressor da França contra o povo argelino, com o governo fascista de Portugal contra as aspirações do povo de Goa de se incorporar à Índia. Com o ataque imperialista ao Egito, o governo do sr. Kubitschek colocou um destacamento de tropas brasileiras à disposição da ONU, cedendo à pressão dos círculos agressivos dos Estados Unidos que, sob o escudo da ONU, querem envolver nosso país em sua política expansionista e agressiva no Oriente Médio. O envio de soldados brasileiros para o Egito foi um arriscado passo dado pelo governo do sr. Kubitschek no sentido de levar o Brasil a participar diretamente dos planos agressivos e colonializadores dos Estados Unidos.

E, agora, diante de novas e mais sérias exigências dos círculos dirigentes dos Estados Unidos, o governo do sr. Kubitschek cede parte de nosso território ao opressor estrangeiro. Mesmo que se tratasse apenas de permissão para realizar em território brasileiro experiências com novos engenhos militares, nada justificaria esse ato, que contraria frontalmente os interesses nacionais. Que interesse podemos ter com semelhantes experiências? Por que motivo permitir que se realizem em nosso território ou no litoral brasileiro?

O governo dos Estados Unidos quer instalar no Brasil, a começar por Fernando de Noronha, bases para o lançamento de foguetes teleguiados. Com o alcance cada vez maior dos engenhos militares de agressão, os militaristas lanques procuram ampliar seu dispositivo agressivo e, ao mesmo tempo, deslocar dos Estados Unidos para outros países a primeira linha de defesa do território norte-americano. Querem, assim, nos envolver diretamente em seus planos agressivos, o que nos arrastaria automaticamente às aventuras guerreiras dos círculos dirigentes de Washington contra os povos livres e amantes da paz, muito especialmente contra a União Soviética e demais países do campo socialista.

Ao autorizar a transformação de Fernando de Noronha em base militar lanque, o governo do sr. Kubitschek aliena parcela do território nacional a um governo estrangeiro e viola frontalmente a Constituição da República que não permite ato semelhante ao Presidente da República nem mesmo em tempo de guerra. São grotescas diante disto as «exigências» do Itamarati que tenta salvar as aparências e enganar o povo com palavras a respeito da bandeira brasileira, que deverá continuar fincada no território alienado ao estrangeiro, e de um suposto comando brasileiro, que ficará fatalmente subordinado aos ocupantes imperialistas.

O governo deu, assim, um sério passo no caminho de uma maior dependência econômica e política de nosso país aos círculos dirigentes dos Estados Unidos. Com suas tropas em nosso território, os monopólios norte-americanos poderão muito mais facilmente exercer pressão sobre o governo e dar um novo e ameaçador caráter às suas exigências no que tange à entrega do petróleo brasileiro, à eliminação do monopólio da Petrobrás, a mudanças na política traçada pelo Conselho de Segurança Nacional a respeito dos minerais radioativos, no que diz respeito, enfim, aos mais sérios problemas da vida econômica e política da nação. Não é por acaso que com a entrega de Fernando de Noronha coincidem as novas medidas policiais do governo contra o movimento democrático e popular. Em ligação com isto está a perseguição ao movimento comunista e democrático em Pernambuco e igualmente a luta contra a autonomia estadual em Alagoas. Os militaristas lanques exigem tais medidas de «limpeza» na esperança de poderem, assim, instalar-se com maior segurança em nosso território.

Para justificar toda essa política de evidente traição aos interesses nacionais, agitam os homens do governo e toda a imprensa reacionária os mais estranhos e mentirosos argumentos. O sr. Macedo Soares, por exemplo, fala em «guerra à vista» e o sr. Amaral Peixoto tem a audácia de afirmar que já estamos em guerra. Ora, o que se passa hoje no mundo é justamente o contrário. As forças partidárias da paz tornam-se cada vez mais poderosas e ainda agora o próprio governo dos Estados Unidos não se sente em condições de negar-se a participar das conversações e dos entendimentos em torno das propostas soviéticas de desarmamento e a respeito de uma possível proibição do uso das armas atômicas. Além disto, os acontecimentos de todo o período de após-guerra ensinam que as tentativas feitas no sentido de criar focos de guerra foram todas derrotadas pelas forças amantes da paz. Assim aconteceu na Coreia, no Viet-Nam e, mais recentemente, com a agressão imperialista ao Egito e com a tentativa contra-revolucionária de restabelecer o capitalismo na Hungria.

Em ligação com essa pretensa inevitabilidade de uma nova guerra mundial, fala-se também na fatalidade geográfica que coloca nosso país na órbita dos Estados Unidos e que, portanto, como afirma ainda o sr. Macedo Soares, em caso de guerra não poderemos ficar neutros e particularmente o Nordeste terá de ser ocupado pelos Estados Unidos para não sê-lo pelas tropas soviéticas. Além de ser caluniosa a referência à União Soviética, semelhante alternativa baseia-se na premissa falsa e humilhante de que não somos capazes de defender nossa condição de nação soberana. Uma posição política independente, de defesa da paz e da soberania nacional, permitiria ao nosso país elevar-se no concerto internacional de nações e contribuir para impedir uma nova guerra mundial. Em vez de alienação da soberania nacional em troca de supostas compensações econômicas, poderia o Brasil livrar seu povo do perigo de uma guerra e das despesas armamentistas e, ao mesmo tempo, manter relações com todos os povos, estabelecer a cooperação com todos em pé de igualdade em benefício do desenvolvimento econômico e cultural do país.

Outros defensores da política entreguista falam em compromissos internacionais supostamente assumidos pelo Brasil com o Tratado do Rio de Janeiro de 1947 e com o Acórdão Militar Brasil-Estados Unidos de 1952 e apelam para o sentimento nacional, afirmando que o Brasil não pode faltar à palavra empenhada. Nenhum patriota pode concordar com semelhante chantagem. A nação não pode ser responsabilizada por acordos lesivos aos interesses do povo e contrários aos seus sentimentos de paz, feitos à sua revolta e que violam a Constituição da República que não permite a participação do país em guerras de conquista.

Dizem também que não se trata de participar em guerras de conquista, mas da solidariedade continental e de preparar o Brasil contra uma eventual agressão. Na verdade, ninguém nos ameaça nem aos demais países vizinhos a não ser justamente o imperialismo norte-americano que explora e oprime a todos os povos latino-americanos. A pretensa ameaça soviética é uma mentira diariamente desmentida e desmascarada pela política de paz e de coexistência pacífica tradicionalmente realizada pelo governo soviético. A União Soviética é a grande defensora dos direitos dos povos à liberdade e à autodeterminação e sempre se colocou ao lado dos povos que lutam contra o jugo imperialista, como foi comprovado, mais uma vez, recentemente, com sua firme posição em defesa do Egito.

Há ainda os que buscam justificar a política entreguista do governo com o pretexto de que nosso país deve aproveitar o momento em que os Estados Unidos necessitam de nosso território para obter supostas compensações que possam ser úteis ao seu desenvolvimento econômico e à sua preparação militar. Entre as pessoas que assim pensam podem ser encontrados alguns patriotas de boa fé, mas perigosamente equivocados. Antes de tudo, porque não há ajuda econômica que possa justificar a alienação da soberania nacional ou que compense as terríveis consequências de uma guerra. A soberania nacional e a vida de nosso povo não podem ser objeto de venda ou de barganha. Além disto, o que a experiência mundial comprova é que o imperialismo empresta dez para exigir mil. O sr. Kubitschek e seu embaixador Amaral Peixoto vangloriam-se dos 800 milhões de dólares que, segundo dizem, foram colocados no Brasil pelos norte-americanos no ano de 1956, mas nada dizem do que isto significará para o país nos anos a vir com o pagamento de amortização e juros. Esses 800 milhões de dólares significam maior dependência econômica e política do país, mais opressão e miséria para o povo.

Com a cessão de Fernando de Noronha aos militaristas lanques entra abertamente o governo do sr. Kubitschek pelo caminho de uma política antinacional e antipopular. Tudo indica que a cessão de Fernando de Noronha não foi senão o primeiro passo na realização de um plano muito mais vasto

que visa outras concessões aos militaristas lanques no Brasil norte e nordeste do Brasil.

A quem pode interessar essa política de alienação da soberania nacional e de preparação para a guerra? Não é ao nosso povo, mas exclusivamente a uma minoria reacionária que teme ao povo e que pensa com a ajuda do imperialismo e inclusive com o concurso das tropas norte-americanas defender o atual regime de latifundiários e grandes capitalistas, impedir que a maioria da nação imponha sua vontade de paz, de liberdade, de independência e progresso para o Brasil. Semelhante política está fadada à derrota.

A instalação de bases militares dos Estados Unidos em território nacional e a ocupação de nosso solo pelos soldados norte-americanos não podem deixar de despertar e elevar ainda mais o sentimento patriótico de nosso povo e seu ódio ao opressor estrangeiro. Acentua-se, assim, a contradição entre os imperialistas lanques e seus agentes internos, de um lado, e a maioria da nação brasileira, de outro lado. Mesmo os setores da burguesia nacional que, momentaneamente, capitularam diante da pressão dos governantes norte-americanos não poderão deixar de ser sensíveis à influência crescente das forças patrióticas e democráticas. São aliados vacilantes, e que, à medida que crescer o movimento operário e camponês, poderão resistir às novas exigências dos círculos agressivos e colonialistas dos Estados Unidos. O desejo de paz dos milhões de brasileiros, tantas vezes já expresso, ao se fazer ouvir com maior força diante de tão graves ameaças à vida de nosso povo, será um importante fator de mobilização e de luta, que ajudará a congregar as mais vastas forças políticas e sociais.

A gravidade da situação tende a acelerar ainda mais o descontentamento já existente entre as vastas camadas da população e a determinar um maior interesse das massas populares pela vida política do país. Tudo isto conduz a maior agudamento da luta de classes, das lutas das massas trabalhadoras na defesa de seus direitos e por suas reivindicações mais sentidas.

Nada poderá impedir o rápido aprofundamento das inúmeras contradições entre os diversos setores das classes dominantes. Tendem por isto a crescer os choques de interesses existentes no seio de todos os partidos políticos, assim como no seio do governo federal, no dos governos estaduais e mesmo municipais. Tendem igualmente a agravar-se ainda mais as disputas dos diferentes grupos das classes dominantes, pelo domínio do Tesouro Federal e do Banco do Brasil, do comando superior das forças armadas e do aparelho policial de repressão.

Apesar dos esforços dos elementos reacionários, nada conseguirá impedir que se reflitam nas forças armadas as reivindicações levantadas pelo movimento democrático e patriótico. E a tendência é para o desenvolvimento e o fortalecimento das correntes patrióticas e democráticas dispostas a oferecer resistência sempre crescente aos elementos entreguistas, pró-lanques e partidários da guerra.

Igualmente, são cada dia mais numerosos entre os membros do Poder Judiciário aqueles que tomam posição em defesa das aspirações patrióticas e democráticas de nosso povo e que se pronunciam a favor da paz e das liberdades democráticas.

Chocam-se no Parlamento as tendências patrióticas e democráticas e as tendências entreguistas e pró-imperialistas. E' cada vez maior o número de parlamentares que defendem posições patrióticas, sendo digno de nota o surgimento da Frente Parlamentar Nacionalista, que reúne em torno de uma plataforma patriótica e progressista mais de 80 deputados, membros de vários partidos políticos.

Os choques de interesses e as consequentes divergências de caráter nacional e regional, fazem surgir dissidências e alas em todos os partidos políticos. No PSD, além das dissidências reveladas na época das eleições presidenciais, agravam-se as disputas entre os que desejam realizar uma política abertamente reacionária e entreguista e os que lutam em defesa das riquezas nacionais e da soberania do país, entre os que desejam golpear as liberdades e o movimento patriótico e operário e os que são a favor do respeito aos direitos constitucionais e não querem se afastar do povo. O PTB, por sua vez, subdivide-se em inúmeros grupos. Destaca-se, porém, em seu seio a atuação de muitos patriotas, tal como acontece aliás nos demais partidos políticos. E', assim, cada vez maior o número de elementos que se colocam em defesa da soberania nacional e das liberdades, se bem que destes muitos ainda recebem a entrar em entendimentos e acordos com nosso Partido e outros sejam anticomunistas declarados.

Da análise da situação política em nosso país, podemos, pois, concluir, que são cada vez maiores as possibilidades para a criação e rápido desenvolvimento de um amplo e poderoso movimento unitário e de massas em defesa da soberania nacional, da paz e das liberdades democráticas e pela melhoria das condições de vida do povo.

III

A grave situação criada no Brasil coloca nosso Partido diante de maiores responsabilidades. Se atuarmos com a necessária flexibilidade, com a consciência da amplitude da tarefa com que nos defrontamos, poderemos contribuir de maneira decisiva para a formação de um movimento de massas poderoso, capaz de determinar mudanças favoráveis na correlação de forças políticas, de isolar a minoria reacionária em que se apóia o imperialismo norte-americano, e de conseguir modificações democráticas e progressistas na política interna e externa do país.

Para isso, precisamos proceder de tal modo que as transformações econômicas, políticas e sociais que reivindicamos se traduzam em coisas claras e simples para as massas. Estas serão, assim, educadas através da própria experiência e, pouco a pouco, com a ajuda da atividade esclarecedora dos comunistas, adquirirão um novo nível de consciência política e terão novos pontos de partida para se porem em movimento, para se unirem e avançarem.

Quais são, então, as nossas tarefas atuais? Que devemos fazer para ajudar nosso povo a lutar melhor em defesa de seus direitos, contra a alienação da soberania nacional pela paz e pelas liberdades?

(Continua na 7.ª página)

A SITUAÇÃO POLÍTICA E AS TAREFAS DO PARTIDO

(Continuação da 6.ª página)

CONTRA A ENTREGA DE FERNANDO DE NORONHA AOS MILITARISTAS IANQUES, PELA PAZ E EM DEFESA DA SOBERANIA NACIONAL

O essencial é unir as mais amplas forças dispostas a lutar contra o entreguismo, contra a política de alienação da soberania nacional e de preparação para a guerra. A luta contra a entrega de Fernando de Noronha e de outras bases militares ocupa agora o centro de nossas preocupações. Já surgem protestos e manifestações contra o ato impatriótico do governo do sr. Kubitschek. Esforços precisam ser feitos para transformá-los num movimento que adquira rapidamente uma envergadura nacional. Isto é perfeitamente possível, pois não se trata de uma questão que diga respeito a esta ou aquela classe, a este ou aquele setor da população, mas a todos os que amam sua pátria e desejam a paz. A medida que a opinião pública for sendo esclarecida sobre a gravidade do ato do governo e de suas consequências, novas e mais vastas camadas da população irão se incorporando à luta comum em defesa da paz e da soberania nacional, pela anulação do acôrdo sobre Fernando de Noronha.

Esta luta pode e deve revestir-se das mais variadas formas legais, desde os abaixo-assinados, os telegramas, os comícios, etc., até as manifestações e outras formas de luta. Nas fábricas, nas oficinas, nos bairros, nas fazendas e vilas, nas escolas, em cada cidade tudo deve ser feito para que sejam constituídas comissões amplas de representantes dos vários partidos e correntes de opinião, de organizações ou dos vários outros setores da população.

Importante aspecto da luta pela anulação do acôrdo sobre Fernando de Noronha é a exigência de submetê-lo ao Parlamento. O governo do sr. Kubitschek recusa-se a isto porque teme o debate público e um desmascaramento maior de seu ato entreguista e guerreiro. A Constituição da República, porém, estabelece que acôrdos dessa natureza sejam submetidos ao Poder Legislativo e declara que a permanência de tropas estrangeiras em solo brasileiro só é permissível em tempo de guerra e com expressa autorização do Congresso Nacional. Conseguir que o acôrdo seja submetido ao Parlamento significará uma primeira vitória do povo. Devemos, pois, marchar mesmo com aqueles que, favoráveis ao acôrdo, consideram igualmente indispensável que o Parlamento seja ouvido. Embora no Parlamento exista uma maioria que, em muitos casos, vota contra os interesses da nação e do povo, é cada dia maior o número de deputados e senadores que se opõem à política entreguista e mostram-se sensíveis à opinião pública. Um grande movimento de massas pode influir poderosamente sobre o Congresso Nacional no sentido de derrotar as pretensões dos imperialistas ianques e as capitulações do governo do sr. Juscelino Kubitschek. Um primeiro passo importante neste sentido foi dado com a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito, solicitada por mais de 140 deputados, para examinar a política externa do governo e o acôrdo Militar Brasil-Estados Unidos. Para não ser derrotada pelas forças reacionárias existentes no Congresso Nacional, esta iniciativa precisa contar com o apoio das mais amplas massas.

E' de grande importância conseguir a mobilização de todos os partidários da paz e envidar esforços para que as grandes massas femininas e juvenis sejam incorporadas à luta. Todo patriota pode facilmente compreender que o Brasil necessita de uma política externa independente e de paz, de comércio livre e relações amistosas com todos os povos. A ampliação e o desenvolvimento da unidade de ação neste terreno pressupõe a necessidade de redobrar a luta unitária em defesa das riquezas nacionais e sua exploração em acôrdo com os interesses da nação, em defesa da indústria nacional e pelo desenvolvimento independente da economia brasileira. E' necessário igualmente organizar a luta pelo regresso do país dos soldados brasileiros enviados ao Egipto. Sua estadia no Oriente Médio, em consequência da política agressiva e colonizadora dos E.E.U.U., aumenta dia a dia o risco de envolvimento do Brasil numa guerra injusta contra o movimento de libertação dos povos árabes e prejudicial aos interesses de nosso povo.

O inimigo tudo fará para impor sua vontade. A situação exige a unidade de ação das mais amplas forças políticas e correntes de opinião, das mais vastas camadas da população brasileira. Acima de quaisquer divergências políticas e ideológicas, de tôdas as diferenças de classes, devemos saber nos dirigir a todos os que vivem e trabalham em nosso país e valorizar cada gesto, cada atitude e muito especialmente cada ação de quem quer que seja favorável à defesa da soberania nacional e da paz. Se assim fizermos será possível alcançar rapidamente a união de forças capaz de derrotar a política antinacional do governo.

EM DEFESA DAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS E DOS DIREITOS DO CIDADÃO CONSAGRADOS NA CONSTITUIÇÃO

Ao mesmo tempo que o governo do sr. Kubitschek faz concessões aos imperialistas norte-americanos, trata de golpear as liberdades ainda existentes no país, de esmagar os protestos do povo, de investir contra suas organizações. Cobram-se, assim, ante nosso povo, ao lado da luta pela anulação do acôrdo sobre Fernando de Noronha, a tarefa de defender as liberdades democráticas e lutar contra quaisquer atentados aos direitos do cidadão inscritos na Constituição.

A luta em defesa da soberania nacional e da paz está ligada à defesa das liberdades e dos direitos democráticos. A nova exigência dos imperialistas ianques, seja de bases militares ou de entrega das riquezas nacionais, é sempre acompanhada de pressão para que o governo brasileiro tome medidas contra as liberdades democráticas e os direitos constitucionais; cada golpe desferido nas liberdades e nos direitos de nosso povo traz em seu bojo exigências norte-americanas de concessões contrárias aos interesses nacionais. Tanto se golpeia o imperialismo ianque e a minoria reacionária interna quando se impede a entrega de bases militares e das riquezas nacionais como quando se impede a implantação de uma ditadura terrorista, tal como sucedeu em novembro de 1955. Tal fato, no entanto, não significa que se exija de todo aquele que deseje lutar em defesa da

soberania nacional que lute também pelas liberdades. A própria vida se encarregará de mostrar que a luta pela Independência nacional está estreitamente ligada à luta pela democracia.

São poderosas as forças que se pronunciam pelas liberdades democráticas e em defesa das franquias constitucionais. Assim como tem sido possível um amplo e poderoso movimento em defesa da Constituição, assim também existem condições para se lutar vitoriosamente contra o fechamento de organizações democráticas e patrióticas, contra a prisão e perseguição de todo e qualquer patriota, pela liberdade dos presos políticos e pelo arquivamento dos processos contra dirigentes comunistas e jornalistas, pela liberdade sindical e contra a intervenção do Ministério do Trabalho na vida dos sindicatos, pela liberdade de imprensa e contra a nova lei reacionária contra a imprensa. A luta em defesa das liberdades democráticas significa igualmente a luta pela abolição das discriminações ideológicas e políticas existentes, pela revogação das leis que ferem as franquias constitucionais, pela legalidade do Partido Comunista e de tôdas as organizações democráticas arbitrariamente fechadas pelo governo e pela extensão do direito de voto aos analfabetos, bem como aos soldados e marinheiros.

Na luta em torno de todos, de alguns ou mesmo de um destes ou de outros direitos democráticos é sempre possível realizar um amplo movimento de opinião ou entendimento com grupos, correntes e partidos políticos, com personalidades, líderes populares e elementos de prestígio entre as massas. Existem sempre pessoas, agrupamentos, organizações que, de uma ou outra forma, estão dispostos a se pronunciar, a fazer um protesto e a lutar a favor das liberdades democráticas. Utilizar essas condições muito depende de nossa capacidade de iniciativa e do trabalho político amplo e persuasivo que realizarmos entre as massas trabalhadoras e populares e entre tôdas as forças patrióticas, de

mocráticas e progressistas. E' possível defender vitoriosamente as liberdades democráticas e conseguir ampliá-las.

PELOS INTERESSES VITAIS DAS MASSAS TRABALHADORAS E POPULARES, CONTRA A CARESTIA DE VIDA

A política de maior submissão ao imperialismo norte-americano e de liquidação das liberdades democráticas agrava ainda mais as condições de vida do povo e determina o aumento da exploração da classe operária e das massas camponesas. E' necessário, pois, darmos a maior atenção à luta pelos interesses vitais das massas trabalhadoras e populares e contra a carestia de vida, tudo fazendo para levantar em torno de tais reivindicações movimentos verdadeiramente populares.

Ajudemos solícitamente os trabalhadores a formularem suas reivindicações e a se organizarem para conquistá-las. Apoiemos a luta pelo aumento de salários e ajudemos a organizar a campanha pela revogação do decreto antigreve 9.070. E' nosso dever não poupar esforços para levar aos sindicatos todo trabalhador ainda não organizado. Lutando pela defesa e ampliação das comissões intersindicais e dos pactos de unidade, devemos compreender o papel que desempenham as federações e confederações. E' necessário igualmente valorizar o lançamento do Decálogo da CNTI que contém pontos em torno dos quais é possível desenvolver a unidade de ação no terreno sindical. A unidade sindical em torno da luta pelos interesses da classe operária é o principal objetivo de nossa atividade sindical.

Especial atenção merecem as reivindicações e a organização dos assalariados agrícolas e das massas camponesas (Continua na pág. 10)

Resolução Sobre os Preparativos, no Brasil Da Comemoração do 40º Aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro

A 7 de novembro deste ano transcorrerá o 40º aniversário da Revolução de Outubro. Em 1917, os operários e camponeses da velha Rússia, sob a direção dos bochevistas guiados pelo grande Lênin, derrubaram para sempre o poder caduco da burguesia e dos latifundiários e instauraram o Poder soviético, forma nova e superior de democracia. A Revolução de Outubro liquidou a exploração do homem pelo homem numa sexta parte do mundo. Abriu uma nova época na vida da humanidade, constituindo-se no maior acontecimento da história universal. O proletariado da antiga Rússia nacionalizou a terra, as fábricas, ferrovias, bancos, acabou com a propriedade privada dos meios fundamentais de produção, transformando-os em propriedade social. Assim, indicou à classe operária de todo o mundo o caminho verdadeiro de sua completa libertação, da emancipação de todos os explorados e oprimidos.

A Revolução Socialista de Outubro, rompendo a frente mundial do imperialismo, deu aos povos nacionalmente oprimidos a perspectiva da luta por sua emancipação. Iniciou-se uma nova era de libertação dos povos coloniais e dependentes.

A Revolução proletária triunfante foi uma vitória do marxismo-leninismo, da teoria da ditadura do proletariado e da aliança operária e camponesa, foi um golpe demolidor nas ideologias burguesas e pequeno-burguesas que objetivavam desviar os partidos comunistas da luta revolucionária.

A vitória da Revolução de Outubro levou a profundas transformações na estrutura econômica da velha Rússia. Um país atrasado e feudal tornou-se a União Soviética de hoje, o Estado mais poderoso e avançado do mundo que construiu o socialismo e marcha vitoriosamente para o comunismo. Realizaram-se mudanças radicais na vida cultural do país. O analfabetismo foi para sempre liquidado.

Quarenta anos após o Grande Outubro, mudou inteiramente o panorama político e social do mundo. O socialismo que, antes de 1917, era apenas uma radiosa esperança descontinuada por Marx e Engels, tornou-se realidade viva. Apesar da vitória do socialismo ser um fato histórico recente, ele, passados apenas quarenta anos, saiu dos limites de um só país e é hoje um sistema mundial que abarca uma população de mais de 900 milhões de seres humanos. As idéias do socialismo exercem uma poderosa influência nos acontecimentos mundiais, atraem crescentemente a milhões e milhões de pessoas em todo o mundo capitalista. Por mais que as forças reacionárias caducas resistam, a humanidade marcha inexoravelmente para o socialismo.

Em nosso país, a Revolução de Outubro teve uma profunda repercussão. Sob a influência da maior revolução popular de todos os tempos, começaram a ter difusão no Brasil as idéias do socialismo, a doutrina imortal de Marx e Lênin. No país já tinham, então, amadurecido no fundamental as condições para o surgimento do partido independente do proletariado, em ligação com o surto industrial verificado após a 1ª guerra mun-

dial e a intensificação das lutas operárias nos grandes centros fabris. A Revolução de Outubro foi o fator decisivo para a criação do Partido Comunista do Brasil.

Desde sua fundação o Partido Comunista do Brasil procurou sempre manter-se fiel aos ensinamentos da Revolução de Outubro, inspirando-se em seu exemplo na luta em que se empenha à frente das massas pela libertação nacional e social de nosso povo. Estruturado de acôrdo com os princípios de Lênin sobre a organização do partido operário de novo tipo, fiel ao marxismo-leninismo, o P.C.B., em seus 35 anos de existência, guiou-se sempre pela bandeira do internacionalismo proletário e jamais deixou de estar ao lado da União Soviética, poderoso baluarte da paz e da auto-determinação dos povos.

O ano do 40º aniversário da Revolução de Outubro assinala novas e grandes vitórias das forças da paz, da democracia e do socialismo em todo o mundo. Em face destas vitórias, a reação mundial, desesperada, volta-se com fúria sem precedentes contra o movimento comunista e democrático em todo o mundo, em particular contra a União Soviética, procurando separar uns dos outros os Partidos Comunistas e levar a confusão e a cisão a suas fileiras. A estas criminosas tentativas dos inimigos do socialismo, os comunistas de todos os países respondem com firmeza e energia, reforçando cada vez mais sua solidariedade, erguendo bem alto a palavra-de-ordem «Proletários de todos os países, uni-vos!»

O Comitê Central, tendo em vista a extraordinária significação histórica e política do transcurso do 40º aniversário da Revolução de Outubro e objetivando também a educação internacionalista das organizações e membros do Partido, da classe operária e do povo brasileiro, decide que nosso Partido comecemos desde já os preparativos para as comemorações, no Brasil, da maior data da humanidade. As comemorações devem realizar-se sob a bandeira da unidade indestrutível do movimento comunista mundial, que tem como centro a União Soviética. Nosso Partido deve, ao ensejo deste acontecimento, difundir mais amplamente as grandiosas realizações dos países socialistas e propagar entre as massas as idéias do socialismo.

Os preparativos e os festejos do 40º aniversário da Revolução de Outubro devem constituir entusiásticas jornadas de luta pela paz, a Independência nacional e o bem-estar do nosso povo.

O C.C. resolve elaborar um documento sobre a repercussão da Revolução de Outubro no Brasil. O C.C. determina aos CC.RR. e às organizações do Partido que programem desde já suas atividades para as comemorações, em todo o Brasil, do 40º aniversário da Revolução de Outubro.

Abril de 1957

O COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

MANUEL ABRIL

Com pesar registramos o falecimento, a 9 do corrente, do nosso velho e estimado companheiro Manuel Abril.

Manuel Abril contava 65 anos de idade e era operário sapateiro, muito conhecido no seu sindicato profissional, a que pertencia desde a juventude. Foi um dos doze veteranos que organizaram o Centro Comunista do Rio de Janeiro, a 7 de novembro de 1921, primeiro passo para a fundação do Partido Comunista do Brasil.

Militante fiel e dedicado ao seu Partido, Manuel Abril deixa um nome honrado de combatente comunista, que seus companheiros jamais esquecerão.

VOZ OPERÁRIA

Diretor-Responsável

Mário Alves

MATRIZ:

Av. Rio Branco, 257. 17º and., s/ 1.712 - Tel. 42-7344

ASSINATURAS:

Anual 100,00
Semestral 60,00
Trimestral 30,00
Núm. avulso 2,00
Núm. atrasado 3,00

Aérea ou sob registro, despesas à parte:
Preço no R. G. Sul, Sta. Catarina, Paraná, Distrito Federal, São Paulo, E. Santo e Belo Horizonte 2,00
Goias e interior de Amazonas e Territórios 4,00
Outros Estados 3,00
M. Gerais 2,50

SUCURSAS:

SAO PAULO - Rua dos Estudantes n.º 84 s/ 28. 2º and. - Tel. 37-4983.

PORTO ALEGRE - Rua Voluntários da Pátria, n.º 66. s/ 43.

RECIFE - Rua Floriano Peixoto n.º 85 - 3º and. - s/ 326.

FORTALEZA - Rua Barão do Rio Branco, n.º 1.248 - s/22 - Tel. 1-13-031.

SALVADOR - Rua Barão de Cotegipe, 67 - Edifício Zacarias, s/ 203 (Calçada)

JOAO PESSOA - Rua Duque de Caxias, 558 - 1º and. - Salas 3 e 4.

JORNADA INTERNACIONAL DE SOLIDARIEDADE E UNIDADE DA CLASS OPERARIA

UM ANO DE MOVIMENTO OPERÁRIO

A DATA de 1.º de maio de 1956 ficou assinalada na história do movimento sindical brasileiro como um importante passo no caminho da unidade da classe operária. Pela primeira vez, em muitos anos, uniram-se os trabalhadores os sindicatos, as federações e confederações, o governo — para comemorar juntos a festa máxima do proletariado. Em praça pública, reunidos às dezenas de milhares, os trabalhadores ergueram suas vozes em defesa de suas reivindicações, exigiram a garantia de seus direitos, manifestaram sua firme decisão de lutar por melhores condições de vida e de trabalho.

Chegamos agora ao 1.º de maio de 1957. Um ano se passou. Que significação teve ele para o movimento operário no Brasil?

Neste ano que passou, novas vitórias conquistou o proletariado brasileiro, através de suas lutas. Novos níveis de salário foram conquistados; a unidade da classe operária e sua organização fortaleceram-se e alcançaram um maior grau de desenvolvimento; o número de trabalhadores sindicalizados cresceu e surgiram novos sindicatos e federações. Na Capital da República, foi criado o Conselho Consultivo da CNTI e, em São Paulo ressurgiu, com enorme vigor, o Pacto Intersindical, que engloba hoje mais de uma centena de organizações, representando um milhão e quatrocentos mil trabalhadores.

Os assalariados agrícolas, importante setor do proletariado, assinalaram significativos êxitos no caminho de sua organização e nas lutas por seus direitos e reivindicações. Novas formas de luta utilizou a classe operária brasileira neste ano transcrito. Já não foi só a greve o instrumento por ela utilizado para conquistar melhores condições de vida; as concentrações diante das assembleias legislativas, os desfiles e passeatas, grandes comícios com a presença de dezenas de milhares de pessoas, entendimentos diretos com o governo federal e os governos estaduais — tudo isso demonstra que a classe operária saiu para as ruas em vigorosas demonstrações de força e unidade.

Também nas lutas de nosso povo em defesa da paz, das liberdades democráticas e da independência nacional, foi destacada a participação dos trabalhadores. A luta contra a carestia de vida, desenvolvida através de todo o país, teve nos trabalhadores seu mais firme e decidido ponto de apoio. Em defesa das riquezas nacionais, contra a ação nefasta dos monopólios imperialistas, em defesa da integridade de nosso território e da soberania nacional, contra a entrega de Fernando de Noronha aos militaristas norte-americanos, ergueu-se a classe operária.

Importantes conquistas alcançaram os trabalhadores, no terreno das liberdades sindicais: como resultado de ampla campanha de anistia realizada em todo o país, no começo de 1956, foi concedida anistia aos trabalhadores presos, processados e perseguidos, por motivo de lutas grevistas e reivindicativas. O Congresso Nacional aprovou uma lei que dá aos dirigentes sindicais direito a prisão especial. As assembleias sindicais realizam-se num ambiente de mais liberdade, sem a presença ostensiva de elementos policiais; elas realizam-se agora sem qualquer comunicação ao Ministério do Trabalho, co-

mo antes. Quase uma centena de sindicatos que estavam sob intervenção ministerial, possuem hoje diretorias eleitas e empossadas. Os sindicatos de assalariados agrícolas começam a ser reconhecidos oficialmente, o que significa um importante passo no caminho de organização das grandes massas de milhares de trabalhadores do campo.

Este ano de movimento operário foi, em fim, uma soma de significativas experiências para a classe operária de nosso país. A 31 de janeiro de 1957, milhares de operários entregavam ao Presidente da República o Decálogo dos Trabalhadores, que contém pontos em torno dos quais é possível desenvolver a unidade de ação no terreno sindical, como por exemplo: contenção do custo de vida, escala móvel de salários, reforma agrária, liberdade sindical, regulamentação do direito de greve, etc.

INTENSAS LUTAS DA CLASSE OPERÁRIA

De maio de 56 a maio de 57, dezenas de lutas travou o proletariado em todo o país. Movimentos grevistas sucederam em toda parte, por melhores salários: em maio de 56, iam à greve os ferroviários gaúchos; depois disso, os trabalhadores CMT, de São Paulo; os ferroviários pernambucanos; portuários cariocas; aerofreios, em greve nacional; os marítimos de empresas particulares, por equiparação de salários; motoristas e trocadores do DRT operários têxteis de Campos e Jiz de Foz de Iguaçu empregados em empresas de combustíveis, que conquistaram um adicional de 25 por cento sobre os salários, em caso de doença; os hoteleiros, empregados em casas de saúde e hospitais, com a vitória da redução do desconto de alimentação para 25 por cento do salário; os estivadores de Santos, em dezembro de 56; os mineiros de CADEM, com a redução da jornada para 8 horas; os portuários de Manaus, que acabaram de derrotar uma empresa imperialista britânica.

A greve demonstrou ser, uma vez mais, a poderosa arma com que conta o trabalhador para a defesa de seus direitos. Mas não foi só através da greve que os trabalhadores alcançaram vitórias. As paralisações parciais, pequenas greves de advertência, simples ameaças de recorrer à greve a realização de convenções e conferências e entendimentos diretos com os patrões através do governo, as demonstrações de massa em praça pública — foram outros meios de que se utilizou a classe operária brasileira, na defesa de suas reivindicações.

Essa a razão por que, embora não

assinalassem nesse ano que passou, greves nacionais, de grande envergadura, as vitórias alcançadas foram bastante significativas.

A BATALHA POR NOVOS NÍVEIS DE SALÁRIO-MÍNIMO

A campanha que culminou com a decretação dos novos níveis de salário-mínimo, após três meses e meio de luta, foi sem dúvida uma experiência magnífica para o proletariado brasileiro. Em todos os Estados, inclusive naqueles em que ainda é débil a organização sindical, mobilizaram-se os trabalhadores para obter um salário-mínimo justo. No Rio Grande do Sul, uma greve geral de advertência, de 24 horas, foi coroada de pleno êxito. Em São Luís, Maranhão, a greve durou 48 horas. Na capital de São Paulo, um movimento intenso preparou a greve geral. Sob a direção do Pacto de Unidade Sindical realizaram-se dezenas de assembleias sindicais, reuniões de empresa, comícios em bairros e portas de fábrica, passeatas pelas ruas da cidade. Comissões Intersindicais lideraram a campanha no D. F., Maranhão, Pernambuco. No Pará surgiram comissões nas empresas, sucederam-se as assembleias nos sindicatos. No Rio Grande do Sul, a direção da luta coube à Federação dos Trabalhadores da Indústria.

Nesse processo de luta pela conquista de novos níveis de salários-mínimos, surgiram e se fortaleceram os sindicatos rurais, que reuniam em seu seio milhares de assalariados agrícolas. Particularmente no porto de Paraná, isso se verificou. Em Londrina, o Sindicato dos Colonos e Trabalhadores Agrícolas reuniu em apenas seis meses, oito mil associados.

A luta posterior pela aplicação dos novos níveis, nas cidades e no campo, pôs à prova, por sua vez, a força da unidade e organização dos trabalhadores. Foi necessário derrotar as mil e uma tentativas dos patrões para fugir ao cumprimento da lei, especialmente no campo.

FORTALECEU-SE A UNIDADE E A ORGANIZAÇÃO

Assistimos, a partir de 1.º de maio de 1956, a um vigoroso reforçamento da unidade de ação entre os trabalhadores brasileiros. Por toda parte, surgem os conselhos de delegados sindicais, dentro das empresas. Em São Paulo, por exemplo, até o início de 56 havia somente o conselho dos gráficos. Após a realização da Conferência Estadual de Defesa das Leis Sociais, os delegados eleitos nas empresas, para esse conclave, transformaram-se em delegados sindicais, com carteiros reconhecidos pelo DRT — assim foi entre os metalúrgicos, têxteis, operários na Construção Civil, marceneiros, vidreiros, pedreiros sapateiros, etc.

A unidade pela base, fator decisivo para o êxito das lutas, desenvolve-se assim de maneira irresistível. Ao mesmo tempo, reforçam-se os sindicatos. Nos grandes sindicatos da capital paulista, embora não se faça uma campanha específica de recrutamento, a média mensal

de novos filiados é elevada. Entre os metalúrgicos, por exemplo, — 400 novos aderentes; têxteis — entraram em 1956, 5.000 novos sócios; entre os vidreiros — a média mensal é de 300.

A unidade de ação dentro de alguns dos mais importantes setores profissionais, reforçou-se de maneira considerável. Magnífico exemplo deram os bancários: através de um movimento nacional, por aumento de salário, coordenado por uma comissão executiva, realizaram em Porto Alegre um Congresso Nacional, em outubro do ano passado, do qual saiu criada a Confederação Nacional dos Bancários.

Uma Comissão Nacional Permanente foi o resultado da III Conferência Nacional de Jornalistas. Entre os metalúrgicos, após a memorável greve de Volta Redonda, foi realizada uma conferência interestadual, que reuniu delegados de 4 dos mais importantes Estados da federação.

Exemplos de unidade oferecem ainda os funcionários públicos, marítimos, ferroviários, aeroviários, que se mobilizam nacionalmente em defesa de suas reivindicações.

O melhor exemplo, porém, é o do Pacto de Unidade Intersindical, de São Paulo. Impedido de funcionar pelo governo reacionário de Café Filho, ressurgiu em 1956, na capital paulista e em vários municípios: Santo André, Sorocaba, Ribeirão Preto, Vale do Paraíba, Atibaia, Jundiaí, Campinas e Santos. Hoje, é tão importante o papel desempenhado por ele, à frente das lutas da classe operária, que os governos municipais, o governador estadual e o próprio governo federal a ele se dirigem como se fosse uma verdadeira central sindical em São Paulo.

Mas a unidade de ação não se faz apenas dentro da classe operária. Surgiram por todo o país comissões unitárias, que reúnem operários — através de seus sindicatos e federações — organizações estudantis, femininas e juvenis, organizações democráticas e patrióticas, em defesa de interesses comuns. Destacaram-se, por sua importância, as comissões contra a carestia de vida. Em São Paulo, durante a campanha eleitoral de março deste ano, em ampla Convenção Popular, era aprovado um plano de ação concreta contra a carestia.

A IMPORTANCIA DAS CONVENÇÕES, CONFERÊNCIAS E CONGRESSOS

O ano transcrito entre o 1.º de maio de 56 e o de 57, assinalou a realização de importantes reuniões nacionais e estaduais de diferentes camadas das massas trabalhadoras.

No dia 1.º de maio encerrava-se, em Volta Redonda, a Conferência Nacional dos Metalúrgicos. A 1.ª Conferência Nacional da Mulher Trabalhadora instalava-se em maio de 1956. A ela sucederam: a Conferência Bahiana de Defesa das Leis Sociais, o III Congresso Nacional dos Servidores Públicos, a III Conferência Nacional dos Jornalistas, o Congresso dos Bancários, Congresso dos Trabalhadores de Petrópolis e, recentemente, a Convenção Nacional dos Ferroviários.

A TRADIÇÃO DO 1.º DE MAIO

ASTROGILDO PEREIRA

O que sobretudo caracteriza as festas do 1.º de Maio é que nesse dia a Classe Operária passa em revista as suas forças, exalta as vitórias já alcançadas e traça os planos para novas vitórias por suas reivindicações econômicas e políticas. É claro que esta característica fundamental assume formas das mais diversas, de acordo com as condições existentes em cada país e em cada época.

Com a vitória histórica da grande revolução socialista de 1917, o 1.º de Maio não é mais o que era antes: desde então, na União Soviética, o 1.º de Maio passou a ser festa do proletariado mundial, por manifestações bajulatórias a governos e patrões. Tudo inútil: o internacionalismo proletário é um sentimento vivo e militante, com raízes profundas no coração e na consciência da classe operária, e não há diversionismo nem demagogia que possa extirpá-lo.

Outra constante, que podemos facilmente verificar nas festas comemorativas do Dia do Trabalho, é a que lhe imprime a feição inconfundível de unidade fraternal da classe operária. Neste dia as tendências ou preferências partidárias são postas de lado e todas as camadas da massa trabalhadora, inclusive aquelas menos esclarecidas, confluem unanimemente para o estuário em que todos os trabalhadores confraternizam como uma só e grande família solidária. Sejam quais forem as formas de sua exteriorização, o 1.º de Maio é sempre uma vigorosa demonstração de unidade. Não importa o que haja de momentaneamente emocional nesta unidade, o que mais importa salientar é que ela responde a interesses objetivos, profundos e permanentes da classe operária.

Nosso 1.º de Maio é igualmente uma festa de cunho popular, democrático e patriótico — eis por que transcende sob a inspiração das lutas populares pelas liberdades democráticas, em defesa da soberania nacional. As massas trabalhadoras compreendem muito bem que as reivindicações de vida só podem ser atendidas eficazmente num clima de respeito às franquias democráticas e numa pátria independente, soberana e pacífica.

O 1.º de Maio, feriado nacional por lei e por tradição, é um dia de festa de todo o povo brasileiro.

Mais significativa, porém, foi a realização de várias conferências de trabalhadores agrícolas: dos Trabalhadores Agrícolas do Sul Baiano, de Lavradores do Espírito Santo e de Alagoas, a I Conferência Agrária do Maranhão e, em dezembro do ano passado, a I Conferência de Trabalhadores Agrícolas de Minas Gerais, de grande amplitude e cujas resoluções consagravam as mais sentidas reivindicações da grande massa camponesa, em primeiro lugar, a reforma agrária.

NOVAS LUTAS SE AVIZINHAM

O ano de 1957 encontrou o proletariado brasileiro empenhado em lutas vigorosas contra a carestia de vida, pelo reajustamento dos salários, contra a dispensa em massa e as ameaças à estabilidade no emprego, em defesa da liberdade sindical e do direito de greve.

As ações políticas da classe operária, em defesa da soberania nacional, das liberdades democráticas e da paz, por uma nova política exterior e contra as arbitrariedades e violências policiais do governo do sr. Juscelino Kubitschek, contra a entrega de Fernando de Noronha, tornam-se mais intensas.

Neste 1.º de maio de 1957, o proletariado levantará, de maneira unitária, suas bandeiras de luta:

- Início do estudo para a revisão dos atuais níveis de salário-mínimo;
- reajustamento de salários;
- contra a carestia de vida;
- pela regulamentação do direito de greve;
- revogação do decreto nº 9.070;
- defesa da estabilidade do trabalho
- defesa das liberdades democráticas e dos direitos sindicais;
- contra a penetração dos monopólios ianques e em defesa da indústria nacional;
- pela paz e contra a entrega de Fernando de Noronha.

Os trabalhadores ampliarão suas comissões inter-sindicais e seus pactos de unidade, reforçarão suas federações e confederações, impulsionarão a passagem da unidade orgânica de determinados setores profissionais à unidade de todo um ramo industrial, a fim de apressar a unidade, em escala nacional, do movimento sindical brasileiro.

Sob a bandeira da Federação Sindical Mundial, prepara-se a classe operária brasileira para participar do IV Congresso Sindical Mundial, a realizar-se em Leipzig (Alemanha), de 4 a 15 de outubro do corrente ano. Uma vez mais, demonstrará o proletariado brasileiro sua solidariedade a seus irmãos de todos os países do mundo.



Durante mais de dois meses os tecelões da Fábrica Confiança, no Distrito Federal, lutaram contra a dispensa em massa e a ameaça de fechamento da fábrica tendo conquistado a volta à empresa de centenas de trabalhadores.



Magníficas demonstrações de combatividade têm dado os marítimos brasileiros em defesa de seus direitos e reivindicações. Vitórias parciais já foram conquistadas no movimento que atualmente vem desenvolvendo os trabalhadores do mar em prol da equiparação de salários.



O 1.º de maio é o dia em que o proletariado destrala com maior força, sua bandeira retórica.

De ano para ano, os trabalhadores revelam em suas manifestações uma maior unidade e coesão, na luta por suas reivindicações.



Os ferroviários de todo o Brasil mantêm-se vigilantes e decididos a ir à greve de âmbito nacional para que seja derrubado o veto parcial do Presidente da República ao projeto de criação da Rede Ferroviária Federal S.A. que atingiu vários direitos conquistados em duras lutas.

A SITUAÇÃO POLITICA E AS TAREFAS DO PARTIDO

(Continuação da 7.ª página)

sas, duramente explorados e ainda fracamente organizados. De acordo com as particularidades de cada local e adotando os métodos mais adequados, devemos saber atuar entre os assalariados agrícolas e as massas camponesas e ser capazes de levantar as reivindicações e palavras-de-ordem que expressem seus desejos, facilitem seu despertar para a luta, sua mobilização e organização.

Cabe-nos igualmente ajudar aos assalariados agrícolas e aos camponeses na luta pela extensão da legislação trabalhista ao campo, pela entrega de títulos de propriedade aos posseiros, pela baixa da taxa de arrendamento de terras e prorrogação dos contratos pelo prazo mínimo de cinco anos, por medidas legislativas que facilitem a entrega de lotes de terra em propriedade privada aos camponeses, etc.. O importante é que sejamos os mais ativos neste trabalho de despertar para a luta e de organizar tão vastas massas de nossa população. Tenhamos sempre presente que através dos sindicatos operários podem ser tomadas medidas que ajudem na mobilização e na organização dos assalariados agrícolas e das massas camponesas.

Merece também nossa atenção a luta pelos interesses dos estudantes, dos intelectuais, dos funcionários públicos, dos comerciários, dos bancários, dos artesãos, dos trabalhadores por conta própria, dos pequenos e médios comerciantes e industriais, etc.. É necessário impulsionar esta luta visando ao mesmo tempo fortalecer o movimento pelas liberdades e a independência nacional.

Impõe-se exigir do governo, através de amplos movimentos de opinião, medidas efetivas contra a inflação e a carestia de vida, tais como: redução dos gastos públicos com a sensível diminuição das despesas de natureza militar e a suspensão de obras adiáveis, particularmente de caráter militar; suspensão da remessa de lucros para o exterior; proibição da elevação dos impostos indiretos; diminuição dos impostos sobre os pequenos e médios contribuintes; impostos fortemente progressivos sobre os lucros extraordinários; passagem de 60 para 120.000 cruzeiros anuais da base para cobrança do imposto de renda sobre pessoas físicas; estímulo à produção de viveres, com a venda de terras por preços módicos e a longo prazo a famílias que as queiram trabalhar, sobretudo nas proximidades dos grandes centros urbanos, assegurando-lhes ajuda técnica e financeira e garantindo-lhes preços mínimos para a produção e a compra desta pelos governos federal, estaduais e municipais; liberdade de comércio nas cidades para os chacareiros e granjeiros; medidas que facilitem a construção de casas para os trabalhadores; fixação de preços módicos para os alugueis de cômodos, apartamentos e pequenas casas de residência nas grandes cidades, etc..

Defendemos como medida contra a carestia de vida, a compra pelo governo diretamente ao produtor de alguns gêneros de maior consumo popular — feijão, arroz, carne, açúcar, farinha de mandioca, etc.. — que, entregues por preços reduzidos aos pequenos e médios comerciantes, seriam por estes vendidos com margem razoável de lucro por preços tabelados. Os prejuízos do governo seriam cobertos pela constituição de um fundo especial contra a carestia e a inflação a ser criado à base de um imposto sobre as grandes fortunas e os lucros excessivos.

Para que a luta em defesa dos interesses vitais das massas populares e contra a carestia de vida se transforme em toda parte em movimentos verdadeiramente populares, é necessário que busquemos, juntamente com outras forças interessadas, concretizá-las sempre e em cada caso numa plataforma de ação comum, simples, concreta e viável, que deve variar segundo as necessidades da população de cada Estado, município, cidade ou local. É partindo sempre ao nível de compreensão das massas e de seus interesses mais sentidos e adotando as mais variadas formas de luta aceitas por elas que será possível mobilizá-las para a ação, unificá-las e organizá-las e realizar plenamente a política do Partido.

PELA UNIDADE DE AÇÃO DE TODOS OS PATRIOTAS E DEMOCRATAS

As tarefas indicadas são atualmente os principais caminhos a ser utilizados por todo o Partido para despertar, mobilizar, unir e organizar para a ação as massas populares, as forças patrióticas e democráticas e todos os cidadãos que amam sua Pátria e desejam a paz.

É na medida em que a classe operária unir suas fileiras e que a aliança operário-camponesa revelar sua força que serão ganhos mais facilmente para a ação unitária patriótica e democrática as vastas camadas da pequena burguesia urbana e a burguesia nacional. Isto significa que, ao mesmo tempo que precisamos intensificar nossa atividade no seio da classe operária e entre as grandes massas trabalhadoras do campo, tudo devemos fazer para ampliar e reforçar a unidade das forças patrióticas, democráticas e progressistas, dedicando especial atenção ao trabalho entre as mulheres e os jovens.

É indispensável a existência de um movimento feminino, efetivamente de massas, que levante as reivindicações das mulheres. Os comunistas tudo devem fazer, partindo das organizações existentes e das campanhas em curso, para que esse movimento se fortaleça e se desenvolva. Igualmente, os comunistas necessitam empenhar-se na busca de justas formas e meios que permitam ampliar e reforçar um movimento juvenil de massas, capaz de lutar pelas aspirações da juventude.

Precisamos dar maior atenção ao trabalho entre os intelectuais, acabando com a subestimação que o caracterizou até agora. É grande a influência que mantêm os intelectuais sobre as massas e, se queremos desenvolver uma ampla unidade de ação política, é indispensável dedicar atenção especial aos problemas específicos dos intelectuais e utilizar novos métodos para nosso trabalho entre eles.

Para desenvolver e ampliar a ação unitária patriótica e democrática e utilizar com acerto as possibilidades existentes, é imprescindível concentrar o fogo de nossa luta nos imperialistas ianques e em seus agentes internos. Tem importância a utilização das contradições e dos choques de interesses entre os diferentes setores das classes dominantes. Isto significa que devemos ter sempre em vista que, numa ou noutra circunstância e na luta por problemas concretos, determinados setores da grande burguesia e mesmo latifundiários poderão temporariamente marchar ao nosso lado ou, ao menos, ser neutralizados.

Não poupemos esforços para estar constantemente em contacto com os dirigentes e adeptos de todos os movimentos de opinião e partidos políticos. Em todos eles existem correntes, grupos e pessoas que lutam, se pronunciam ou podem vir a se interessar pela defesa da soberania nacional e das liberdades democráticas e pela melhoria das condições de vida do povo. Precisamos entender-nos com as direções locais, municipais e estaduais dos diferentes partidos políticos e de outras organizações, tendo sempre em conta a extrema variedade de suas posições conforme o Estado, município ou local e, principalmente, os interesses das massas.

Qualquer atitude positiva nas questões nacionais ou locais, de caráter popular, patriótico ou democrático, serve de base para desenvolver a unidade de ação. Cabe a nós, comunistas, tomar a iniciativa para afastar os obstáculos que nos possam separar das outras forças políticas e fazer esforços para encontrar, em cada caso concreto, as bases para a cooperação em benefício da luta comum. Mesmo com aqueles que defendem pontos-de-vista diferentes dos nossos no que se refere à luta pela emancipação nacional e pelo progresso do Brasil devemos saber encontrar um terreno comum de luta, que facilite a mais ampla unidade de ação em escala nacional, estadual, municipal ou local. Nada mais errôneo e prejudicial na atividade política extremamente complexa e variada do dia que atravessamos do que pretender carimbar definitivamente as pessoas e combatê-las por posições falsas anteriormente tomadas sem levar em consideração a nova realidade de cada momento. Nossa experiência comprova que o processo de desenvolvimento da ação comum das forças patrióticas e democráticas não se dá sempre no mesmo sentido, com a participação das mesmas forças. É compreensível que algumas forças vacilem, recuem e depois voltem à luta comum. É necessário acompanhar e compreender as mudanças temporárias que se verificam no processo de desenvolvimento da unidade de ação e cuidar sempre da possibilidade de atrair novamente, na própria marcha das lutas patrióticas e democráticas, aquelas forças que vacilaram, recuaram ou se tornaram inativas num determinado momento. Isto tem grande importância para o mais rápido avanço da luta pela libertação nacional e social de nosso povo.

Com esta orientação, é necessário participar ativamente de todos os movimentos populares e na vida política do país, de cada Estado e município ou qualquer localidade. Coopere-mos com todos, objetivando encontrar um terreno comum que permita unir as mais amplas forças que podem agora lutar pela revogação do ato do governo que cedeu Fernando de Noronha ao governo dos Estados Unidos, por uma política de paz, de defesa das liberdades democráticas e de melhores condições de vida para as massas populares. Em vez de atitudes extremadas e desesperadas, é preciso lutar firmemente e mobilizar o máximo de forças contra a política do governo que ameaça a vida de nosso povo e o futuro da nação.

É evidente que no episódio da entrega de Fernando de Noronha aos ianques todo o governo foi solidário. Assim, é necessário desmascará-lo em conjunto. Isto não quer dizer que tenham desaparecido as contradições que nele existem e os interesses que nele se entrecrocaram. No seio do governo, o setor patriótico capitulou momentaneamente, mas as contradições que o separam dos outros setores tendem a se aprofundar com a situação criada que pode levar a maiores capitulações, inadmissíveis para qualquer patriota, ou a novos e mais violentos choques com os agentes norte-americanos e seus representantes no governo. Criticamos o erro cometido pelo setor patriótico do governo, que o levou a se tornar conivente com o ato entreguista, mas não esqueçamos que essas forças patrióticas não podem desaparecer, buscam de certo modo um meio de resistir à pressão imperialista. Estamos sempre prontos a cooperar com elas e a apoiá-las em qualquer momento em que se disponham a lutar, estimulando-as sempre à ação em defesa da soberania nacional e contra os ataques do imperialismo ianque à integridade do Brasil.

Existem condições reais para resistir vitoriosamente à política antinacional e antipopular do governo do sr. Kubitschek e derrotá-la. Nas atuais condições do mundo e de nosso país, diante da força do campo socialista, da influência crescente das idéias de paz, liberdade e socialismo entre milhões de seres humanos, nenhum governo poderá fazer impunemente uma política antinacional e antipopular. A própria experiência dos governos de Dutra, de Vargas, de Café Filho e de Carlos Luz mostra claramente que não tem futuro um governo que não se apoie no povo, que deixa de satisfazer às exigências da maioria da nação e realiza a política da minoria reacionária interna e dos círculos governantes dos Estados Unidos.

É indispensável, pois, ter confiança na força das massas, despertá-las e elevar sua consciência política, unificá-las e levá-las a amplos movimentos populares e nacionais. A ação das massas contribuirá decisivamente para determinar a posição das diversas correntes partidárias, grupos políticos e personalidades. A ação das massas determinará, em última instância, as necessárias modificações progressistas na política externa e interna do país. Com a classe operária e seu Partido Comunista à frente, nosso povo saberá mostrar sua imensa força e energia, lutará com vigor crescente e fará prevalecer finalmente sua vontade.

À luz dessa orientação política, as organizações do Partido de cada Estado e município devem estudar mais atentamente a situação concreta e as reivindicações do povo, a disposição das forças políticas e a composição dos governos estaduais e municipais. Esta exigência se impõe em face da vastidão de nosso país, da diversidade dos problemas, que variam de Estado a Estado, do diferente nível de consciência e de organização das massas e das forças patrióticas e democráticas. Será partindo deste estudo e subordinando-se sempre à orientação política nacional do Partido que nossas organizações estaduais e municipais poderão traçar e seguir uma correta conduta política, estabelecer contactos permanentes com os diversos partidos políticos, correntes de opinião e organizações várias, realizar entendimentos e acordos que satisfaçam aos interesses do povo e levantar as reivindicações políticas, econômicas e sociais que correspondam às necessidades dos mais vastos setores da população de cada Estado e município e capazes de despertá-los, mobilizá-los e unificá-los para a ação comum. Não podemos continuar a fazer a crítica apenas ou a atacar as soluções propostas pelos governantes e forças políticas reacionárias, é nosso dever também indicar a solução para cada problema. Isto facilitará grandemente maiores ligações com as massas e nossa cooperação mais estreita com todas as forças e elementos patrióticos, democráticos e progressistas de cada Estado, município ou localidade. Disto muito dependerá o êxito de nossos esforços para organi-

zar e impulsionar a atividade política do povo, através de amplas ações de massas e de conquistas democráticas que façam avançar o movimento patriótico, democrático e popular em escala nacional.

O desenvolvimento vitorioso de todos os movimentos de massas da classe operária, dos camponeses, dos estudantes, dos intelectuais, das vastas massas populares e de todas as forças patrióticas e progressistas depende principalmente da amplitude alcançada pela unidade de ação, do vulto que tomarem os protestos de massa, as manifestações e demonstrações. As formas de luta e a radicalização do movimento devem ter sempre em vista a amplitude e o desenvolvimento da unidade de ação. O essencial é que lancemos raízes mais profundas entre as vastas camadas da população, que o povo acelte como sua a orientação política do Partido e realize suas lutas sob a direção do Partido.

É assim que estaremos dando passos seguros para encontrar a justa maneira de despertar, mobilizar e unir em ampla frente única, todas as forças patrióticas, democráticas e progressistas, que constituem a maioria esmagadora da população brasileira. Este o caminho através do qual chegaremos, no processo das próprias lutas e da crescente unificação das forças democráticas, patrióticas e populares, à frente democrática de libertação nacional, baseada na aliança operária e camponesa e dirigida pela classe operária, capaz de realizar as medidas democráticas radicais e de tomar medidas contra a dominação norte-americana, de libertar o Brasil do jugo imperialista e dos restos feudais, conforme estabeleceu com justeza o Programa de nosso Partido. A liberdade e a independência total de nosso povo será obra da união de suas forças antiimperialistas e antifiscais — o proletariado, os camponeses, a pequena burguesia e a burguesia nacional, sob a direção da classe operária e seu Partido Comunista. Cada novo passo dado no esclarecimento e na unidade das forças patrióticas e populares, cada novo elo soldado na aliança operário-camponesa, cada nova batalha travada contra as forças do imperialismo norte-americano e as forças reacionárias internas, aproxima nosso povo da conquista de suas aspirações de paz, de liberdade, de independência, de progresso e de bem-estar.

IV

Camaradas:

Estamos no começo de um movimento de massas que pode alcançar enormes proporções. A força das massas, a unidade de ação dos mais amplos setores da população, será capaz de conter e esmagar as ameaças do opressor estrangeiro e da minoria reacionária interna em que ele se apoia.

Crescem as responsabilidades de nosso Partido, ao qual incumbe exercer o papel dirigente na mobilização do povo, no seu sistemático esclarecimento, na sua organização e unidade. Sem o trabalho esclarecedor do Partido e sua permanente atividade entre as massas trabalhadoras e demais camadas da população, não serão possíveis as grandes ações consequentes de massas que contribuam para aproximar o povo de sua libertação.

Se temos obtido alguns êxitos importantes neste terreno, revelaram-se também sérias debilidades e deficiências em nossa atividade política e no trabalho do Partido com as massas. Embora firmes em nossas posições internacionalistas e na luta em defesa da paz e da soberania nacional, não alertamos suficientemente ao nosso povo diante das recentes investidas dos círculos imperialistas mundiais contra a paz, o socialismo, a democracia e a independência dos povos e das tentativas dos governantes dos Estados Unidos no sentido do arrastar o Brasil à sua política de guerra. Colocamo-nos decididamente ao lado dos operários e camponeses húngaros que defendiam suas conquistas socialistas ajudados fraternalmente pelas forças armadas da União Soviética, condenamos a agressão ao povo egípcio e nos opusemos ao envio de soldados brasileiros para Suez. Foi tardia, no entanto, a palavra oficial do Partido e muito pouco fizemos para esclarecer nosso povo a respeito de acontecimentos de tão grande repercussão. Compreendendo o caráter heterogêneo da composição do governo do sr. Kubitschek, no qual ao lado de forças reacionárias, participa um setor patriótico, nossa posição, desde o início do governo foi no essencial uma posição independente, mas é necessário reconhecer que não fomos suficientemente consequentes no combate aos seus atos reacionários e não desmascaramos com vigor a orientação do sr. Kubitschek no sentido de concessões crescentes aos imperialistas ianques e seus agentes internos. Apesar de indicarmos o caminho da luta, com a justa preocupação de combater as tentativas golpistas, contribuímos para que se desenvolvessem em alguns setores do Partido fortes ilusões a respeito do governo do sr. Kubitschek. Nosso Partido constituiu a força principal na luta em defesa das liberdades democráticas, mas, diante dos atos arbitrários do governo fechando associações patrióticas e populares, não contribuímos eficientemente para a mobilização de amplas massas contra essas medidas antidemocráticas e de reação policial contra o povo. Mesmo acontecimento tão grave como a entrega de Fernando de Noronha aos militaristas ianques e que tão diretamente fere os sentimentos patrióticos da quase totalidade da nação, embora nosso Partido seja a força principal na luta que se trava em defesa da soberania nacional e contra o ato entreguista do governo, não foi ainda capaz de impulsionar um movimento de massas que refletisse o nível já alcançado pela consciência patriótica do povo brasileiro. Tudo isso nos mostra que não nos saturamos suficientemente da grande verdade de que o avanço da democracia, a defesa da soberania nacional e a conquista de melhores condições de vida para o povo, dependem da mobilização e organização das massas. A atividade do Partido precisa, pois, ser orientada fundamentalmente para as massas e responder a tempo, com precisão e justeza, aos acontecimentos que se desenvolvem no plano nacional e mundial.

As massas esperam explicações compreensíveis e convincentes sobre o desenvolvimento dos acontecimentos e sobre a melhor maneira de lutarem pela conquista de suas reivindicações econômicas e políticas. Muito ainda nos falta, no entanto, para bem servirmos ao povo em cada momento e lugar. O sectarismo e o espontaneísmo, os métodos impositivos ou a falta de um trabalho persistente, o exclusivismo e a indiferença para com aqueles que não pensam como nós mas que são capazes de lutar pela independência nacional, pelas liberdades democráticas e pela melhoria das condições

(Conclui na 11.ª página)

A SITUAÇÃO POLÍTICA E AS TAREFAS DO PARTIDO

(Conclusão)

de vida do povo, são males dos quais ainda não nos livramos. Tutelar as massas ou subestimá-las, não saber descer ao seu nível de compreensão e tudo fazer para elevar pacientemente sua consciência política, não ouvi-las e aprender com elas, é falhar em nosso dever primordial de comunistas. Nas fábricas, nos bairros e vilas devemos manter os operários e a população trabalhadora sistematicamente informada dos problemas políticos do momento, da atividade política de nosso Partido, das propostas que fazemos e da atitude tomada pelas demais forças políticas. Viver com as massas, participar de seus sofrimentos e de suas alegrias, conhecer suas aspirações e encontrar com elas a justa maneira de alcançá-las, fazer com que compreendam que a conquista de suas reivindicações e de sua emancipação não pode ser obra da boa vontade de quem quer que seja mas exclusivamente de suas lutas, organização e unidade e fazer com que adquiram confiança em suas próprias forças, é para isto que existe nosso Partido e é particularmente em função disto que precisamos trabalhar todos os organismos e militantes do Partido.

As deficiências e debilidades na direção política e as tendências sectárias e espontaneístas não podiam deixar de dificultar o desenvolvimento do trabalho político do Partido entre as massas, de entrar sua maior mobilização, unidade e organização. Além disto, não se tendo extirpado o mal já antigo de viver o Partido voltado em grande parte para dentro de si mesmo, esse fenômeno se agravou sensivelmente depois de aberta a discussão em torno do Projeto de Resolução do Comitê Central.

É indispensável, porém, não esquecer que as causas mais sérias e profundas das dificuldades com que lutamos para mobilizar grandes massas estão nos erros e insuficiências já apontados pelo Comitê Central, erros e insuficiências que começamos a remover, mas que precisamos e queremos liquidar. Será um processo difícil e demorado, mas que precisa ser intensificado. Para que o Partido demonstre maior iniciativa e mais combatividade em sua atividade entre as massas é imprescindível elevar a democracia em suas fileiras.

Os primeiros resultados do debate que hoje se trava no Partido já se fazem sentir. Precisamos valorizá-los e deles cuidar com carinho para que cresçam e garantam um mais rápido desenvolvimento da democracia na vida de nosso Partido, de cima a baixo. Contando com a participação de numerosos camaradas, o debate já forneceu contribuições positivas para um melhor conhecimento de nosso Partido e das debilidades e deficiências de que se ressente e que precisam ser corrigidas. Observam-se em alguns CC.RR. esforços no sentido de um exame da realidade e isto, por maiores que sejam os erros que de início se cometam, constitui passo importante no combate ao subjetivismo, passo que valorizamos e é necessário estimular. O mais importante, porém, é que em consequência do debate conseguimos pela primeira vez em nosso Partido estimular de fato a crítica vinda de baixo. Os militantes já começam a emitir opiniões sem receio de contrariar a quem quer que seja e observa-se que o controle dos dirigentes pelos dirigidos e dos organismos superiores pelos inferiores começa a surgir em nossas fileiras, elementos esses essenciais para que a orientação e as tarefas do Partido sejam cada vez mais corretas e para que tudo aquilo que nelas existir de errôneo e falho seja mais rapidamente corrigido. Esses são alguns exemplos, mas já ilustrativos de que estamos dando os primeiros passos efetivos no caminho do desenvolvimento da democracia na vida do Partido.

O que desejamos é que todos os membros do Partido se convençam da necessidade de participar ativamente da luta pela ampliação e fortalecimento da democracia interna em nossas fileiras. Cada comunista precisa lutar com firmeza e sem receio pelo respeito aos preceitos estatutários, manter-se vigilante na defesa de seus direitos e não permitir sem crítica quaisquer manifestações do arbítrio e do mandonismo que tantos males já causaram ao nosso Partido. Dentro dos organismos do Partido e subordinados aos princípios que regem a vida partidária, suscitamos sempre a discussão sobre todas as questões que são do interesse de nossa luta, com o pleno uso da liberdade de opinião, o confronto das idéias, a crítica e a autocrítica. Qualquer comunista tem o direito de emitir e defender suas opiniões, de discordar e de criticar dentro de seu organismo e tem igualmente o direito de apelar para o organismo superior, inclusive o Comitê Central e o Congresso do Partido, mas tem o dever de acatar a decisão da maioria e aplicá-la sem vacilações. A democracia no Partido será assegurada na medida em que cada militante eleve seu nível político e ideológico e tenha o maior interesse pelas coisas do Partido.

Defendendo sempre com firmeza os princípios e as posições do Partido — programáticas e táticas — não devemos fazer nem permitir qualquer discriminação contra os que têm opiniões diferentes mas que se mantenham dentro do respeito aos preceitos estatutários. É nosso dever saber enfrentar os erros, combater firmemente as opiniões falsas e prejudiciais ao Partido, procurando convencer, argumentar e persuadir com paciência e fraternidade. O comunista tem o dever de dizer ao Partido o que efetivamente pensa. A discussão pode não convencê-lo das razões da maioria, mas entre ele e a maioria não há um abismo, desde que observe a disciplina e defenda a unidade do Partido, pois a verdade não é privilégio de ninguém. Cada um pode e deve trazer sua contribuição na busca da verdade. Resolvidas as questões por maioria, a prática revelará por fim onde está a razão. Nada nos obriga a violentarmos nossa consciência nem a renunciarmos àquilo de que estamos convencidos, mas como membros do Partido temos o dever de ser fiéis aos princípios marxistas-leninistas à base dos quais ele existe e atua.

O velho hábito dos organismos e dos militantes se moverem quase que exclusivamente em função da realização das diretivas recebidas de cima precisa ser definitivamente eliminado. A iniciativa de cada organismo e militante precisa ser estimulada. Isto não significa que os organismos superiores deixem de realizar seu papel dirigente, de baixar organicamente suas decisões aos organismos inferiores, de determinar tarefas e traçar planos de conjunto e de realizar o indispensável controle. As decisões dos organismos superiores são obrigatórias para os organismos inferiores, mas devem ser explicadas de maneira convincente, ganhando-se os organismos inferiores com argumentos políticos para sua efetiva aplicação, sem deixar de ouvir as objeções, observações e críticas. Se a elaboração de uma política justa pressupõe sua verificação constante pela prática, as objeções, observações e críticas dos organismos inferiores e de cada mem-

bro do Partido são indispensáveis para o trabalho das direções e dos dirigentes. A democracia dentro do Partido significa estimular os organismos e as OO.BB. para que tenham vida política própria e o máximo de iniciativa, discutam e decidam coletivamente sobre a solução para seus próprios problemas, a orientação para a luta pelos interesses das massas e a melhor maneira de aplicar as resoluções dos organismos superiores de acordo com as condições concretas locais.

Mas para reforçar a atividade do Partido entre as massas não basta aumentar a livre iniciativa das OO.BB. e demais organismos dirigentes. É indispensável também zelar pela unidade do Partido.

A unidade monolítica de nossos fileiras é a fonte da solidez e da força do Partido e a garantia básica para alcançarmos êxito em nossa luta atual e conquistarmos a vitória de nossa causa. É essencial para que todos nós comunistas atuem numa mesma direção e como um só homem e para unirmos a classe operária e as demais camadas progressistas da população na luta pela independência nacional, pela democracia e pelo bem-estar popular. Ser pela unidade do Partido não consiste em pronunciar-se simplesmente a favor da unidade ou em fazerem-se declarações solenes sobre a unidade. O princípio da unidade em nosso Partido, como um Partido marxista-leninista da classe operária, é um princípio concreto — consiste em defender a unidade da organização partidária, a unidade ideológica e política e a unidade na aplicação prática de nossas tarefas. Salvaguardar e fortalecer a unidade do Partido é zelar pela própria existência do Partido, constitui, portanto, dever sagrado para todos os comunistas. As declarações e ações que prejudiquem a unidade do Partido não podem ter curso em nossas fileiras. Não se pode tolerar que quem quer que seja e sob qualquer pretexto atente contra a unidade do Partido. Ninguém é obrigado a ser comunista, nosso Partido é uma organização voluntária, mas instituída para a luta ou, segundo a expressão de Lênin, «para a defesa e aplicação de uma concepção do mundo bem determinada, e precisamente desta».

Sumamente prejudicial é a atividade de alguns camaradas que, a pretexto de luta pela democratização, tomam atitudes que ferem a disciplina do Partido e ameaçam sua unidade. É sabido como os responsáveis pelos principais órgãos de nossa imprensa, violando a disciplina do Partido, abriram uma discussão sobre o XX Congresso do PCUS antes do pronunciamento do Comitê Central e permitiram que fossem proferidos ataques abertos à União Soviética e ao PCUS, ao internacionalismo proletário, ao nosso Partido e à sua direção. Contra isto o Comitê Central tomou uma resolução, mas o diretor e os redatores do órgão central e alguns redatores da «Imprensa Popular» tudo fizeram para contorná-la e continuar a utilizar as colunas de nossos jornais para emitir seus pontos-de-vista pessoais, passando posteriormente à prática de atos de franca indisciplina. Por sua vez, alguns membros do Partido que atuam na UJC, a pretexto de corrigir os erros que têm prejudicado o desenvolvimento da UJC, passaram a propugnar abertamente pela sua dissolução, violando, assim, uma resolução do Comitê Central do Partido. Não menos prejudicial vem sendo a atitude de alguns camaradas que, em vez da crítica responsável e construtiva aos erros e defeitos que devem ser corrigidos, participam da discussão para desferir ataques ao Partido e minar sua unidade. Reclamam uma liberdade de crítica sem limites. Onde há na vida esse tipo de liberdade? É possível admitir-se em nossas fileiras a liberdade para atacar e revisar os princípios marxistas-leninistas e desprestigiar o Partido entre as massas? Nunca, camaradas. Somos pela mais ampla liberdade de opinião e de crítica, mas a discussão, a crítica e a luta de opiniões no Partido devem objetivar sempre fortalecê-lo, reforçar seu prestígio entre as massas e elevar a autoridade do Comitê Central, devem estar sempre subordinadas às necessidades e aos interesses do Partido e ser em benefício da classe operária e de seu Partido. Fruto da incompreensão de uns sobre os princípios pelos quais se rege o Partido e de posições pouco firmes de outros mais sujeitos à influência ideológica de nossos inimigos de classe, essas manifestações são claramente nocivas à disciplina e à unidade do Partido, abalam o prestígio do Partido entre as massas, criam um certo estado de perplexidade entre nossos amigos e aliados e trazem dificuldades à atividade interna e externa do Partido. E como tais não podem ser toleradas, precisam ser criticadas, combatidas e sustadas.

Nosso Partido é uma organização unificada, democrática e centralizada dos elementos mais esclarecidos e conscientes da classe operária que se rege pelos princípios marxistas-leninistas sintetizados em seus Estatutos, princípios que dão ao Comitê Central a condição de centro único em torno do qual o Partido se une e trabalha. Nenhum comunista pode, assim, colocar-se e atuar fora da organização partidária para emitir suas opiniões pessoais e manifestar divergências, porque isto significaria golpear a unidade do Partido e desenvolver trabalho fracionista. Nesse sentido é nosso dever chamar especialmente a atenção de todo o Partido para os processos já claramente antipartidários de luta utilizados por alguns camaradas que se encontram mais sujeitos à pressão ideológica do inimigo e que entram pelo terreno de sementar boatos e intrigas, difundir calúnias, levantar discórdias e lutas sem princípio, minar a solidariedade e a confiança mútuas entre os membros do Partido, realizar reuniões à margem das organizações partidárias, fazer crônicas tendenciosas das reuniões do Comitê Central e, inclusive, revelar segredos do Partido. É chegado o momento de pôr termo a tão nefasta atividade, chamando fraternalmente a atenção dos camaradas que enveredaram por tão perigoso caminho, pelo que já há de grave em sua atividade e que pode transformar-se em trabalho fracionista se não for sustado a tempo.

Devemos manter-nos vigilantes em defesa da unidade do Partido, combater com decisão e energia toda e qualquer atividade antipartidária e exigir o rigoroso respeito aos Estatutos do Partido. Intensifiquemos em todo o Partido a vigilância contra a atividade do inimigo que se utiliza dos elementos ideologicamente débeis para realizar em nossas fileiras um trabalho insidioso contra o Partido. Se para golpear nosso Partido o inimigo lança mão de todas as armas, é nosso dever supremo zelar pela unidade do Partido como o que há-de mais sagrado em nossa vida de comunistas.

Para reforçar a unidade do Partido as organizações do Partido devem aplicar com firmeza o princípio da direção coletiva, desenvolver a democracia interna e impulsionar a crítica e a autocrítica em seu seio, o que significa prosseguir na luta contra as restrições à democracia interna e à crítica, contra o envaidecimento e a auto-suficiência. É indispensável estimular e desenvolver o controle permanente e sistemático

em todo o Partido, de cima a baixo e de baixo para cima. Sem este controle, até um bom militante do Partido pode incorrer em sérios equívocos e degenerar. É também indispensável intensificar o trabalho ideológico e político no Partido. Neste momento é particularmente importante desenvolver em nossas fileiras a luta contra a ideologia individualista da pequena-burguesia, e contra seus métodos políticos, armas de que se utiliza o inimigo de classe para tentar minar nossas fileiras. É igualmente necessário intensificar no Partido a educação de seus militantes no espírito do internacionalismo proletário, da plena compreensão para nossa luta da importância histórica do campo socialista e da União Soviética, combatendo ao mesmo tempo o nacionalismo burguês e o chovinismo.

Nessa luta pela coesão política e ideológica do Partido será de grande importância a realização pelo Comitê Central de um balanço aprofundado da discussão que se trava em torno do Projeto de Resolução do Comitê Central. Com isto poderemos encerrar a discussão que já se desenvolve há cinco meses e passar imediatamente à elaboração dos documentos básicos indispensáveis à convocação do V Congresso do Partido.

Camaradas:

Há 35 anos que o povo brasileiro acompanha a atividade de seu Partido Comunista em prol da liberdade, da independência e do progresso do Brasil. Para as grandes massas trabalhadoras torna-se cada vez mais claro que só o Partido Comunista será capaz de dirigi-las em suas lutas pela liberdade e pela emancipação nacional e social. É igualmente cada vez maior o número de patriotas que se voltam para o Partido Comunista porque aprendem, através da própria experiência, que só o Partido Comunista luta consequentemente pela independência nacional e será capaz de levar até o fim a grande luta contra o jugo imperialista e pelas medidas democráticas indispensáveis ao progresso do Brasil.

Isto se dá porque nosso Partido não é um partido como os outros. Nosso Partido é o Partido da classe operária, é o defensor vigilante dos interesses imediatos de todos os trabalhadores, é o defensor da paz e da independência nacional. Nosso Partido não é um partido como os outros porque é o defensor intransigente das liberdades democráticas, o organizador persistente da luta contra o fascismo, o inimigo irreconciliável da ditadura fascista, como comprovaram os acontecimentos de 1935 e os duros anos do Estado Novo.

Por isto, contra nosso Partido sempre foi concentrado o peso da reação policial e jamais cessaram as perseguições aos militantes comunistas.

Nos seus 35 anos, nosso Partido teve muitas vezes de vencer momentos difíceis, de enfrentar os mais duros golpes do inimigo, mas jamais deixou de empunhar a bandeira revolucionária da classe operária, de luta pela independência nacional, pela democracia e pelo socialismo, por uma sociedade em que o homem deixe de ser explorado pelo próprio homem.

A história de nosso Partido constitui, assim, uma rica experiência que deve ser partilhada por todos os membros do Partido. Apoiados nos ensinamentos dessa experiência, na sabedoria coletiva do Partido e na atividade de todos os comunistas, corrigiremos nossos erros e colocaremos nosso Partido na altura da grande época em que vivemos.

Aos inimigos do povo que nos honram com seu ódio mostraremos mais uma vez que o Partido Comunista é invencível e indestrutível.

Saibamos, camaradas, ser modestos e prudentes. Tudo façamos para servir ao nosso povo, para uni-lo e juntos com ele derrotar o agressor norte-americano e seus agentes internos!

Ao trabalho, camaradas, pela unidade da classe operária, pela unificação de todas as forças patrióticas, em defesa da soberania nacional, contra a política entreguista e de preparação para guerra, em defesa das liberdades e pela satisfação das reivindicações dos trabalhadores!

Ao trabalho, pela paz e pela independência nacional!

Resolução Sobre a U. J. C.

O Comitê Central do PCB, tendo em vista desenvolver a atividade do Partido entre a juventude, adotou, a 1.º de agosto de 1950, uma resolução reorganizando a União da Juventude Comunista. Esta organização tem desempenhado um ativo papel para organizar os jovens trabalhadores e os estudantes e para mobilizá-los em torno das posições políticas do Partido. No curso de sua atividade, a UJC tem, porém, revelado falhas e deficiências, no que se refere a sua forma de estruturação e a sua ligação com as massas juvenis.

Nos últimos tempos, diante das dificuldades que se apresentam à UJC, surgiu entre alguns membros do Partido que atuam nesta organização a tendência de dissolvê-la, idéia que vem sendo propagada nas fileiras da UJC e que vem causando prejuízos.

O Comitê Central decide que, enquanto não tomar nova decisão sobre o trabalho juvenil, continua em vigor a Resolução de 1.º de agosto do CC, que reorganizou a UJC. Determina que os membros do Partido que atuam nesta organização, desenvolvam os seus esforços para fazê-la funcionar normalmente e para impulsionar a sua atividade prática. Reitera aos CC. RR. e demais organizações do Partido a diretiva de prestar toda a ajuda à UJC nas regiões, orientando-a e dando-lhe assistência regular.

O Comitê Central, reconhecendo que não discutiu, desde que a UJC foi reorganizada, os problemas da juventude nem deu solução a questões essenciais no movimento juvenil comunista, considera urgente examinar a situação desse movimento e apresentar medidas correspondentes.

O Comitê Central autoriza o Presidium a fazer as substituições de membros do Partido que atuam na UJC, a fim de assegurar a execução da presente Resolução.

Abril de 1957.

O COMITÊ CENTRAL DO P.C.B.

BOLETIM DO DEBATE

Hegemonia do Proletariado Ou Hegemonia da Burguesia?

CARLOS DANIELI

A sociedade brasileira sofre constantes modificações econômicas e sociais e neste processo trava-se uma acirrada luta pela direção política das massas. As forças políticas procuram ajustar sua tática visando colocar sob sua direção os mais amplos setores da população. Nos últimos anos, cresceram muito as lutas de nosso povo sob a direção do PCB. Importantes êxitos foram conquistados na luta pela paz, pela democracia e pelo progresso. A consciência política das massas elevou-se e quem quiser dirigi-las deverá falar sua linguagem, levantar suas reivindicações, ir ao encontro dos seus anseios. A burguesia e o proletariado disputam a liderança das massas.

A indústria se desenvolve no país. Este é um fato incontestável e podemos vê-lo se analisarmos, mesmo superficialmente, alguns dados sobre a economia brasileira. De 1939 a 1946 o volume global da produção industrial aumentou 55%, em decorrência da guerra e da necessidade de fabricarmos muitos produtos que antes importávamos. De 1947 a 1955, o volume físico de nossa produção industrial aumentou em 74%. No período de 1948 a 1955 o ritmo de desenvolvimento industrial do Brasil foi superior ao da Argentina, do Canadá, do México, do Chile, dos EE. UU. e da Índia. Nesse período enquanto a produção de bens de consumo aumentou um pouco mais da metade, a produção de bens de produção quase duplicou. (Dados da entrevista do ex-Presidente da CNI à revista «Tudo», setembro de 1956). Aumentam os investimentos de capitais na economia nacional. Se em 1951 foram investidos 13.590 milhões de cruzeiros, em 1955 foram investidos 29.514 milhões, havendo aumento constante durante todos esses anos (os números não são deflacionados). Aumentou o número dos estabelecimentos industriais, assim como a força motriz instalada que passou de 1.186.358 CV em 1940 para 2.667.017 em 1950, um aumento portanto, de 125%. Cresceu o número de operários industriais atingindo 1.700.000 em 1955, formando-se um exército de mão-de-obra disponível calculado, só para S. Paulo, em 25.000. Apesar das reservas que podemos opor a estes dados, eles indicam um certo desenvolvimento industrial. No campo também se desenvolve o capitalismo principalmente com o aumento do número de assalariados agrícolas (calculados em cerca de 4 milhões) e o número de tratores empregados (cerca de 45.000), apesar das restrições decorrentes da propriedade latifundiária sobre a terra e de outros restos feudais.

O desenvolvimento do capitalismo e da técnica é um fato objetivo. O grau de seu desenvolvimento e sua influência precisa ser estudado profundamente pelo nosso Partido a fim de serem evitadas posições subjetivistas, examinando o que muda, como muda e a perspectiva de seu desenvolvimento. Em decorrência do desenvolvimento do capitalismo, aumentou a influência da burguesia sobre o aparelho estatal, mas o que determina o caráter de um governo não são suas forças componentes, mas as forças dominantes, dirigentes. No atual governo federal, apesar da existência de um setor patriótico e democrático, representando em certa medida os interesses da burguesia nacional, predominam aquelas forças representativas dos interesses do imperialismo norte-americano e dos seus sustentáculos internos. Basta ver, mesmo superficialmente, a política seguida pelo governo de Juscelino de uma subordinação crescente dos interesses nacionais aos do imperialismo e de seus agentes.

A situação econômica e política do Brasil coloca com mais força na ordem do dia o problema da direção das massas, a questão da hegemonia. A luta que se trava na sociedade brasileira pela direção das massas, reflete-se, como não podia deixar de ser, em nosso Partido, através da luta interna. Infelizmente, nos últimos tempos, particularmente com os atuais debates, têm tido curso no Partido e na imprensa opiniões que refletem não o ponto de vista do proletariado mas da burguesia sobre os problemas fundamentais de nosso povo. Essas opiniões têm sua base material no desenvolvimento do capitalismo no país e são um reflexo da pressão ideológica do inimigo. Pretendo tão-somente dar minha opinião sobre algumas questões.

O XX Congresso do PCUS colocou uma série de problemas em equação, enriqueceu o tesouro do marxismo-leninismo com novas teses e conclusões, criticou uma série de opiniões e teses erradas que tiveram curso no movimento comunista durante um longo período. Muitos dos militantes comunistas brasileiros começaram a estudar a realidade brasileira à luz dos ensinamentos do XX Congresso, formularam opiniões e conclusões. Isto é saudável e só pode ajudar o nosso Partido. No entanto, junto a muitas idéias e opiniões corretas manifestam-se conclusões a meu ver incorretas, prejudiciais ao Partido, pois criam ilusões e trazem confusão a muitos de nós comunistas, desarmando nossos militantes. Uma dessas questões é o problema da hegemonia, da direção das massas, do papel do proletariado e da burguesia na atual etapa da revolução brasileira. Baseando-se nas críticas feitas à formulação de Stálin no XIX Congresso do PCUS de que a burguesia jogou fora a bandeira da independência nacional e das liberdades democráticas e nas críticas ao subjetivismo em nosso Partido; dando como exemplo o papel da burguesia em países como o Egito, Índia, etc., alguns camaradas chegam à conclusão errônea de que a burguesia brasileira pode dirigir a luta pela in-

dependência nacional e pelas liberdades democráticas. Uns dizem que o capitalismo de Estado no Brasil é o germe do socialismo e não, apenas, que cria as premissas materiais para o socialismo pois concentra a produção e aumenta o processo social do trabalho e a contradição entre o caráter social da produção e a sua apropriação privada; outros, que a economia brasileira é uma economia de transição para o socialismo; outros, ainda, que no Brasil, tanto nas cidades como no campo, predominam as relações de produção capitalistas, demonstram uma preocupação exagerada das relações do proletariado com a burguesia, mas nada falam sobre as relações do proletariado com os camponeses. Atribuem à burguesia e à sua direção as vitórias obtidas pelo nosso povo, sob a direção do Partido, na luta pela independência nacional e em defesa das liberdades democráticas, como a política do petróleo, dos minérios atômicos, a resistência à guerra, a luta contra os golpes fascistas, a defesa das liberdades de imprensa, de organização, etc., etc.

Admito que cometemos erros, alguns sérios, em nossas relações com a burguesia, em várias ocasiões, esquecendo-nos que o Brasil é um país oprimido e que o fator nacional joga um grande papel e possibilita ganhar ou neutralizar a burguesia nacional. Muitas vezes tomamos a burguesia como um todo, sem divergências e contradições. Sobre o caráter da revolução brasileira erramos, indo até às tentativas (muitas gloriosas, como a de Itaquil, no R. G. do Sul em 1930), de implantar no Brasil a ditadura do proletariado sob a forma soviética. Seguiram-se outras posições até o Manifesto de Agosto de 1950. Nossas posições errôneas, inclusive do Manifesto de Agosto, tiveram como causa as influências ideológicas estranhas ao proletariado e foram fruto do subjetivismo, do desconhecimento da realidade brasileira e das necessidades já maduras da revolução em nosso país e da correlação das forças políticas e sociais. O subjetivismo manifestou-se em nossas fileiras mais seriamente sob a forma do dogmatismo, o que não significa que não se tenha manifestado também a subestimação pela teoria, apenas o praticismo. O culto à personalidade contribuiu grandemente para fortalecer o dogmatismo em nossas fileiras, mas a verdade é que não sabemos coordenar de forma justa a verdade universal do marxismo-leninismo, a teoria revolucionária do proletariado, as teses e conclusões fundamentais extraídas da experiência do movimento operário mundial com a prática da revolução em nosso país, com as nossas próprias experiências nas condições concretas do Brasil, em boa parte e fundamentalmente devido a que as nossas experiências não estão estudadas e sistematizadas pelo nosso Partido. A teoria sózinha, desligada da prática, torna-se uma repetição vazia de fórmulas decoradas. A prática sem ter seu caminho iluminado pela teoria terá um caminho tortuoso, é cega, não poderá mesmo conduzir a luta vitoriosa

pelo poder. Só a justa combinação da teoria com a prática poderá nos dar a arma completa que necessitamos para a libertação nacional e social de nosso povo.

O conhecimento insuficiente da realidade brasileira e os erros em sua interpretação conduziram-nos, por várias vezes, a não termos clareza sobre o caráter da revolução brasileira na atual etapa, e, conseqüentemente, de suas forças motrizes e das forças a bater, das reservas diretas e indiretas da revolução em nosso país. Durante um longo período, subestimamos o papel da burguesia nacional e do fator nacional. Devido a posições «esquedistas» e à ausência da aliança operário-camponesa, muitas vezes colocamos tarefas superiores às nossas reais forças, o que levou a que em muitas situações o proletariado ficasse quase isolado das demais forças motrizes da revolução brasileira (em alguns atos mais vigorosos contra o imperialismo, por exemplo, sem subestimar sua importância). Proclamamos a hegemonia do proletariado, mas não vimos que a própria idéia de hegemonia, direção, quer dizer, antes e acima de tudo, ter a quem dirigir. A direção das massas não se conquista por decreto, mas está condicionada, a meu ver, às seguintes questões: a) existência de um forte Partido de vanguarda do proletariado que dirija sua luta visando a conquistar para suas posições outras classes e camadas sociais, em primeiro lugar os camponeses; b) que o Partido do proletariado tenha uma justa orientação política e tática, clareza de objetivos e de meios e formas de atingi-los assim como as formas de organização; c) que o proletariado e seu Partido de vanguarda adote justos métodos de relação com as massas e os seus aliados, convencendo-as da justeza de sua orientação no processo da própria luta, através de sua própria experiência política vivida; d) que o proletariado e seu Partido levante e lute junto com as massas pelas suas reivindicações mais sentidas, utilizando formas de luta justas para conquistá-las, conduzindo-as na luta pelo caminho menos doloroso; e) finalmente, e não menos importante, ter força. A força atrai força. A condição fundamental para que o proletariado atraia outras forças para o seu lado e que se disponham a aceitar sua direção é a formação e ampliação da aliança operário-camponesa, sob a direção da classe operária.

Depois de um caminho longo e tortuoso palmilhado através de vitórias e derrotas, chegamos ao Programa do Partido. Com o Programa demos passos no sentido de dar mais clareza aos nossos objetivos estratégicos e com os últimos documentos do Partido, caminhamos passo a passo para ter uma tática justa. Com as críticas duras feitas aos métodos de trabalho do Partido com as massas e os aliados, confio em que corrigiremos os métodos errados e, no fundamental encontraremos as formas certas de contacto com as massas.

A realidade objetiva encontra-se sempre em modificação constante e nosso conhecimento sobre ela pode cada vez mais aproximar-se da verdade absoluta, mas não a conhecê-la de chofre. Muitas vezes, tomamos um aspecto da realidade e a erigimos na verdade completa, caindo no idealismo. «O conhecimento do homem não é (respectivamente não segue) uma linha reta, senão uma curva que se aproxima infinitamente e uma série de círculos, a uma espiral», escreveu Lênin. Qualquer segmento, pedaço, fragmento desta linha curva pode ser transformada (transformada unilateralmente) numa linha reta, independente, íntegra, que conduz (se atrás das árvores não se vê o bosque) em tal caso ao pantano, ao obscurantismo clerical (onde o sujeito o interesse de classe das classes dominantes). O pensamento retilíneo e unilateral, a rigidez e a fossilização, o subjetivismo e a cegueira subjetiva, eis as raízes gnoseológicas do idealismo». Adiante Lênin escreveu que o idealismo é «uma flor estéril, indiscutivelmente, porém uma flor que cresce na árvore viva, fértil, autêntica, poderosa, on-

potente, objetiva, absoluta do conhecimento humano». Transcrevi todo este trecho de Lênin por me parecer que uma das causas de nossos erros de caráter subjetivista é o unilateralismo, a transformação de conhecimentos esparsos da realidade objetiva no conhecimento completo desta realidade. Se as opiniões incorretas, a meu ver, sobre a questão da hegemonia têm sua base material em certo desenvolvimento do capitalismo em nosso país, têm também sua base no idealismo subjetivo, na transformação unilateral de certos fenômenos isolados, pequenos pedaços da curva que descreve o conhecimento humano em linha reta, íntegra, completa.

Sem negar certo desenvolvimento da indústria, o Brasil é ainda um país atrasado em relação a outros países. O grau de desenvolvimento só pode ser medida tendo em conta se esse desenvolvimento se faz com a melhoria das condições de vida do povo e com o aumento da produção «per capita». Só citaremos dois exemplos: enquanto a produção por pessoa de energia elétrica no Brasil era de 250 KW ao ano, a Suécia tem uma produção de 3.288; produz a indústria de cimento 49,5kg. por pessoa, enquanto a Argentina produz 109,5 kg. e há países da Europa com mais de 300 kg. por habitante anualmente. Isso para não falarmos na produção de ferro e aço, cujo consumo «per capita» é extremamente baixo em nosso país. A indústria se desenvolve, mas cresce também a população e suas necessidades que não são satisfeitas, sendo mesmo o nosso povo um dos que têm um mais baixo padrão de vida. E' o próprio governo quem afirma em sua mensagem ao Congresso que o ritmo do incremento de nossa economia caiu a 3%, quando nos anos precedentes atingiu em média 5,5%.

O desenvolvimento da indústria se faz, de um lado, aumentando o grau de exploração da classe operária através do aumento constante da intensificação do trabalho e da piora das condições de vida das massas com o aumento crescente do custo de vida e, de outro, utilizando capitais estrangeiros, o que não concorre para a independência econômica do país. A sombra e sob a proteção da instrução 113 da SUMOC, os vários países imperialistas aumentaram suas inversões de capitais, o que aumenta as contradições inter-imperialistas em sua luta pelas zonas de influência. De dezembro de 1955 a março de 1956 as inversões estrangeiras aumentaram de 31,3 milhões de dólares para 44,1 milhões (40,7% de aumento sobre o volume das entradas no primeiro ano de vigência da instrução 113). Dêsse total, quase 50% é de procedência norte-americana. Se em 1953 as inversões estrangeiras somaram, a grosso modo, 3.790 milhões de cruzeiros, em 1955 atingiram 8.774 milhões. Os imperialistas norte-americanos continuam invertendo fortemente, depois de pequena queda percentual em 1954 e 1955. Em 1952 inverteram 38,2% do total, em 53, 49,3% e nos primeiros 3 meses de 1956, 47,6% das inversões de capital estrangeiro. O imperialismo, em particular o norte-americano, atua como uma bomba de sucção drenando para o exterior a riqueza nacional criada com o suor e sangue dos brasileiros. Segundo dados procedentes dos Estados Unidos, o Brasil está em 3º lugar nas inversões de capitais americanos em 1956. Exige juros altíssimos pelos empréstimos que concede, como, por exemplo, agora com o empréstimo do Eximbank à Cia. Paulista de Estradas de Ferro para comprar material ferroviário nos Estados Unidos. Em dez anos, (o prazo dado para pagamento), pelos 12.800.000 dólares obtidos, pagaremos aos americanos mais de 20 milhões! Esse o caráter da «ajuda» americana, 5,5% de juros ao ano. (CONCLUI NO PRÓXIMO NÚMERO)

O Papel da Burguesia

HORÁCIO MACEDO

Parece-me inteiramente inaceitável analisar a situação atual do Brasil valendo-se apenas de fórmulas e princípios gerais. Ao contrário, é uma exigência incondicional da análise marxista efetuar-se sempre, com a mais absoluta precisão possível, um minucioso estudo histórico-concreto que ponha em relevo as particularidades distintivas de nosso país, as leis específicas que nele atuam, as diferenças próprias que marcam sua evolução histórica.

Estranhamente, diversos camaradas que procuraram seguir esse preceito — tantas vezes acentuado pelos clássicos marxistas — vêm sendo atacados e rotulados de nacionalistas-reformistas, nacionalistas-burgueses, reboquistas, capitulacionistas, economistas etc. A técnica das críticas feitas é, quase sempre, a mesma: citações em abundância, formulações ultra-radicais, fraseologia revolucionária e, para reforço, aqui e ali, grosseiras deturpações da vida real. É o enunciado grandiloquente de teses e princípios gerais em detrimento da análise histórico-concreta. É a negação daquele sábio ensinamento da dialética materialista sobre a inexistência de verdades abstratas. A pretensão de combate àqueles e outros "ismos" tenta-se, com engenho e de indústria, escamotear elementos da realidade, teimosos na recusa a se enquadrar no esquema adotado no Programa de nosso Partido.

Comento, neste artigo, algumas teses levantadas sobre o papel da burguesia na revolução brasileira. Creio ser um tema importante para a justa formulação da estratégia correspondente aos interesses revolucionários da classe operária. Em torno dele se concentram as discussões sobre o nacional-reformismo.

É muito grande a falência do Programa ao analisar essa questão. Erra pela superficialidade com que encara o problema, pela unilateralidade de suas conclusões, pelas premissas falsas e sectárias adotadas no esquema estratégico proposto. Em vez de se basear nos fatos e processos objetivos da realidade brasileira, parte de princípios gerais, válidos para outros países e em outras épocas e que não podem ser aplicados sem maior exame no Brasil.

Desconhece o Programa o problema do desenvolvimento econômico. Sobre ele silencia, não lhe fazendo qualquer referência direta, relegando-o à posição secundária no conjunto dos fenômenos sociais e políticos brasileiros. Vai, até, mais além. Nega-o, implicitamente, na tese da colonização crescente. Comete assim, um erro palmar contra o marxismo, pois deixa de levar em conta as modificações operadas na infra-estrutura da sociedade, afastando um elemento essencial e imprescindível para compreender e prever a evolução e os fenômenos da revolução brasileira.

O desenvolvimento das forças produtivas do país determina várias e sérias mudanças na correlação das forças de classe de nossa sociedade. A estrutura econômica nacional modifica-se, conforme diz o Projeto de Resolução, e marcha para superar os níveis de subdesenvolvimento, atingindo estágios mais adiantados de produção. Colocando-se, ainda, entre os países atrasados do globo, o ritmo de crescimento do Brasil é excepcional. Entre 1939 e 1955, a renda nacional, a preços constantes, quase duplicou, enquanto a renda real «per capita» aumentou de 40%. Expandiu-se, pois, o mercado interno. A produção agrícola destinada ao consumo interno cresceu. O volume físico da produção industrial, totalmente destinada ao consumo dentro do país, elevou-se, no mesmo período, de 90%, sendo maior o contingente de acréscimo devido à indústria manufatureira, que quase triplicou. A composição relativa do produto industrial vem se modificando favoravelmente aos ramos da Seção I, cujos ritmos de crescimento são maiores que os da seção II. O peso relativo da produção exportada vem decrescendo constantemente, indicando maior absorção de produtos por parte da população.

As forças produtivas se desenvolvem, assim, indicando uma evolução pronunciada no sentido capitalista. O vigor da burguesia é evidente na taxa elevada de investimentos — em torno de 14% do produto bruto — superada apenas por alguns países do mundo. Isso tudo não quer dizer que o processo de crescimento das forças produtivas se dê livremente. Obstáculos grandes impedem o seu amplo desenvolvimento. Entre eles avulta o

papel do imperialismo norte-americano, cuja importância é bem conhecida, e a atual e obsoleta estrutura agrária.

Diante desses números parece-me clara e correta a conclusão de que a burguesia se desenvolve, firma sua posição de classe, aumenta sua influência na sociedade. Não vejo como admitir a afirmação da camarada Fanny Tabak dizendo, em seu artigo «Contra Algumas Teses Capitulacionistas», pareceria «falsa, também, a conclusão a que chega o camarada Caio de que, como resultado desse desenvolvimento capitalista, a burguesia se firma e consolida como classe». Ora essa. Então quem se firma e se consolida como classe, com o desenvolvimento capitalista? Os latifundiários?

É indubitável que a burguesia caminha em sentido ascendente, é uma classe em expansão, aumenta de influência no aparelho estatal onde já conquistou e luta por manter importantes posições. A ostensiva participação governamental nos planos e na execução do crescimento capitalista é índice significativo da influência burguesa no governo. Foram-se os tempos da república velha onde quem mandava eram os senhores do café. Hoje mandam, também, os industriais e a tendência é de mandarem mais ainda. A camarada F. T. acha essa conclusão errada porque o governo, até hoje, não satisfaz várias reivindicações favoráveis à burguesia, entre elas o reatamento de relações com os países socialistas. Seria infantil, porém, querer que os fenômenos sociais acontecessem com simplicidade evangélica. Condições objetivas existem, dentro e fora do governo, para o reatamento. Fatores diversos, entre eles a influência cerceadora do imperialismo norte-americano, impediram até agora fosse realizado. Por outro lado, a própria hesitação da burguesia, sua incoerência, seus temores políticos de um rompimento claro com o imperialismo, a fraqueza de muitas de suas posições econômicas, a possibilidade de soluções transitórias de acomodação com os americanos, levam-na a transigir neste e em vários outros problemas, contentando-se com arranjos parciais das coisas. Não se pode concluir daí, como faz a camarada F. T., a inexistência de grande influência burguesa no governo atual e nos governos recentes anteriores a esse. A razão, a meu ver, está com o camarada Caio Gabriel, ao afirmar «... apesar de seus desejos conciliadores a burguesia vê-se cada vez mais impelida à luta contra os latifundiários e os imperialistas norte-americanos, pois o desenvolvimento industrial vai aguçando a contradição entre eles e diminuindo, rapidamente, a área de coexistência».

O desenvolvimento econômico apresenta o maior interesse para a libertação nacional pois se choca materialmente, com a dominação imperialista. Todo o avanço da indústria nacional, toda consolidação e progresso da economia, é um recuo imposto ao imperialismo. Este aspecto dá conteúdo progressista a realizações como a Petrobrás, Volta Redonda, CHESF, Cia. Brasileira de Alumínio e outras iniciativas. São empresas que jogam marcado papel de resistência anti-imperialista. Um exemplo vigoroso de nossos dias é o da luta de industriais paulistas do alumínio contra as pretensões dos trustes. O caso não é único e repete-se em vários setores.

Na esfera do capitalismo de Estado os empreendimentos que favorecem o desenvolvimento têm sido, sem exceção, instrumentos antiimperialistas. Nenhuma delas — e contam-se às dezenas — até hoje, serviu de instrumento para o fortalecimento dos trustes americanos. Não se pode esquecer, é claro, que em muitas delas foi fundamental a pressão e a ação das massas populares. Em outras, no entanto, essa pressão foi débil ou inexistente, e a burguesia lutou e conseguiu realizá-las. Exemplo do primeiro caso é a Petrobrás. Do segundo, a CEMIG.

Parece-me inteiramente falso, diante disso, afirmar, como a camarada F. T., que os «fatos demonstram que a situação privilegiada dos monopólios estrangeiros, particularmente os norte-americanos, não foi absolutamente comprometida...» Compare-se a posição dos monopólios de eletricidade, donos de quase 80% da potência instalada há poucos anos e reduzidos a cerca de 65% nos dias de hoje. Veja-se a posição dos trustes de petróleo, antes senhores de barão e cutelo, hoje já ameaçados de expulsão pelos êxitos

da Petrobrás. Lembremo-nos de que parte da economia de divisas proporcionada por esta empresa — mais de 60 milhões de dólares — é um naco substancial retirado dos grandes lucros auferidos pela Standard Oil no país. Isso não quer dizer, é evidente, que tudo vai bem, que estamos prestes a acabar com a participação imperialista em nossa economia. Nada disso. O que se quer apontar é a existência de processos objetivos levando à diminuição da influência econômica americana em vários setores. Entre esses processos não podemos nos esquecer, também, do aumento das contradições interimperialistas, com as conseqüentes possibilidades de aliança de setores da burguesia com imperialismos rivais do norte-americano. São possibilidades que ela está explorando e irá explorar mais no futuro. Exemplo de nossos dias é a instalação simultânea da indústria de automóveis através de companhias americanas e de suas rivais européias. Algumas destas já se associaram a grupos capitalistas nacionais.

Esse processo de desenvolvimento, com forte conteúdo progressista, porque antiimperialista, se dá, em grande parte, à nossa revelia. É conseqüência inevitável de leis econômicas atuando na sociedade brasileira. Ao Partido abrem-se duas alternativas, como partido da classe operária: participar desse processo, influenciá-lo através dos elementos da superestrutura, dirigindo-o se possível, ou então, ficar à margem, desconhecê-lo e lutar, isoladamente, por soluções aparentemente mais avançadas e radicais.

A adoção da primeira alternativa é visível no Projeto de Resolução do CC, em contradição com o Programa, onde a segunda está presente de corpo inteiro. Neste não se leva em conta que as condições econômicas do país já colocaram em plano mais avançado e imediato a realização das tarefas de libertação nacional, a realização das tarefas de expulsão do imperialismo. O camarada Agildo Barata, em seu artigo «Pela Renovação e o Fortalecimento do Partido», exprime o fato com propriedade: «... é inegável, no momento atual, o avanço mais rápido da luta antiimperialista em nosso país, em relação ao movimento camponês que se encontra em grande atraso. Este fato indica um desenvolvimento preponderante das tarefas antiimperialistas no processo atual da luta revolucionária, tarefas que possivelmente não coincidirão com as medidas agrárias de caráter radical formuladas pelo Programa do PCB, mas que podem e devem coincidir com algumas reformas na estrutura agrária».

Nessa ordem de idéias creio, ainda, ser necessário modificar a opinião que mantinhamos sobre a impossibilidade de a burguesia dirigir a libertação dos povos oprimidos. Os exemplos de vários países, nos quais o poder de Estado não está nas mãos do proletariado, onde, às vezes nem existe um proletariado significativo, mostram as possibilidades de um desenvolvimento de tipo não previsto em nossas cogitações. A situação internacional, em grande medida favorável às forças socialistas, democráticas e antiimperialistas, é um fator a mais na abertura de possibilidades de êxito para a burguesia. Reconhecendo essa possibilidade não podemos ficar em posição conformista ou agir com espírito de reboquismo. Ela é um elemento a mais para a elaboração de uma linha política de frente-única onde possamos lutar com a burguesia pela emancipação e lutar contra a burguesia pelos interesses de classe do proletariado. Essa linha política será um fator inestimável para a conquista da hegemonia do proletariado na revolução, hegemonia que permitirá lançar as bases políticas e econômicas para a passagem posterior ao Socialismo.

No esquema estratégico dessa linha política não pode figurar a concentração do golpe principal sobre as forças intermediárias. É instrutivo no caso lembrar o que diz o «Jemíngpao» baseando-se nas experiências recentes da revolução chinesa: «... há nas obras de Stalin a seguinte fórmula: nos diferentes períodos da revolução o golpe principal deve ser dirigido no sentido de isolar as forças políticas inter-

mediárias. Essa fórmula marxista deve ser encarada de modo crítico, do ponto de vista do marxismo. Em alguns casos pode-se considerar acertado o isolamento das forças intermediárias na sociedade; mas sob quaisquer condições, isto não é certo. Segundo a nossa experiência o golpe principal da revolução deve ser dirigido contra os próprios inimigos principais, para isolá-los. Sem querer fazer paralelismos fáceis para ser esse o caso do Brasil.

Sob a bandeira do nacionalismo foram conquistados êxitos nas lutas populares anti-imperialistas. O nacionalismo é uma bandeira popular de grande força mobilizadora e profundo conteúdo antiimperialista. Compreendendo, praticamente, essa situação, o Partido marchou em agosto de 1954, em outubro e em novembro de 1955, ao lado das correntes nacionalistas. A frente nacionalista, já formada e atuante, apesar de todas as fraquezas e debilidades, é um grande fator de luta pela libertação nacional, muito mais poderosa, às vezes, que os fatores impulsionados pelo Partido. Está se verificando no país aquilo de que Lênin falava ao apontar a diferença entre o nacionalismo das nações opressoras e o nacionalismo das nações oprimidas. É o que diz o camarada A. B.: «Nas condições concretas atuais do Brasil o nacionalismo, como corrente política e ideológica exerce um papel indiscutivelmente progressista e é, sem dúvida, uma das forças indispensáveis na frente de luta contra o imperialismo norte-americano. Tentar enfraquecer esta corrente é, na verdade, debilitar a frente única, dificultar sua constituição, fazer o jogo do imperialismo e afastar as possibilidades de conquistar a hegemonia para o proletariado».

O conteúdo democrático do processo econômico e político do desenvolvimento depende da participação das massas e em primeiro lugar, da participação da classe operária. Se não houver um vigoroso movimento popular, se não houver a participação profunda do proletariado, a burguesia ficará com campo livre para manobrar e resolver, às custas do povo, os obstáculos que lhe são opostos.

Lutando contra o imperialismo a burguesia o faz à sua maneira, de acordo com seus interesses específicos de classe. É capaz de conciliar e fazer grandes alianças com os americanos, hesita e teme um combate aberto. Recua, politicamente, fazendo concessões que recaem sobre as massas trabalhadoras. A burguesia não se preocupará, também, em dar conteúdo democrático às transformações que almeja. Não é esse seu objetivo e a ele se cinge na medida em que for forçada pelas condições objetivas ou pela ação consciente das massas. Não lhe é, até mesmo, estranha, a idéia de um governo nacionalista em moldes autoritários a exemplo do de Nasser.

A classe operária a luta antiimperialista consequente interessa porque coincide com seus interesses fundamentais e duradouros na atual etapa. A classe operária, à frente das grandes massas da população impedirá os recuos da burguesia, impedirá a conciliação com o imperialismo, acelerando o ritmo do processo libertador. Nessa frente e nesse sentido, burguesia e proletariado podem e devem caminhar em sólida aliança.

A classe operária interessa, também, o conteúdo democrático da revolução. Ele lhe permitirá lançar as bases para a passagem à nova etapa, através da conquista de posições no aparelho estatal, através da conquista da direção das massas, particularmente das massas camponesas. Será a ação da classe operária a garantia máxima de que o desenvolvimento do país terá um conteúdo democrático-revolucionário. Esse conteúdo será acentuado, crescerá e se ampliará na medida em que conseguirmos mobilizar as massas trabalhadoras interessando-as nas lutas revolucionárias. Nesse ponto e para isso é decisiva a formação da sólida aliança entre os operários e os trabalhadores do campo.

A frente-única com a burguesia, estruturada nesse espírito, permitirá que a classe operária aproveite, integralmente, os lados progressistas do desenvolvimento, impedindo a consolidação dos aspectos reacionários, conciliadores ou puramente reformistas.

O nacionalismo, fator político para ação de massas e de luta antiimperialista, não se choça com o internacionalismo de princípios que guia e orienta o nosso Partido. Ao contrário, é um elemento favorável para que a luta de nosso povo pela independência nacional mais se identifique com o caudal geral da luta pela libertação dos povos oprimidos.

Será Justo Modificar o Programa ?

ANDRÉ FRANCO

Outra vez volto ao debate. Entretanto, não mais para o propósito de conceitos ou teses vindas a público através das colunas da nossa imprensa. Não, não é este o meu objetivo. Pretendo, se a tanto me ajudar o engenho e arte, fazer algumas considerações em torno do Projeto de Resolução em confronto com o Programa do Partido, em algumas das suas partes.

É direito e dever de cada comunista — faz o Projeto de Resolução do C.C. — examinar com espírito crítico e autocrítico o Programa do Partido. É admissível que muitas das suas teses e fórmulas não correspondam às necessidades políticas do povo brasileiro nem à solução dos seus problemas. Esta conclusão do Projeto de Resolução determinou o surgimento dentro do Partido de algumas manifestações contrárias ao seu Programa, como sendo o mesmo, nos dias atuais, um entrave ao desenvolvimento das lutas populares em nosso país e, conseqüentemente, à construção da frente democrática de libertação nacional.

Uma análise apressada na maioria das vezes impede que se chegue a uma conclusão, senão acertada, pelo menos mais próxima da realidade, pois quase sempre nos leva a apreciar os acontecimentos de forma unilateral, deixando de lado aspectos às vezes importantes, que não podem ser esquecidos, principalmente em se tratando de documentos que estudam o desenvolvimento social de toda a humanidade ou de determinado país, e indicam soluções para tais ou quais problemas da humanidade ou de um povo. Este é o caso do Programa do nosso Partido. Não há, portanto, por onde chegar à conclusão da sua exatidão, completa, sem antes proceder a um estudo dos acontecimentos políticos, econômicos e sociais dos dias que nos afastam do seu lançamento ao presente em todo o mundo e, particularmente, em nosso país. Não procedendo assim corremos o risco de chegar a conclusões radicalmente falsas.

Assim, somente à base de uma justa apreciação do complexo da situação econômica, política e social do país é que podemos fazer um julgamento abalizado do Programa do nosso Partido. Para tanto não podemos esquecer que o Programa traz em si objetivos e tarefas para toda uma etapa da revolução em nosso país, que é antiimperialista e antifeudal e que em todo o seu transcurso enfrentaremos duras batalhas, cuja natureza não podemos prever, no terreno político, econômico, ideológico e orgânico, à medida que se for aguçando a luta contra as reminiscências feudais e o imperialismo, particularmente o norte-americano, em toda essa primeira fase da revolução. Nestes embates, portanto, não podemos perder de vista um minuto sequer o caráter de classe e revolucionário do nosso Partido; pois do contrário, à proporção que for crescendo o movimento unificador do povo brasileiro a burguesia nacional, sendo nossa aliada natural nessa primeira fase revolucionária, procurará disseminar por todas as formas possíveis a sua ideologia dentro da vanguarda da classe operária, isto é, do P.C.B., buscando minar a sua unidade para, desta forma, conquistar a hegemonia da luta, o que de sorte só poderá determinar sérios prejuízos ao movimento de libertação nacional e pela democracia em nosso país.

Dentro deste critério, após demorado estudo do Programa, cheguei à conclusão de que na sua essência o Programa foi e continua sendo justo, pois que não se modificou em nada o conteúdo do regime com a vitória das forças populares e democráticas no pleito de outubro próximo passado e com o rápido crescimento industrial que se processa no país, ao contrário, continua sendo de latifundiários e grandes capitalistas ligados umbilicalmente ao imperialismo norte-americano. Não são, portanto, tais acontecimentos, bem como as modificações de forma com que se apresenta o atual Governo, com homens que em determinados momentos têm expressado o sentimento das amplas massas do povo brasileiro, que irão determinar substanciais modificações no Programa.

São justamente, no entanto, as modificações formais e não de conteúdo introduzidas no atual Governo, modificações que foram impostas por fatores objetivos e não por desejos das classes que o compõem, que têm concorrido para se manifestar nas nossas ações atitudes reboquistas, quando não capitulacionistas, em diversas oportunidades. Isto não é um mal deste ou daquele camarada ou organismo, mas um mal decorrente de uma falsa interpretação da nova correlação de forças surgida, da não assimilação da política de frente única do Partido e do rápido desenvolvimento econômico, até então nunca registrado no país. Desenvolvimento que se de um lado apresenta lados positivos; de outro, está determinando o agravamento da situação financeira, com a queda progressiva, já não mais de forma aritmética mas sim geométrica, do poder aquisitivo do cruzeiro em decorrência do surto inflacionário que grassa com a emissão de papel-moeda e do estímulo ao crédito, a que o Governo não teve capacidade nem meios de combater. Assim, «Conjuntura Econômica» n.º 2, do corrente ano, ao analisar o panorama econômico-financeiro do país no decorrer do ano de 1956, afirma: «O quadro da economia brasileira, que cifras preliminares configuram para 1956, apresenta duas evoluções opostas: externamente, a situação foi satisfatória; no setor interno, houve acentuada queda do ritmo de crescimento do país e a inflação ergueu ainda mais a sua espiral cujo fim não está à vista».

Não vejo, assim, por que modificar o Programa tão somente porque vemos a Petrobrás apresentar um bilhão e meio de cruzeiros de lucro no exercício de 1956; as companhias Siderúrgica Nacional, Hidroelétrica do São Francisco e outras de iniciativa estatal em funcionamento em 1955 apresentarem recursos orçados na casa dos 16.273 milhões de cruzeiros; ou por serem investidos pela União, Estados e Municípios cerca de 4 bilhões de cruzeiros somente no setor da indústria de energia elétrica.

É isto porque a construção pura e simples dos resultados econômicos, sem ter em conta a quem beneficia tais lucros e investimentos, está frontalmente em contraposição ao marxismo-leninismo, que ensina que todo fenômeno seja político, econômico ou social deve ser visto, antes de tudo, do ponto-de-vista de classe. Assim, uma análise marxista, ainda que de forma elementar, do progresso econômico do país, — o qual não podemos subestimar na nossa atividade revolucionária, mas que também não podemos superestimar — nos leva a concluir que cresce a produção industrial de alguns ramos, outros entram em crise levando a fome a milhares de lares, como no caso, agora, da indústria textil.

Cabe aqui um parêntese para que se diga de passagem que quem perde menos ou nada nas crises que abalam determinados ramos industriais são os capitalistas, que em-

bora sofram o impacto da falta de mercado para colocação dos seus produtos, de um lado, e de matéria prima, de outro, em conseqüência da concorrência e da anarquia da produção e da falta de um mercado consumidor interno, a verdade é que não perdem a média dos seus lucros. Desta forma não podemos duvidar de que os industriais textéis já não tenham investido vultosas somas de capitais em outros ramos industriais, que lhes estão oferecendo maior soma de lucros do que a textil. É isto, em parte, o que me leva a concluir o montante recorde de emissão de capitais pelas sociedades anônimas somando a quantia de 86,3 bilhões de cruzeiros, no decorrer de 1956.

Esta é a razão, sem sombra de dúvida, do incremento, até certo ponto, das empresas de capitais mistos, principalmente na indústria de base, com a benevolência de certos setores da burguesia, que sem condições de investir as quantias necessárias para instalação e manutenção da sua existência até se tornar rentável a produção. «O monopólio do Estado na sociedade capitalista não é mais do que um meio de elevar e assegurar o ingresso dos milionários que estão a ponto de falência em tal ou qual ramo da indústria». (V. I. Lênin — Imperialismo, Fase Sup. do Capit., pág. 45 — Edições Sociais — México, 1945). Alguém pode contestar afirmando não ser o Brasil um país capitalista, e sim semicolonial, com profundas reminiscências feudais. A realidade, entretanto, é bem outra, me parece. Assim, ao mesmo tempo que o imperialismo norte-americano faz maiores exigências e conquista novas posições econômicas, políticas e mesmo militares, há desenvolvimento capitalista. Não fosse assim um grupo de capitalistas brasileiros, apesar da campanha em contrário movida pela imprensa a serviço dos trustes petrolíferos norte-americanos, não estaria concorrendo para explorar o petróleo boliviano e a Cia. Siderúrgica Nacional não ganharia concorrência de fornecimento de material ferroviário à Argentina, não seriam denunciados os acordos do trigo e dos materiais físséis. Em contraposição dois poderosos trustes norte-americanos, a Ford e General Motors, obtêm permissão para instalar fábricas de automóveis, em São Paulo, e os fabricantes de armas conseguem do Governo JK a cessão do Território Federal de Fernando Noronha para instalar uma estação de controle de foguetes teleguiados.

A verdade é que a tendência da burguesia é sempre buscar a conciliação, nunca de luta aberta e conseqüente desde que lhes sejam abertas condições de auferir lucros.

Não é diferente da indústria a situação no campo. Ocorresse o contrário os produtores de café, algodão, cacau e outros produtos exportáveis, pressionados que são pelos poderosos grupos monopolistas que têm preso às suas mãos o comércio externo do Brasil, se disporem a lutar decididamente contra o comércio discriminado e exigiriam relações comerciais com todos os povos, inclusive com a União Soviética e a República Popular da China. Mas tal não acontece porque os latifundiários são os menos prejudicados, porquanto o Governo, que continua sendo um instrumento útil aos latifundiários e ao imperialismo norte-americano, não vacila em manter em pleno vigor a instrução 131 da Superintendência da Moeda e do Crédito que ampara os produtos agrícolas que vêm sendo cotados a preços não compensados na área do dólar e, assim, impedir a procura de mercado que ofereça condições mais vantajosas para o produtor e para o tesouro. Enquanto isso o pequeno lavrador luta com as maiores dificuldades, porquanto à medida que passam os anos suas dívidas crescem por falta de mercado interno e externo, para colocação dos seus produtos, e de crédito para incrementar a introdução de novos métodos de produção, de forma a determinar a redução do custo do produto e, naturalmente, encontrar fácil colocação no mercado.

Embora venha ganhando corpo, de um lado, a iniciativa estatal no setor econômico, principalmente na indústria de base; de outro, continuam a se desenvolver a iniciativa privada; prevalecendo desta forma as relações de produção capitalistas e no campo profundas reminiscências feudais.

Ocorresse o contrário, a distribuição da riqueza se faria em condições mais proporcionais, para, assim, minorar as condições de vida do povo, que se agravaram com a elevação do seu custo em 20,3%, no decorrer do ano de 1956.

Se se apresenta com essas características a situação econômica, no fundamental não é diferente a situação política, pois que uma decorre da outra. Continuando, portanto, a serem as mesmas as classes que atuam no cenário da sociedade brasileira, com interesses definidos: a classe operária e a camponesa, que lutam contra a exploração imperialista e feudal, e os latifundiários e grandes capitalistas, sustentáculos do imperialismo norte-americano. As camadas continuam fluando ao sabor dos acontecimentos, tendendo sempre para o que predomina ou que lhes entusiasma em tal ou qual momento.

Modificar o Programa por concluir que as eleições e os golpes não mudam a situação do país parece-me ser uma incongruência, pois que a prática tem demonstrado até agora a justeza de tal conclusão. Não se pode dizer mesmo que é contrária à tese enunciada pelo camarada Khrushiov no XX Congresso do PCUS. Khrushiov afirmou: «O leninismo ensina que as classes dominantes não cedem o Poder voluntariamente. Entretanto, a virulência durante a transição ao socialismo, não dependem tanto do proletariado quanto da resistência que os exploradores oponham, do emprego da violência pela própria classe exploradora». E mais adiante conclui: «A este respeito surge a questão da possibilidade de aproveitar também o caminho parlamentar para a transição ao socialismo». (Os grifos são meus). Vemos portanto que possibilidade não quer dizer que essencialmente seja este o caminho, ao contrário, condiciona os caminhos ao comportamento das classes dominantes. Creio, assim, que o caminho da revolução brasileira será indicado à medida que

os comunistas evidarem esforços para fortalecer a unidade da classe operária e consolidar, no processo da ação revolucionária, a aliança operário-camponesa, base da frente democrática de libertação nacional. Neste processo, então, explorando as contradições próprias das classes dominantes, lutar por aprofundar a polarização de forças no país.

Não será com o colaboracionismo que isto acontecerá. Ao contrário. Tanto assim é que, um momentâneo amorreio das ações de massas que surja, a tendência dos elementos mais combativos da burguesia nacional e mesmo da pequena burguesia é de buscar uma posição conciliatória. Ainda agora estamos diante de um fato concreto, a cessão de Fernando Noronha, em que o Governo em busca de solução para as dificuldades econômicas para a realização do seu programa de desenvolvimento não vacila em colocar o nosso país em posição beligerante, na eventualidade de uma guerra que vem sendo preparada com intensidade pelos armamentistas norte-americanos, sem considerar contudo o perigo que coloca diante do povo brasileiro.

As discussões se processam, idéias afluem, conclusões muito poucas. E tudo porque não se tem buscado discutir as idéias, que não são poucas contidas no Projeto de Resolução, tendo sempre em conta a realidade brasileira, não para deitar sabedoria e concluir pela imediata revisão do Programa para definir os caminhos da revolução brasileira. Este na minha opinião continua sendo o mesmo indicado no Programa. O que devemos discutir são os métodos de levar às massas as idéias contidas no Programa, porque muito pouco ou nada representarão tais modificações se não as assimilamos e não se desenvolvem esforços para transformá-las em realidade.

Assim, sou de opinião que a definição do caráter da revolução brasileira continua inalterável, como também o seu esquema estratégico, tornando-se tão somente necessárias modificações nas nossas flexões táticas, dada a nova correlação de forças surgida, que de resto não é senão uma decorrência da aplicação do Programa, ainda que débil. E isto é natural, porque nada é eterno, tudo se modifica à medida que historicamente é superado, porém quando a realidade assim exige e não por capricho ou desejo de quem quer que seja. Portanto, as nossas flexões táticas só podem ser indicadas no processo que se intensificar a luta pela aplicação do Programa.

P. S.: — Já se encontrava escrito este artigo quando tomei conhecimento do artigo do camarada Agildo Barata, publicado na V. O. n.º 409, de 6-4-57. De rápida leitura do mesmo senti um avanço por parte do camarada para o reconhecimento das suas incompreensões, pelas duas razões seguintes:

1 — Reconhece, ao contrário do que fez no seu artigo anterior, a vitalidade do sistema socialista e a queda do sistema colonial do imperialismo. que cada vez mais influencia nos grandes movimentos de massas.

2 — Aceita repor os debates nos termos estabelecidos pelo Projeto de Resolução e da orientação traçada na carta do camarada Prestes.

É preciso, entretanto, que o camarada revise algumas teses e opiniões, pois que me parecem ser verdadeiros equívocos, principalmente quando fala em governo democrático e nacional dentro dos quadros do atual regime.

Já está à venda o primeiro volume, da série de três, das OBRAS ESCOLHIDAS de K. Marx e F. Engels, reunindo alguns dos mais importantes trabalhos desses dois fundadores do socialismo científico.

Obra de indiscutível valor para os que desejam possuir melhores conhecimentos da economia política, da filosofia e do materialismo histórico.

Vol. de 480 páginas, impresso em papel Bouffant de 1ª, capa em cartão cromo duplex — Cr\$ 90,00.

ATENDEMOS PELO SERVIÇO DE REEMBOLSO

POSTAL — PEDIDOS A

R. Juan Pablo Duarte, 50 - Sob.

Garantir a Estabilidade — Exigem os Trabalhadores

CONCENTRAÇÃO OPERÁRIA EM SÃO PAULO

Intensifica-se a luta dos trabalhadores brasileiros em defesa da estabilidade, direito assegurado pelo artigo 492 da Consolidação das Leis do Trabalho e pelo parágrafo 12 do artigo 157 da Constituição Federal, que garan-

tem a estabilidade ao empregado que contar com mais de 10 anos de serviço. Uma séria ameaça paira sobre milhares e milhares de trabalhadores. A anulação da estabilidade significaria a dispensa em massa desses trabalhadores, que perderiam o emprego, sem qualquer garantia.

Por essa razão, os operários paulistas desenvolvem agora uma intensa atividade, através de suas organizações sindicais, para impedir que o direito à estabilidade seja anulado, como já propôs o Conselho Nacional de Economia, segundo denúncia formulada recentemente na assembléia do Sindicato dos Têxteis de São Paulo.

realizando nos sindicatos paulistas, das mais importantes e importantes profissões: gráficos, vidreiros, têxteis, metalúrgicos, padeiros e confeiteiros, trabalhadores em indústrias químicas, construção civil etc. Nessas assembléias, os trabalhadores discutirão as providências a tomar, contra o desemprego, contra a carestia de vida e em defesa do direito da estabilidade.

Uma ampla comissão de combate à carestia, integrada pelos sindicatos operários de São Paulo, parlamentares, representantes de entidades populares e femininas, exigirá da Assembléia Legislativa a aplicação do Programa contra a carestia de vida, aprovado pela Convenção Popular, em março deste ano.

Em defesa de seu direito ao emprego e ao trabalho, os trabalhadores brasileiros aumentarão seus esforços, para impedir que qualquer ameaça se concretize.

Congresso de Defesa da Lavoura

Em fins de fevereiro deste ano, realizou-se o II Congresso de Defesa da Lavoura em Regente Feijó, região da Alta Sorocabana, em São Paulo. Dezoito deputados estaduais, quatro prefeitos, três candidatos a prefeito, três vereadores, três representantes de entidades de classe e outras personalidades, deram seu apoio a essa importante reunião.

A instalação teve lugar na Câmara Municipal, com a presença de centenas de pessoas, representando 6 municípios da região. Compareceram a ela deputados estaduais e federais, representante do governador do Estado, 6 prefeitos e 16 vereadores.

Após a discussão de várias e importantes teses, foram aprovadas resoluções sobre o financiamento ao pequeno produtor sem terra; preço mínimo de Cr\$ 200,00 para o algodão tipo 5; contra a importação de semente de algodão; relações comerciais do Brasil com todos os países do mundo e planificação da agricultura. Várias moções foram aprovadas, entre as quais uma pela reforma agrária e outra pedindo que se acabe com as barreiras entre os Estados.

Os Posses Derrotam os Grileiros e a Polícia

A polícia de Dourados (Mato Grosso), a serviço de um grileiro, tentou despejar várias famílias das terras da Colônia, na região de Lagoa Sêca, alegando serem as terras de propriedade daquele grileiro.

Diante da recusa dos posseiros em se retirarem a polícia, começou a invadir casas, a prender camponeses e suas famílias, a carregar armas e ferramentas de trabalho. Das violências, a polícia passou ao roubo. Os posseiros não se deixaram intimidar com essas violências, pois sabem que são eles os donos legítimos das terras. Foram até a administração da Colônia reclamar, e dali para a delegacia de polícia, em Dourados.

Como se tinha realizado pouco antes a Conferência de Lavradores de Dourados e Itaporã e o maior delegado a ela havia comparecido, este atendeu às reclamações dos posseiros e mandou devolver-lhes tudo.

Essa foi uma vitória de importante significação para todos os posseiros que em nosso país lutam por legalizar a situação de suas benfeitorias. É um exemplo de como, unidos e organizados, podem os camponeses derrotar os grileiros e a polícia.

RETIFICAÇÃO

Devido a um erro de paginação, houve troca de títulos em um artigo do Boletim de Debate da VOZ OPERÁRIA n° 410. O artigo que saiu com o título «Observações sobre a Segunda Conferência da UJC» e como sendo de autoria de Jair de Oliveira, na realidade intitulase «A resolução do CC do XX Congresso e a inevitabilidade das guerras», sendo da autoria de Joaquim Silva Jardim.

Pedimos desculpas aos autores dos artigos e aos leitores da VOZ OPERÁRIA por esse lapso.



Expressiva Vitória Dos Mineiros de Conselheiro Lafaiete

Em Conselheiro Lafaiete (Minas), os operários da Cia. Meridional de Mineração, subsidiária de um truste norte-americano de manganês, uniram-se firmemente para obter melhores salários.

Através de sua organização de classe, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Ferro e Metais Básicos (Morro da Mina), pleitearam da empresa um aumento. No início dos entendimentos, a empregadora ofereceu um aumento de 5% para os «tarefeiros» e 10% para os «diversos». Diante da disposição de luta dos trabalhadores, porém, que realizaram diversas reuniões em seu sindicato, a Cia. foi obrigada a aumentar a proposta, chegando a oferecer um aumento de 15% para os «tarefeiros», 20% para os «diversos» e a reclassificação dos «oficiais» na base de mais 4, 5 e 6 cruzeiros por dia, além da majoração de 20%, respectivamente, para os de 3ª, 2ª e 1ª categoria. A empresa concordou também em elevar o abono de família em trinta cruzeiros.

Numa assembléia bastante concorrida, essa proposta foi aceita por mais de dois terços dos presentes. Embora o aumento ainda não corresponda à elevação do custo de vida em Conselheiro Lafaiete, já constitui uma vitória dos trabalhadores e representará uma média de 850 cruzeiros de aumento por mês.

Uma comissão de trabalhadores foi eleita pela assembléia, para, juntamente com o presidente, secretário e tesoureiro do Sindicato, prosseguir os entendimentos para ultimação do acordo e sua homologação pela Delegacia Regional do Trabalho.

EXIGEM TÍTULOS DE POSSE

Milhares de posseiros de Campo Mourão

Os camponeses da região de Campo Mourão (Paraná) mobilizam-se para a luta pela legalização de suas terras. Uma comissão de trabalhadores dirigiu-se à capital do Estado a fim de entregar ao governador um abaixo-assinado contendo 1.251 assinaturas.

Durante a campanha eleitoral, o atual governador, Sr. Moyses Lupion, prometeu aos

posseiros legalizar seus títulos de posse. «As portas do Palácio estarão abertas para a legalização de terras dos posseiros», dizia naquela época o governador.

Mais de um ano se passou, sem que a promessa fosse cumprida. Por isso, os camponeses passaram a lutar por seu cumprimento.

Numa tentativa de ludibriar os posseiros, o Departamento de Terras e Colonização sugeriu-lhes que fossem requerer o título de posse num município muito distante daquele em que têm suas lavouras, para onde não existem estradas. Essa proposta não pode ser aceita pelos camponeses, cujas benfeitorias estão situadas em Campo Mourão.

Aumenta a ameaça de «grilagem» das terras dos posseiros, por parte dos latifundiários. Há pouco, um posseiro foi expulso de suas terras e sua casa incendiada pelo delegado. Outro foi expulso e preso. Um terceiro, foi expulso, recebendo cinco mil cruzeiros por sua benfeitoria, que valia vinte mil.

Compreendendo a necessidade de se unirem e organizarem em defesa de suas posses, os posseiros de Campo Mourão, Cruzeiro do Oeste e Goio-Érê fundaram a 25 de novembro do ano passado a União Geral dos Trabalhadores. Dezenas de trabalhadores passaram a ser perseguidos, por esse motivo, pelos latifundiários. Até mesmo um candidato a vereador, do PSD, foi preso e barbaramente espancado, somente porque ajudou os trabalhadores a organizar sua União.

Mas os camponeses não se intimidaram e continuam lutando por seus direitos.



CRIADA FILIAL DA ULTAP

Cerca de 50 lavradores do município de Inhangapi (Paraná), reuniram-se no povoado de Boa Vista para debater os seus problemas e organizar uma filial da ULTAP.

Foram apresentadas várias sugestões para encaminhar a solução dos problemas que enfrentam os trabalhadores da região. Uma questão bastante debatida foi a venda de terras de posseiros, prejudicando dezenas de lavradores da zona.

A reunião encerrou-se com a instalação de uma filial da ULTAP (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Paraná) e a organização de uma comissão de trabalhadores que deverá procurar o governador do Estado para protestar contra o atentado cometido contra os posseiros.

Apelo da Federação Sindical Mundial Aos Trabalhadores e Sindicatos de Todos os Países

A Federação Sindical Mundial (F.S.M.) lançou o seguinte Manifesto:

IV CONGRESSO SINDICAL MUNDIAL

Companheiros!

Pertenceis a diferentes países e raças. Possuís opiniões, crenças e filiações sindicais distintas. Mas o essencial é que todos sois trabalhadores e, por essa razão, vossos interesses vitais são os mesmos.

Todos vós aspirais a viver de um trabalho que respeite a vossa dignidade humana. Desejais preservar a vossa família dos horrores da guerra. Desejais conquistar ou consolidar vossos direitos de trabalhadores e de cidadãos com a soberania e a independência de vossa pátria.

Em qualquer parte onde dominem os monopólios imperialistas, todos vós lutais diariamente contra os mesmos inimigos que se opõem às vossas aspirações: os grandes senhores da indústria e das finanças.

Estes buscam insaciavelmente o lucro. Tornam insuportáveis as vossas condições de vida e de trabalho. Agravam constantemente o Poder aquisitivo de vossos salários. Os ritmos e as jornadas de trabalho a que estão submetidos são desumanos. As enfermidades profissionais e o esgotamento vos envelhecem prematuramente. Os acidentes de trabalho vos mutilam. As demissões e o desemprego vos afetam cada vez mais.

Os monopolistas impulsionam também a corrida armamentista, que lhes assegura enormes lucros. Essa política, assim como as guerras desencadeadas para perpetuar a agressão colonial, podem conduzir a um conflito mundial.

Também utilizam os bandos fascistas, que nunca estiveram tão ativos depois da Segunda Guerra Mundial e pretendem anular toda a vida democrática e sindical.

No interesse da paz, da independência dos povos, da liberdade e do progresso social, é indispensável fazer que fracasse a ação nefasta dos monopolistas. É possível assegurar o bem-estar das massas trabalhadoras, barrar o caminho à guerra, derrotar o colonialismo e o fascismo, consolidar os vossos direitos.

Companheiros!

Vós sois milhões e milhões. Vosso número e a importância de vossa missão não cessam de aumentar. Sois vós que criais as riquezas. Depois da guerra, vossos sindicatos assistiram a um desenvolvimento sem precedentes. Representais hoje uma força imensa, muito mais considerável que a dos monopólios, capaz de avantejar-se sobre a deles.

Companheiros dos países socialistas! Vossas grandes realizações sociais históricas fizeram progredir toda a humanidade. Vosso trabalho criador é uma permanente consolidação das forças da paz e do progresso social no mundo.

Companheiros de todos os países!

Todos vós sentis a necessidade de um encontro entre delegações sindicais de todos os sistemas, para realizar intercâmbios fraternais de experiências.

A Federação Sindical Mundial foi criada com fins unitários. Toda a sua atividade tem por objetivo servir à causa da unidade dos

trabalhadores do mundo, pois sem essa unidade os trabalhadores não podem obter nada de grande nem de decisivo.

Dentro desse espírito unitário, ela convoca hoje o IV Congresso Sindical Mundial que se realizará na cidade de Leipzig, Alemanha, de 4 a 15 de outubro de 1957.

Trabalhadores, Trabalhadoras, Sindicatos de todos os países!

Quaisquer que sejam as vossas opiniões e vossa filiação, esse Congresso é vosso. Podeis e deveis fazer-vos representar nele. Ele discutirá a melhor forma de fazer triunfar as reivindicações que vos preocupam atualmente:

— a fixação do salário-mínimo vital e o aumento de salário,

— a redução da jornada de trabalho, sem diminuição dos salários; a jornada de 40 horas, em primeiro lugar nos países desenvolvidos, onde o desemprego ameaça estender-se,

— a luta contra as consequências nefastas da automatização,

— a supressão, em matéria de salários, de qualquer discriminação baseada na idade, sexo ou raça,

— a construção de habitações operárias,

— a implantação de sistemas de seguro social ou seu melhoramento onde já existam,

— a defesa dos direitos democráticos e sindicais,

— o desarmamento,

— a consolidação ou a conquista da independência nacional,

— o desenvolvimento da economia nacional nos países industrialmente atrasados.

O IV Congresso dará resposta à pergunta essencial para garantir o êxito dessas reivindicações: como realizar em todas as partes a unidade? Como avançar pelo caminho da unidade sindical internacional?

Vós todos, que aspirais a uma discussão fraternal, no espírito da solidariedade operária internacional, entre representantes dos trabalhadores de todo o mundo, participai da escolha de vossos representantes no IV Congresso Sindical Mundial.

A discussão no Congresso será livre e franca. A tribuna estará aberta a todos. Trazei vossa contribuição à grande causa da unidade dos trabalhadores e dos sindicatos do mundo, guia de todas as vitórias!

Conclamamos a todos os sindicatos a aderirem ao IV Congresso Sindical Mundial. Por meio de volantes, jornais, reuniões, conferências locais, regionais, nacionais, daí a conhecer os objetivos do Congresso. Preparai democraticamente vossas delegações. Elegel como delegados aos melhores dentre vós, independentemente de vossas opiniões ou filiação sindical, de vossa raça ou religião.

Viva o IV Congresso Sindical Mundial, Congresso dos trabalhadores de todo o mundo!

Viva a unidade de ação entre os trabalhadores e os sindicatos de todos os países!

Viva a reconstrução da unidade sindical internacional!

Viva a solidariedade operária internacional!

O COMITÊ EXECUTIVO DA FEDERAÇÃO SINDICAL MUNDIAL

INICIADA A OCUPAÇÃO DE FERNANDO DE NORONHA

Doze Bases Ianques no Nordeste

O primeiro desembarque — Serão 12 as estações de teleguiados, afirma o novo adido militar ianque — Ponte aérea entre os Estados Unidos e Recife — Cerceada a imprensa pernambucana

O PRIMEIRO DESEMBARQUE

Os americanos estão desembarcando em território nacional. Na edição de 12 de abril, do «Jornal do Comércio» de Recife, surgiu a primeira informação sobre a chegada de 150 oficiais, soldados e técnicos norte-americanos à capital pernambucana.

«Cerca de quatro aviões transportes da Marinha dos Estados Unidos aterrissaram ontem, às 9 horas, no Aeroporto Militar do Iburá, conduzindo operários especializados e engenheiros da USAF (United States Air Force). Anteriormente outros aviões daquele país já haviam desembarcado aqui regular quantidade de material técnico que está sendo transportado para local desconhecido. Há quatro dias, oficiais e técnicos da Armada Americana estão hospedados no Grande Hotel. Chegaram à paisana, certamente para facilitar seus movimentos e evitar a natural curiosidade. Ontem mais 16 norte-americanos tomaram aposentos no Grande Hotel. O Hotel Guararapes recebeu mais 22 desses técnicos tendo o Hotel Boa Viagem ficado com 4. Amanhã está sendo aguardada a chegada do Almirante Tost, da IV Esquadra Norte-Americana.

No dia seguinte noticiava imprensa de Recife que os 150 oficiais, sargentos e praças norte-americanos chegaram nos transportes da

USAF (aviões B-50) já haviam seguido para Fernando de Noronha. Falando à imprensa local, o major Oleifson afirmava que seu contingente não se destinava a Fernando de Noronha, mas a estudos geodésicos em todo o nordeste.

DECLARAÇÕES DO NOVO ADIDO MILITAR IANQUE

O novo chefe da missão militar norte-americana no Brasil, general Jordan Verbeck, em suas primeiras declarações à imprensa carioca afirmou: «a defesa das Américas não pode ser concentrada apenas nos Estados Unidos. Deve ser estendida a todo o Hemisfério». E completou suas declarações com uma informação da maior valia para os brasileiros e que coincide com as declarações do major Oleifson em Recife, sobre os estudos geodésicos no nordeste: «Fernando de Noronha será apenas uma das 12 estações de controle de teleguiados» («Estado de São Paulo» de 21 do corrente, página 5).

Estão assim confirmadas as várias referências anteriormente feitas a outros «ajustes» que estariam em curso, através do embaixador Amaral Peixoto e do General Otávio Mazza, chefe do Estado Maior Geral, ora em Washington, e que teriam por objeto a concessão de outras bases no nordeste brasileiro. Sabemos agora que as bases serão em número de 12 e os estudos topográficos e geodésicos dos locais onde serão instaladas já começaram, a cargo do contingente do major Oleifson.

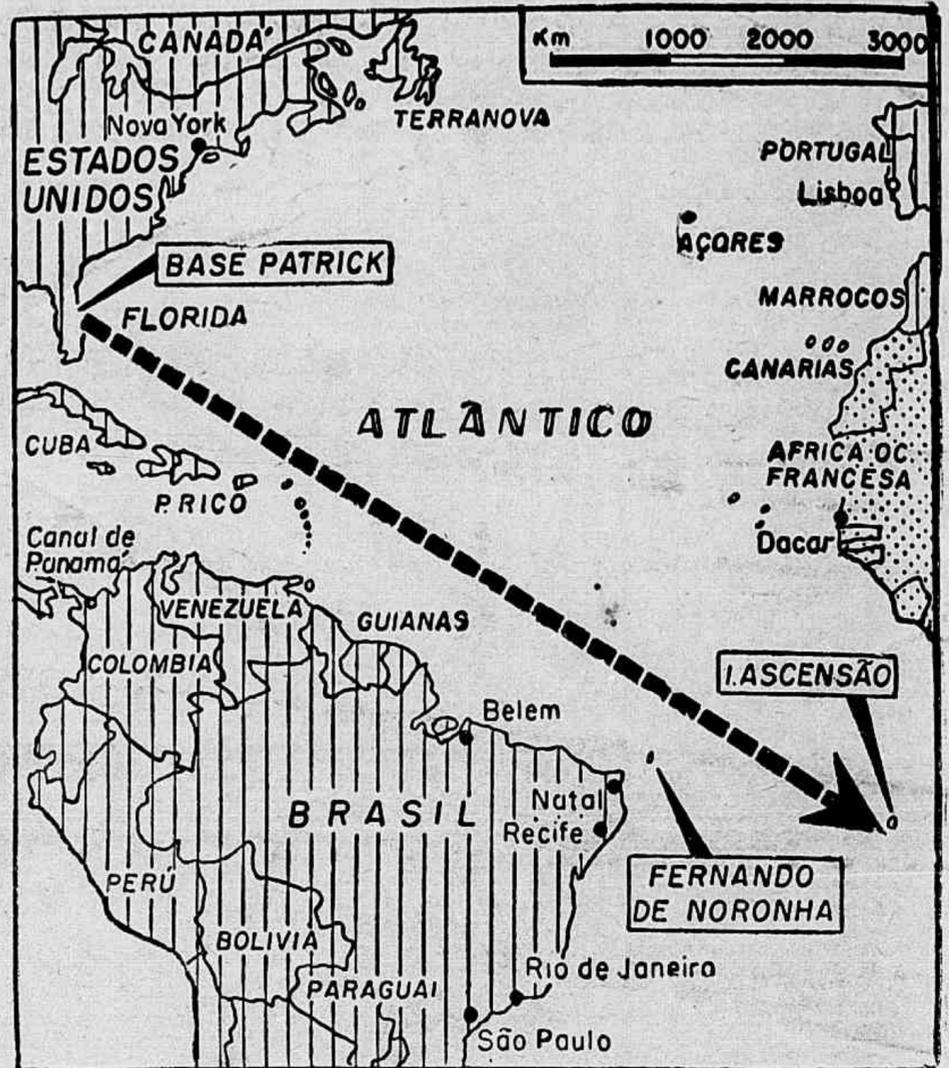
NOVO CONTINGENTE, SÓ DE MILITARES

É ainda a imprensa de Recife que informa que depois dos primeiros 150 homens, chegados há cerca de 20 dias, mais 100 desembarcaram, ocupando os principais hotéis da cidade. Foram transportados por 3 aviões B-50, vindos de Palm Beach, e desembarcaram todos com fardamento completo. Entre estes não há nenhum civil e no registro dos hotéis fizeram constar sempre a sua condição de militares antes dos nomes. Não só na hospedagem como nas relações entre eles é mantida a hierarquia militar. Assim é que no Hotel Boa Viagem, o mais luxuoso, discreto e distante do centro da cidade, estão alojados os oficiais, inclusive o Almirante Tost. No Hotel Guararapes, estão os oficiais de menor graduação e no Grande Hotel ficaram os suboficiais e soldados. Circulam pela cidade em caminhões militares ianques com placa «U. S. Air Force», não aparecem jamais isolados mas sempre em numerosos grupos e estão proibidos de dirigir a palavra a quem quer que seja, rigorosamente observados pela polícia secreta americana.

Já estão reservados aposentos para mais 50, que chegarão no dia 27, tendo sido registrados os seus nomes e condição de militares. No Grande Hotel estão também 20 alemães, civis, técnicos em armas atômicas e são apontados como os dirigentes dos trabalhos de instalação na ilha de Fernando de Noronha.

PONTE AÉREA ENTRE OS ESTADOS UNIDOS E RECIFE

Nenhum jornal mais insuspeito, para informar sobre as



primeiras operações da ocupação ianque, do que o «Diário de Pernambuco», da sinistra cadeia «associada» do nauseabundo Chatô.

«Novo comboio aéreo de aviões B-50, cinco quadrimotores de transporte pertencentes à Força Aérea dos Estados Unidos, logo após serem reabastecidos no Recife, levantarão vô imediatamente com destino a Fernando de Noronha, onde desembarcarão o material transportado. É o que afirma o «Diário» acrescentando que tais aviões de guerra estão estabelecendo uma «ponte aérea» entre os Estados Unidos e o Recife. Tais informações contradizem as recentes declarações do brigadeiro Antonio Barcelos, comandante da 2ª Zona Aérea, que assegurou

não estar indo para a ilha nenhum material americano. Também o «Jornal do Comércio» contesta tais declarações ao informar que 60 holofotes serão enviados para Fernando de Noronha. «Quanto aos «Globe Master» e aos primeiros B-50 aqui chegados não mais se encontram no Recife, o mesmo acontecendo com os caixotes desembarcados em fins da semana passada», conclui o «Jornal do Comércio», em sua edição de 18 do corrente.

COAGIDA E CERCEADA A IMPRENSA

Diante das primeiras informações publicadas pela imprensa de Recife, já foram determinadas medidas de restrição ao trabalho dos repórteres e fotógrafos, que pro-

curam fazer a cobertura dos desembarques e movimentação das tropas ianques. Mesmo os profissionais de folhas como o «Diário de Pernambuco» estão tendo os seus passos embargados, com as primeiras medidas restritivas da liberdade de acesso às fontes de informação. Isto significa que novas tentativas serão feitas para violar as demais liberdades democráticas, a fim de que se torne possível o prosseguimento do plano de ocupação de nosso território pelas forças ianques. São os primeiros golpes que nosso povo terá de enfrentar nessa batalha em que estão em jogo os destinos da Nação.

FLAGRANTES DA OCUPAÇÃO

No «Diário de Notícias», de 21 do corrente, o cronista Joel da Silveira aprecia alguns aspectos da ocupação ianque. Lembra inicialmente que enquanto os deputadas governistas, com o seu líder à frente, concentram a atenção do Congresso no caso Lacerda, vão chegando os conquistadores de Fernando de Noronha. «Pois não é o caso de se perguntar se os foguetes do governo, nesta hora, não pretendem apenas desviar a atenção dos outros, os teleguiados?»

Quanto às informações oficiais de que seriam os americanos todos civis, comenta o cronista:

«O aeroporto do Recife começa a acostumar-se com o trôço de militares e civis que diariamente os aviões lá descarregam. De alguns deles informa um telegrama que, desembarcados em uniforme militar, recolheram-se por alguns minutos a uma das dependências mais escondidas do aeroporto e quando reapareceram não eram mais soldados, eram civis.»

Também o cronista Luis Edgar, no «O Jornal» da mesma data focaliza um aspecto característico da ocupação ao relatar episódio ocorrido com quatro jornalistas cariocas que se haviam hospedado no «Grande Hotel» por ocasião do vô inaugural de um avião da «Air France».

Tendo se dirigido à noite para o restaurante do hotel, em mangas de camisa, foram advertidos pelo garçon de que só seriam servidos em trajés completos, de gravata e paletó. — «Mas, os oito rapazes daquela mesa ali não estão de camisa?» — perguntou admirado o repórter Adyr Fonseca, do jornal «A Noite». Realmente, numa mesa próxima, havia oito rapazes alvoroçados com camisas estampadas, onde se viam desenhados coqueiros, abacaxis e mulheres de maí. — «Eles são americanos», — respondeu o garçon — Americano pode vir de camisa.» E conclui o cronista a informação dizendo que o general ianque obtivera do gerente a licença para os seus rapazes frequentarem o hotel em mangas de camisa.

São os primeiros flagrantes da chegada dos ianques. Outros privilégios e ofensas aos brasileiros virão a seguir, reeditadas em maior escala, e em condições particularmente mais odiosas, as cenas ocorridas durante a guerra que provocaram a repulsa da população do Recife e o castigo dos loiros invasores.

SURPRESOS OS IANQUES ANTE A REAÇÃO DO POVO

Voltam como opressores os soldados norte-americanos que durante a guerra nos ofendiam embora fôssem aliados

A cidade de Recife apresenta já aspectos conhecidos pelo povo pernambucano, que teve de suportar a presença dos militares norte-americanos por ocasião da guerra contra o Eixo. Eramos então aliados, brasileiros e norte-americanos, na luta contra os nazi-fascistas. Ainda assim, tal foi o comportamento dos ianques, em sua presumida superioridade ante os «mestícos» nativos, tais os atos de boçalidade e violência que praticaram em todo o Nordeste, como aliás em outros países, que numerosos incidentes se sucederam, oriundos sempre da justa revolta e do brio ofendido de nossa gente. Tornaram-se fatos de rotina e da crônica policial diária os atentados ao pudor, as violências e o desrespeito às mães e senhoras e a consequente reação dos pernambucanos. Tornou-se mesmo proverbial o pavor dos ianques diante das «peixeiras» nordestinas.

Hoje não somos aliados, mas, ao contrário, chegam os ianques como opressores de nosso povo, como soldados de ocupação do território pátrio, para transformar o Nordeste em base da agressão atômica preparada pelos militaristas do Pentágono contra os países do socialismo. Justa é a revolta patriótica do povo de Recife, de que nos dão conta os primeiros despachos telegráficos, ante a chegada da vanguarda das tropas de ocupação norte-americanas.

SURPRESAS AS AUTORIDADES NORTE-AMERICANAS

Sob o título «Os americanos não compreendem a comoção dos brasileiros», o «Diário de Notícias» de 16 do cor-

rente publica despacho da «United Press», de Washington, que informa:

«As autoridades norte-americanas expressaram hoje surpresa ante as informações de que se verificou «comoção» na cidade de Recife com a chegada, ali, este mês, de uma equipe de elementos da Força Aérea dos Estados Unidos. A referida equipe, integrada por civis e oficiais da aviação norte-americana, tem a finalidade de procurar na Ilha de Fernando de Noronha o local de onde poderá ser controlada a passagem dos projéteis teleguiados disparados das bases norte-americanas, com rumo ao Atlântico Sul.» E, referindo-se ao «ajuste» assinado pelo governo Kubitschek, prossegue o telegrama: «Uma cláusula do acordo estabelece que a estação será dotada de pessoal civil norte-americano, com o qual cooperarão técnicos brasileiros. Os militares norte-americanos funcionarão apenas como assessores.»

Estão surpresos os ianques, não compreendem a reação de nosso povo com a chegada do primeiro contingente militar que vem «assessorar» a instalação das bases norte-americanas em território brasileiro. Aquilo a que chamam de «comoção» dos brasileiros não passa das primeiras impressões colhidas pela imprensa entre o povo do Recife. Maiores razões de surpresa não de ter os militaristas ianques ante o potente e invencível movimento patriótico que já se inicia, em todos os pontos do Brasil, e que derrotará a política de capitulação do governo e anulará a vergonhosa barganha feita à custa de nossa soberania e de nosso território.